

Fundação João Pinheiro

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Administração Pública

Arthur Ribeiro de Freitas

**Alocação de Emendas Parlamentares: um estudo dos padrões partidários na
indicação de recursos**

Belo Horizonte

2023

Arthur Ribeiro de Freitas

**Alocação de Emendas Parlamentares: um estudo dos padrões partidários na
indicação de recursos**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Bruno Dias Magalhães

Belo Horizonte

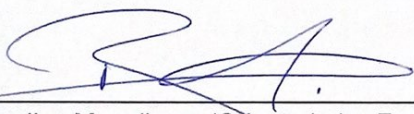
2023

Arthur Ribeiro de Freitas

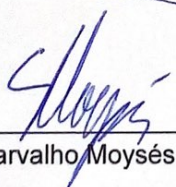
Alocação de Emendas Parlamentares: um estudo dos padrões partidários na
indicação de recursos

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Administração Pública da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Administração
Pública.

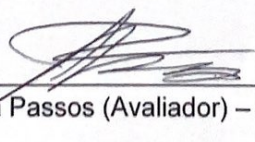
Aprovado na Banca Examinadora



Prof. Bruno dias Magalhães (Orientador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Samir Carvalho Moysés (Avaliador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Leandro Corrêa Passos (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2023

Agradecimentos

Gostaria de começar meus agradecimentos expressando minha profunda gratidão a minha mãe, que enfrentou bravamente desafios de saúde durante o ano de 2021. Ela passou cinco meses no CTI, primeiro de março a junho, devido a uma grave infecção por COVID-19 e depois, em novembro, devido a complicações pós-operatórias. Sua luta tornou-se minha maior motivação para concluir minha graduação e vê-la bem na minha cerimônia de formatura. O presente que estou prestes a conquistar é, sem dúvida, compartilhado com ela, pois sua resiliência diária foi uma inspiração constante.

Em seguida, quero agradecer ao meu pai, meu porto seguro ao longo de toda a minha jornada. Mesmo à distância, ele sempre me proporcionou a segurança necessária para perseguir meus sonhos. Sua luta em prol do bem-estar de seus filhos é uma fonte inesgotável de inspiração para mim.

À minha companheira, Paula, que enfrentou junto comigo os desafios e dificuldades ao longo da graduação. Fomos não apenas parceiros, mas também melhores amigos nessa jornada.

Agradeço aos meus queridos tios e tias, Bete, Nete, Cássia e Laércio, que desempenharam um papel fundamental na minha formação, transmitindo os valores que me permitiram alcançar este sonho. Durante os momentos mais difíceis, eles foram pilares essenciais de apoio.

Aos meus primos, especialmente Gabriel, Miguel e Pedro, que compartilharam comigo desde cedo as frustrações, lutas e conquistas. São meus melhores amigos e aliados.

Aos meus amigos, quero expressar minha gratidão por seu apoio contínuo, que me ajudou a crescer como pessoa e a encontrar a felicidade. Posso dizer, com convicção, que estou cercado pelas melhores pessoas do mundo.

Aos líderes Sara, Gean e Samir, que conheci durante minhas experiências profissionais e que me inspiram diariamente a ser um cidadão comprometido com a sociedade.

Ao meu irmão Beto e seu companheiro Leo que mesmo à distância, sempre me motivaram a seguir em frente.

Quero agradecer profundamente ao meu orientador, Bruno Magalhães, por sua confiança, orientações valiosas e compreensão. Sua contribuição foi fundamental para que

eu concluísse essa etapa da minha vida. Muito obrigado, professor!

À Fundação João Pinheiro, expresso meu sincero agradecimento. Apesar dos obstáculos, vivi meu sonho graças ao apoio de todos. Obrigado, obrigado e obrigado!

Por fim, a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho, meu mais sincero agradecimento.

“Não diga que a vitória está perdida se é de batalhas que se vive a vida.”

(Raul Seixas)

Resumo

Este estudo analisa a alocação de recursos através de emendas parlamentares impositivas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, focando no período de 2020 a 2022. O objetivo é avaliar a alocação geral de recursos e investigar se diferentes grupos ideológicos apresentaram diferenças na alocação. A metodologia envolve revisões bibliográficas, pesquisa documental e análises de dados descritivas, com base em informações públicas e documentos normativos. Para agrupar os parlamentares conforme suas ideologias, utilizou-se uma classificação pré-existente. Os resultados revelam semelhanças nas alocações para as áreas de saúde e educação. No entanto, diferenças substanciais surgem em setores como segurança pública, ensino superior e políticas sociais, com grupos ideológicos demonstrando preferências distintas. Este estudo sugere que, em uma análise mais aprofundada, a ideologia do parlamentar influencia a alocação de recursos, ampliando a compreensão das complexas dinâmicas por trás das políticas orçamentárias em nível estadual, ao incorporar a ideologia à análise.

Palavras-chave: Emendas Parlamentares, Deputados Estaduais, Minas Gerais, Ideologia

Abstract

This study examines the allocation of resources through mandatory parliamentary amendments in the Legislative Assembly of Minas Gerais, focusing on the period from 2020 to 2022. The goal is to assess the overall resource allocation and investigate whether different ideological groups showed differences in allocation. The methodology involves literature reviews, documentary research, and descriptive data analysis, based on public information and regulatory documents. To group parliamentarians according to their ideologies, a pre-existing classification was used. The results reveal similarities in allocations for health and education areas. However, substantial differences emerge in sectors such as public security, higher education, and social policies, with ideological groups demonstrating distinct preferences. This study suggests that, in a more in-depth analysis, the ideology of the parliamentarian influences resource allocation, enhancing the understanding of the complex dynamics behind state-level budgetary policies by incorporating ideology into the analysis.

Keywords: Parliamentary amendments, State Representative, Minas Gerais, Ideology

Lista de ilustrações

Figura 1 – Fluxo simplificado emendas impositivas de Minas Gerais	34
Figura 2 – Escala direita-esquerda com a classificação dos partidos - 2018	40
Figura 3 – Mapa de Calor. Comparação entre o valor per capita e o valor total recebido por emenda impositiva por município em Minas Gerais - 2020 a 2022	61

Lista de quadros

Quadro 1 – Quadro que esquematiza as etapas e abordagem do trabalho com relação a metodologia	48
---	----

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Gráfico da evolução dos montantes previstos em LOA, empenhados e pagos - 2019 a 2022	52
Gráfico 2 – Gráfico da evolução de indicações totais, aprovadas e reprovadas - 2019 a 2022	53
Gráfico 3 – Gráfico de barra com a comparação ao longo dos anos do número de indicações por modalidade de transferência - 2019 a 2022	54
Gráfico 4 – Montante de recursos indicados de emendas impositivas por faixa de IDH (2020-2022)	57
Gráfico 5 – Valores indicados aos municípios per capita por faixa de IDHM (2020-2022)	58
Gráfico 6 – Montante de recursos indicados de emendas impositivas por porte populacional (2020-2022)	59
Gráfico 7 – Valores indicados aos municípios per capita por porte populacional (2020-2022)	60
Gráfico 8 – Comparação da distribuição das modalidades de transferência que cada grupo ideológico mais utilizou durante suas indicações - 2020 a 2022 .	63
Gráfico 9 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na Educação (Ensino Fundamental e Ensino Médio) - 2020 a 2022	69
Gráfico 10 – Valor Médio Indicado por Deputado em cada eixo ideológico para UEMG e UNIMONTES - 2020 a 2022	70
Gráfico 11 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área da segurança pública- 2020 a 2022	72
Gráfico 12 – Radar com o valor médio indicado por deputado em cada eixo ideológico nas quatro instituições que compõe o sistema de segurança pública do estado - 2020 a 2022	73
Gráfico 13 – Média de indicações por deputado em cada eixo ideológico que explicita a destinação de recurso apenas para armamento - 2020 a 2022	75
Gráfico 14 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área do Desenvolvimento Social- 2020 a 2022	76
Gráfico 15 – Radar da indicação média por deputado em cada grupo ideológico por área do Desenvolvimento Social - 2020 a 2022	78
Gráfico 16 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área do Meio Ambiente- 2020 a 2022	79
Gráfico 17 – Valor Médio indicado por Deputado por grupo ideológico na área da infraestrutura- 2020 a 2022	81
Gráfico 18 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área da Cultura- 2020 a 2022	83

Lista de tabelas

Tabela 1 – Valores nominais empenhados e pagos de emendas parlamentares - Anos de 2006 a 2021	28
Tabela 2 – Comparativo entre os valores nominais pagos de emendas parlamentares e a despesa total do Estado de Minas Gerais – anos de 2006 a 2021	29
Tabela 3 – Migração partidária: origem (Or.) e destino (De.) dos deputados por legislatura (1995/2015)	41
Tabela 4 – Variação da participação dos partidos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Comparação 18ª Legislatura e 19ª Legislatura	43
Tabela 5 – Tabela da distribuição dos parlamentares da 19ª legislatura de acordo com o posicionamento ideológico do partido	45
Tabela 6 – Montante de indicações aprovadas para as 12 unidades orçamentárias que mais tiveram alocação de recursos - 2020 a 2022	55
Tabela 7 – Tabela da distribuição dos municípios em faixas de IDHM - 2010	57
Tabela 8 – Tabela da distribuição dos municípios em faixas de população - 2022	59
Tabela 9 – Tabela comparativa com os 5 órgãos que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico - 2020 a 2022	64
Tabela 10 – Os Três Tipos de Atendimento Mais Priorizados por Eixos Ideológicos na Área da Saúde (2020-2022)	66
Tabela 11 – Os Três Tipos de Atendimento Mais Priorizados por Eixos Ideológicos na Secretária de Educação (2020-2022)	68
Tabela 12 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por eixo ideológico e a média de valor indicado por deputado em cada eixo - 2020 a 2022	74
Tabela 13 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área do Desenvolvimento Social - 2020 a 2022	77
Tabela 14 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por eixo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área do Meio Ambiente - 2020 a 2022	80
Tabela 15 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área da Infraestrutura - 2020 a 2022	82
Tabela 16 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área da Cultura - 2020 a 2022	84

Lista de abreviaturas e siglas

ADCT	Ato das Constitucionais Transitórias.
COVID-19	Corona Vírus
DEM	Democratas
FES	Fundo Estadual de Saúde
FHEMIG	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLO	Projeto de Lei Orçamentária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEINFRA	Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SES	Secretaria Estadual de Saúde
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UO	Unidade Orçamentária

Sumário

1	INTRODUÇÃO	16
2	AS EMENDAS PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO PÚBLICO NO CONTEXTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO PÓS-2015	20
2.1	A relação entre as emendas parlamentares e o ciclo orçamentário brasileiro	20
2.2	Da flexibilidade à obrigatoriedade: a influência das emendas impositivas na relação entre os poderes	24
2.3	O processo simplificado das emendas impositivas em Minas Gerais	30
2.4	Discussão dos fatores preponderantes para alocação de recursos de emenda parlamentar	35
3	CLASSIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS	37
3.1	Ideologia Política: fundamento e importância na análise política	37
3.2	Classificação ideológica dos partidos em 2018	38
3.3	Composição partidária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais	41
3.4	Classificação ideológica da Assembleia Legislativa na 19ª legislatura e considerações metodológicas	44
4	ANÁLISE DAS EMENDAS IMPOSITIVAS EM MINAS GERAIS	47
4.1	Metodologia	47
4.1.1	Tipo de pesquisa	47
4.1.2	Universo e amostra	49
4.1.3	Coleta de dados	50
4.1.4	Tratamento e análise de dados	51
4.2	Análise geral das emendas impositivas em Minas Gerais de 2019 a 2022	52
4.3	Análise das emendas impositivas por grupos ideológicos em Minas Gerais de 2020 a 2022	62
4.3.1	Análise por modalidade de transferência e priorização entre os órgãos	63
4.3.2	Análise por área da administração pública estadual	65
4.3.2.1	Saúde	65
4.3.2.2	Educação	67
4.3.2.2.1	<i>Ensino médio e ensino fundamental</i>	67
4.3.2.2.2	<i>Ensino superior e técnico</i>	69
4.3.2.3	Instituições de segurança	71
4.3.2.4	Desenvolvimento social	75
4.3.2.5	Meio ambiente	79
4.3.2.6	Infraestrutura	80

4.3.2.7	Cultura	83
4.3.3	Exploração e reflexão sobre a análise e resultados obtidos	85
5	Conclusão	88
	Referências	91

1 INTRODUÇÃO

A presente análise das emendas parlamentares impositivas emerge em um contexto político caracterizado por transformações substanciais no Brasil. Este estudo se apresenta como uma investigação para a compreensão das intrincadas dinâmicas que permeiam as relações entre os poderes executivo e legislativo no âmbito do processo orçamentário. Até 2015, as emendas parlamentares eram predominantemente consideradas despesas discricionárias, sujeitas a não execução pelo poder executivo. No entanto, uma mudança paradigmática ocorreu quando o legislativo federal aprovou a legislação que conferia caráter impositivo a essas emendas, tornando-as de execução obrigatória. Essa transformação conferiu aos parlamentares uma maior autonomia na alocação de recursos, com impactos significativos no processo orçamentário e nas dinâmicas da ciência política. A partir desse marco, os parlamentares podem apresentar recursos de forma equitativa ao orçamento público, modificando profundamente o equilíbrio de poder no cenário político brasileiro. No âmbito estadual, o estado de Minas Gerais implementou essa mudança em 2018, delineando um novo panorama político e orçamentário para a realidade mineira.

Dentro desse contexto, a análise das emendas parlamentares impositivas assume particular relevância ao permitir a compreensão da evolução das relações entre o legislativo e o executivo estadual em decorrência dessas mudanças. A obrigatoriedade de execução das emendas estabelece um terreno fértil para a análise do comportamento dos parlamentares e das agremiações partidárias em Minas Gerais, bem como de suas preferências ideológicas na alocação de recursos, exercendo influência direta nas políticas públicas do estado. As emendas impositivas surgem como uma oportunidade para a administração pública e a ciência política como um objeto de estudo empírico, tanto quantitativo quanto qualitativo.

Isso se deve ao fato de que sua distribuição é equitativa entre os setenta e sete parlamentares mineiros, oferecendo um campo fértil para investigações detalhadas. Em uma sociedade cada vez mais politicamente engajada e ávida por atores que representem suas ideologias ou preferências políticas, as emendas podem ser um atalho para identificar possíveis peculiaridades entre os diferentes posicionamentos políticos. A partir disso, diferentes grupos ao longo do espectro esquerda-direita podem ser mais bem compreendidos, possibilitando uma análise mais profunda do posicionamento dos parlamentares. Este estudo se propõe a preencher essa lacuna, lançando luz sobre as complexas relações entre ideologia e alocações de recursos em Minas Gerais.

Nesse sentido, nos últimos anos, diversos estudos têm se dedicado a investigar o comportamento dos parlamentares na alocação das emendas parlamentares. Entre

eles pode-se destacar Santana (2011), que buscou analisar os determinantes políticos da execução das emendas orçamentárias individuais no Brasil; Barone (2014), que tratou de investigar as relações partidárias entre prefeitos brasileiros e políticos nacionais e estaduais e seu efeito sobre o desempenho eleitoral dos partidos e suas decisões no Congresso; e Baião (2016), que em sua pesquisa utiliza dados sobre emendas para realizar o esforço inédito de avaliar em que medida a alocação das emendas entres os municípios atende às demandas locais por recursos.

Além disso, estudos anteriores como de Ferreira (2019), trataram de identificar e consolidar algumas das motivações que orientam os parlamentares na alocação de recursos, tais como a capacidade de operacionalização do beneficiário, a relevância do reduto eleitoral e as relações com lideranças políticas locais. No entanto, o presente estudo se propõe a explorar se, além desses fatores, a orientação ideológica dos parlamentares, até o momento subestimada, desempenha um papel preponderante nas decisões orçamentárias.

Diante dessa lacuna identificada nas pesquisas anteriores e da especificidade das emendas parlamentares em Minas Gerais, emergem hipóteses fundamentais que buscam responder ao problema de pesquisa. O presente estudo concentra-se principalmente nas emendas impositivas individuais destinadas a diversas áreas, em vez de analisar as transferências especiais ou a resoluções da Secretaria de Estado de Saúde (SES), como investigado por Ferreira (2019). Partindo da premissa de que essas modalidades de emendas são amplamente utilizadas pelos parlamentares, as motivações identificadas por ele, tais como a capacidade de operacionalização do beneficiário e a relevância do reduto eleitoral, podem explicar adequadamente as alocações nesses contextos.

Contudo, o estudo amplia seu escopo para incluir outras modalidades de transferências de recursos, como convênios e execução direta. Nessas modalidades, os parlamentares não apenas determinam o beneficiário, mas também especificam o objeto da emenda dentro do portfólio do órgão beneficiado. Considerando essa complexidade nas alocações, as hipóteses se diversificam, reconhecendo que os parlamentares podem fundamentar suas decisões não apenas em motivações tradicionais, como a operacionalização do beneficiário e a relevância eleitoral, mas também em influências ideológicas e políticas mais profundas.

Desse modo, este estudo se justifica por tentar compreender essa lacuna na literatura sobre as motivações dos parlamentares na alocação de recursos por meio de emendas, especialmente em Minas Gerais. A maioria dos estudos existentes, como dito anteriormente, foca em aspectos como a distribuição geográfica, a relevância eleitoral e a operacionalização do beneficiário das emendas, deixando de lado a influência da ideologia dos parlamentares nesse processo. Além disso, esse estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre as relações entre o legislativo e o executivo estadual, bem como sobre o impacto das emendas

parlamentares nas políticas públicas de Minas Gerais.

Esse estudo também tem relevância prática, pois pode auxiliar na elaboração e no monitoramento das políticas públicas financiadas pelas emendas parlamentares. Ao revelar como a ideologia dos parlamentares afeta as alocações, esse estudo pode orientar as entidades governamentais, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas a planejar e direcionar seus esforços de angariação de recursos com maior eficiência. Além disso, esse estudo pode estimular o debate público sobre a transparência e a *accountability* das emendas parlamentares, fortalecendo o controle social sobre o uso dos recursos públicos.

Diante do exposto, até o presente momento, grande parte das investigações negligenciou a influência das escolhas ideológicas dos parlamentares nesse processo, suscitando uma questão central: quando parlamentares com posicionamentos políticos diversos têm acesso a recursos equitativos, suas alocações se assemelham ou divergem? Essa interrogação converge para o cerne do problema de pesquisa, que reside em compreender se as preferências ideológicas dos parlamentares exercem influência na alocação de recursos por meio de emendas parlamentares em Minas Gerais.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é analisar, de forma empírica, como se comportaram os deputados estaduais, agrupados por partidos políticos, na alocação de emendas parlamentares individuais no período de 2020 a 2022. Ou seja, o objetivo é capturar as diferenças e semelhanças dos espectros políticos na alocação do recurso das emendas parlamentares impositivas.

E são objetivos específicos desse trabalho: realizar uma revisão de literatura sobre o tema das emendas parlamentares, abordando conceitos, teorias e estudos relevantes no campo da ciência política e administração pública; classificar os partidos políticos da Assembleia Legislativa com base em sua ideologia e posicionamento político; realizar um levantamento e análise dos marcos teóricos e normativos das emendas parlamentares em Minas Gerais, investigando as regras, regulamentos e práticas existentes relacionadas às emendas parlamentares no estado; analisar a execução e indicação geral das emendas parlamentares no período de 2019 a 2022, a fim de compreender o nível de efetividade e cumprimento das emendas propostas pelos deputados estaduais em Minas Gerais; analisar a alocação das emendas parlamentares individuais dos deputados estaduais agrupados por partidos políticos em Minas Gerais; investigar se existiram diferenças significativas na alocação das emendas parlamentares com base na ideologia partidária.

Esse trabalho segue uma estrutura dividida em capítulos. Inicialmente, investigamos a relação entre as emendas parlamentares, o ciclo orçamentário e a implementação

das emendas impositivas. Em seguida, detalhamos o processo de operacionalização das emendas impositivas no contexto de Minas Gerais. Continuamos o estudo com a análise da classificação ideológica dos partidos políticos com base na abordagem de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Apresentamos também a composição da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e como os parlamentares e partidos se enquadram em grupos ideológicos. Posteriormente, a metodologia aplicada é explicada, destacando nossa abordagem quantitativa, métodos de coleta e análise de dados, bem como as ferramentas utilizadas para classificar e comparar os grupos ideológicos. Prosseguimos com uma análise abrangente das alocações de emendas impositivas. Em uma etapa subsequente, focamos em emendas individuais, conduzindo um estudo comparativo em sete áreas distintas da administração pública. Finalmente, encerramos o trabalho com considerações finais que recapitulam os principais resultados, discutem implicações, apontam limitações e sugerem possíveis direções para futuras pesquisas.

2 AS EMENDAS PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO PÚBLICO NO CONTEXTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO PÓS-2015

A relação entre as emendas parlamentares e o ciclo orçamentário no Brasil é fundamental para entender a dinâmica entre os poderes executivo e legislativo na elaboração, aprovação e execução do orçamento público. Neste capítulo, exploraremos essa relação e seu impacto, destacando as mudanças substanciais nas emendas parlamentares impositivas e a transformação do cenário político e orçamentário em Minas Gerais. Vamos analisar o processo de operacionalização dessas emendas e revisar pesquisas relacionadas à alocação desses recursos por parte dos deputados. Essa análise é crucial para compreender a influência do legislativo no orçamento e as implicações dessas mudanças para o cenário político e orçamentário estadual.

2.1 A relação entre as emendas parlamentares e o ciclo orçamentário brasileiro

O ciclo orçamentário brasileiro é um processo que envolve a elaboração, a discussão, a aprovação, a execução e o controle do orçamento público. O orçamento público é o instrumento que expressa as receitas e despesas do Estado para o período de um ano. Conforme o artigo 165 da Constituição Federal (Brasil, 1988), o orçamento público está baseado em três leis: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cujas características são detalhadas a seguir:

- 1) PPA: é um plano de médio prazo (período de quatro anos) que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para um período de quatro anos. O PPA deve ser elaborado pelo poder executivo e enviado ao poder legislativo, que deverá aprovar o plano para entrar em vigor no ano seguinte. Vale ressaltar que o PPA, por essência, é um instrumento de planejamento estratégico que estabelece um compromisso político para além do mandato presidencial, orientando a formulação das leis orçamentárias, além de definir metas que devem ser cumpridas e avaliadas (Paulo, 2010).
- 2) LDO: é uma lei anual que define as prioridades e as metas da administração pública para o exercício subsequente, orientando a elaboração da LOA. A LDO também estabelece os limites para os gastos dos poderes executivo, legislativo e Judiciário, as regras para a transferência de recursos para os estados e municípios e as diretrizes para a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Ela é de iniciativa do chefe do poder executivo e enviada ao poder legislativo para aprovação, entrando em vigor no ano seguinte. Entende-se que a LDO é um instrumento de planejamento tático que busca harmonizar as metas fiscais com as

metas físicas dos programas governamentais, garantindo o equilíbrio entre receitas e despesas. Conforme Kohama (2016), a LDO tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual.

- 3) LOA: É uma lei anual que estima as receitas e fixa as despesas da administração pública para o exercício financeiro. A LOA deve ser compatível com o PPA e a LDO, detalhando os programas, as ações e os projetos que serão realizados pelo governo. A elaboração da LOA é de atribuição do poder executivo e é enviada ao poder legislativo para aprovação, entrando em vigor no ano seguinte. Vale destacar, que a LOA é um instrumento de planejamento operacional que especifica os recursos necessários para cada atividade governamental, permitindo a execução das políticas públicas e o cumprimento das funções estatais. A Lei Orçamentária Anual é o instrumento utilizado para a materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem-estar da coletividade (Kohama, 2016).

Nessa conjuntura, o processo orçamentário no Brasil, de acordo com Sanches (1993), pode ser dividido em quatro fases principais:

- **Elaboração e apresentação:** engloba uma série de atividades relacionadas à estimativa de receita, bem como à formulação do programa de trabalho, que inclui a identificação de problemas, a proposição de alternativas, a tomada de decisões, a definição de metas e o estabelecimento de custos. É necessário ainda compatibilizar as propostas com as prioridades estabelecidas e elaborar uma proposta a ser submetida à aprovação do legislativo.
- **Autorização:** durante essa etapa, as estimativas de receita são revisadas, ou seja, é verificado quanto dinheiro o governo espera arrecadar. Além disso, as alternativas são reavaliadas para garantir que o orçamento atenda às prioridades e demandas atuais. Os membros do legislativo têm a oportunidade de modificar a proposta por meio de emendas, o que envolve ajustes nos programas de trabalho propostos. Eles também estabelecem parâmetros de execução que oferecem certa flexibilidade, permitindo ajustes necessários ao longo do ano, conforme as mudanças nas circunstâncias econômicas ou políticas.
- **Programação e execução:** o orçamento é programado, com definição de cronogramas de desembolso para ajustar o fluxo de despesas conforme as variações na arrecadação, sendo executado, acompanhado e parcialmente avaliado por meio

de mecanismos de controle interno e inspeções realizadas por órgãos de controle externo.

- Avaliação e controle: pode ocorrer concomitantemente à execução. São produzidos balanços de acordo com as normas legais, que são apreciados e auditados pelos órgãos auxiliares do poder legislativo, como o Tribunal de Contas e as assessorias especializadas, e as contas são julgadas pelo Parlamento. Esta fase também inclui avaliações realizadas pelos órgãos de coordenação e pelas unidades setoriais para dar feedback ao processo de planejamento.

Nesse contexto, é fundamental que as atribuições dos poderes executivo e legislativo se complementem. No entanto, surge um conflito decorrente da controvérsia sobre a natureza do orçamento: impositivo ou autorizativo. No modelo autorizativo, o poder executivo se destaca no que tange às decisões dos dispêndios; no modelo impositivo, a ascendência do poder legislativo é mais evidente, uma vez que a responsabilidade final pela decisão recai sobre as casas legislativas, tornando obrigatória a execução do orçamento (Santos; Gasparini, 2020).¹

Essa controvérsia sobre a natureza do orçamento tem repercussões diretas na flexibilidade disponível para o poder executivo em relação à alocação de recursos. No modelo autorizativo, a flexibilidade é inerente à execução orçamentária, permitindo ao executivo ajustar as despesas conforme as demandas em constante evolução. Por outro lado, no modelo impositivo, a rigidez orçamentária cria um cenário onde uma parcela significativa dos recursos deve ser obrigatoriamente direcionada para despesas predefinidas, concedendo, assim, um maior controle ao poder legislativo.

Essa divergência sobre a perspectiva do orçamento também se relaciona diretamente com a rigidez orçamentária no cenário brasileiro, que limita a capacidade de reorientação das ações governamentais. Para ilustrar essa questão, em 2019, aproximadamente 92% dos orçamentos fiscal e de seguridade social eram de execução obrigatória, restando apenas 8% para dispêndios discricionários. Essa alta rigidez orçamentária poderia levar à conclusão de que o orçamento brasileiro é predominantemente impositivo, reservando uma parcela menor de recursos sob o controle discricionário do poder executivo (Santos; Gasparini, 2020).

¹ Mais detalhadamente, o conflito deriva da divergência na visão sobre o papel do Poder Executivo na execução das despesas públicas. Defensores do modelo autorizativo acreditam que a flexibilidade é essencial para a eficiência governamental, permitindo ao Executivo ajustar despesas de acordo com as necessidades e condições cambiantes. Por outro lado, os proponentes do orçamento impositivo defendem a obrigatoriedade estrita da execução orçamentária, enfatizando a transparência e a responsabilidade do governo, além de aumentar o poder do Legislativo ao garantir que as despesas aprovadas sejam executadas sem desvios significativos (Gasparini, 2020).

No entanto, é importante notar que a Constituição brasileira permite a desvinculação de receitas, conferindo ao governo uma maior autoridade na alocação de recursos e, assim, relativizando essa rigidez. Portanto, não podemos fazer uma conclusão categórica sobre a natureza do orçamento nacional, uma vez que existem elementos que mitigam essa rigidez orçamentária. Em prática, é comum o uso de mecanismos de flexibilização adotados pelo executivo, o que por vezes desvia o orçamento de seu propósito original. Dessa forma, o dilema central reside na tensão entre a rigidez orçamentária que limita a ação do governo e a flexibilidade buscada para se adaptar às necessidades políticas e governamentais (Santos; Gasparini, 2020; Oliveira; Ferreira, 2017).

Diante do exposto, é determinante aprofundar a compreensão sobre a dinâmica da atuação do legislativo na segunda fase do processo orçamentário. Nessa etapa, seus membros possuem a atribuição de aprovar e modificar as propostas encaminhadas pelo poder executivo. Durante o envio da proposta de lei orçamentária (PLO) para aprovação legislativa, os deputados têm a oportunidade de efetuar alterações por meio das emendas parlamentares. Essas emendas são instrumentos legais utilizados pelos representantes para participarem de forma mais ativa na alocação dos recursos públicos, permitindo que eles suprimam, acrescentem ou modifiquem partes do projeto de lei orçamentária.

Em Minas Gerais, três tipos de emendas são previstas na Constituição Estadual e regulamentadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais: individuais (de autoria individual dos deputados) de bloco ou bancada (coletivas, elaboradas pelos blocos ou bancadas formadas pelos partidos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG) e as de comissão (notadamente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e da Comissão de Participação Popular). Em contraste, no âmbito do governo federal existem quatro tipos: individual, bancada, comissão e de relator (Barbosa, 2022).

As regras para a indicação desses recursos estão sujeitas a certos pré-requisitos, conforme estabelecido no art. 160 da Constituição Estadual de Minas Gerais. Conforme o referido artigo:

Art.160 - (...)

III – as emendas ao projeto da lei do orçamento anual ou a projeto que a modifique somente podem ser aprovadas caso:

a) sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

1) dotação para pessoal e seus encargos;

2) serviço da dívida;

3) transferência tributária constitucional para Município; [...](Minas Gerais, 2023)

Desse modo, é necessário que as emendas não produzam despesas que não tenham fonte de recursos, se ajustem às diretrizes do PPA e LOA e não cancelem despesas com custeio, necessárias para o pleno funcionamento da máquina estatal (Barone, 2014).

Vale destacar que, em Minas Gerais, conforme o artigo 160 da constituição estadual, o poder executivo possui a prerrogativa de impedir a execução dos recursos das emendas por motivos técnicos. Esses motivos podem incluir: desistência dos beneficiários em receber os recursos das emendas, falta de razoabilidade ou incompatibilidade do valor indicado com o objeto proposto para execução, ausência de pertinência entre a finalidade ou objetivo indicado e a finalidade institucional do beneficiário, entre outros motivos listados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Compreendida a relação das emendas parlamentares e sua posição no ciclo orçamentário brasileiro, direcionamos agora nossos esforços para aprofundar o debate sobre essas emendas, considerando as dinâmicas nas quais estão inseridas no presidencialismo de coalizão. Investigaremos suas principais regras e avaliaremos o impacto de sua implementação no contexto específico de Minas Gerais.

2.2 Da flexibilidade à obrigatoriedade: a influência das emendas impositivas na relação entre os poderes

Para compreender as dinâmicas inerentes as emendas parlamentares é preciso entender que o orçamento necessariamente envolve relações de poder. Isso ocorre não apenas devido ao sistema de freios e contrapesos estabelecidos pelo regramento constitucional, mas também devido ao presidencialismo de coalizão. Nesse sistema, o chefe do executivo, muitas vezes em uma posição minoritária, precisa utilizar sua “caixa de ferramentas”² para estabelecer governabilidade, incluindo negociações com outros poderes e agentes políticos. Essa dinâmica ganhou relevo após a promulgação da constituição de 1988, já que anteriormente à constituição de 1967 do período militar havia um explícito assentamento da lei orçamentária no caráter autorizativo, concentrando o poder decisório no executivo (Limongi; Figueiredo, 1998; Santos; Gasparini, 2020).

Uma das vertentes do debate tem aventado constantemente a necessidade de se estabelecer certa obrigatoriedade da execução da lei orçamentária, visto que, ela faz parte do planejamento do orçamento público defendido na constituição de 1988, e o seu não cumprimento poderia significar deixar de seguir o plano de ação governamental. Para Dallari (2011):

² Para Chaisty, Cheeseman e Power (2014) existem cinco ferramentas que os presidentes dispõem para conquistar maiorias legislativas: o poder de agenda, a autoridade orçamentária, a distribuição de ministérios, a influência do poder partidário e o funcionamento de instituições informais.

Em síntese, não faz sentido algum o delineamento de todo um sistema orçamentário calcado no planejamento e a afirmação do direito à transparência da gestão fiscal, se as dotações orçamentárias não tiverem caráter impositivo. De nada vale assegurar a participação popular no momento de elaboração do orçamento se, no decorrer do exercício financeiro, o poder executivo não tiver o dever de executar o que foi planejado, mediante um processo de consulta pública seguido de um cuidadoso exame pelos representantes do povo nas casas legislativas.

De acordo com Santos e Gasparini (2020), no sistema presidencialista de coalizão, predominante no Brasil, o poder executivo empenha-se em viabilizar seus projetos prioritários, fazendo uso de diversas ferramentas, incluindo a distribuição estratégica de emendas parlamentares, para estabelecer e manter coalizões políticas. Recentemente, no entanto, observa-se uma pressão crescente por parte do Congresso para que as emendas se tornem impositivas, incluindo o uso das conhecidas “emendas do relator”. Isso indica um reequilíbrio das forças entre o executivo e o legislativo, à medida que o legislativo busca maior poder e influência na alocação de recursos públicos. Essa dinâmica, inerente ao sistema político brasileiro, frequentemente gera conflitos entre os dois poderes, agravados pela estrutura partidária extremamente fragmentada. Vale ressaltar que essa intensa interação pode levar a um excesso de barganhas, potencialmente comprometendo a eficiência das ações públicas (Santos; Gasparini, 2020).

De forma contrária a esse pensamento, pode-se destacar as relevantes contribuições de Limongi e Figueiredo (1998) que apresentam uma análise abrangente sobre como o sistema político brasileiro opera de maneira radicalmente diferente em relação ao período anterior a 1988. Segundo os autores, após esse período observou-se um executivo preponderante e um Congresso mais disposto a cooperar e votar de maneira disciplinada. Entretanto, embora o artigo de Limongi e Figueiredo forneça percepções valiosas sobre as bases institucionais do presidencialismo de coalizão, é importante mencionar que a falta de execução das emendas parlamentares foi um motivo de descontentamento entre os parlamentares, resultante de uma nítida tensão entre os poderes em matéria orçamentária (Oliveira; Ferreira, 2017).

No âmbito do Congresso, já havia intensas discussões sobre a necessidade de conter os efeitos da flexibilização orçamentária e limitar o uso dos tradicionais instrumentos aplicados no presidencialismo de coalizão. Essas discussões refletiam a profunda insatisfação parlamentar em relação à predominância do executivo na gestão das finanças públicas, o que resultava em um desequilíbrio na relação entre os poderes. Em meio a esse contexto, uma das propostas levantadas era a possibilidade de abolir as emendas parlamentares individuais. No entanto, ao invés disso, optou-se por adotar uma abordagem oposta, buscando conferir maior impositividade ao orçamento por meio de alterações constitucionais que estabelecem a vinculação explícita do executivo às emendas parlamentares individuais. Essa

escolha reflete uma resposta às demandas parlamentares por maior controle e influência na alocação dos recursos públicos, conforme discutido por Oliveira e Ferreira (2017).

É no contexto de descontentamento por parte dos congressistas, ocasionado pelo baixo índice de execução das emendas parlamentares individuais, que surgem as emendas impositivas, ou seja, de obrigatória execução pelo poder executivo através da promulgação da emenda constitucional n.º 86, de 17 de março de 2015 (Greggianin; Silva, 2015). Essa emenda estabelece que metade do valor das emendas apresentadas deve ser destinada às ações e serviços públicos de saúde, além da receita corrente líquida para o financiamento e execução desse recurso.

Não demorou para que Minas Gerais tivesse uma situação semelhante. Em julho de 2018, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou a Emenda Constitucional n.º 96/2018, que tornou obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais.

Art. 160 – (...)

§ 4º – As emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual serão aprovadas no limite de 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo poder executivo, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde, ressalvado o disposto no art. 139 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º – A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 4º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do disposto no inciso II do § 2º do art. 198 da Constituição da República, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 6º – É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual, nos termos previstos no § 4º, em montante correspondente a 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, ressalvado o disposto no art. 140 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.(...) (Minas Gerais, 2023)

E em seguida aprovou a emenda n.º 100/2019, em setembro de 2019, que alterou o art. 160 da constituição do Estado, tornando obrigatória a execução das emendas de blocos e bancadas:

Art. 160 – (...)

§ 6º – É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações incluídas na Lei Orçamentária Anual por:

(...) II – emendas de blocos e bancadas constituídos nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no montante correspondente a 0,0041% (zero vírgula zero zero quarenta e um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, por deputado integrante do bloco ou da bancada, ressalvado o disposto no caput do art. 141 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.(...) (Minas Gerais, 2023)

É relevante observar que, apesar de a emenda ter gerado efeitos imediatos a partir da data de sua aprovação, foi estabelecido um conjunto de disposições transitórias na Constituição Estadual. Essas disposições preveem a implementação progressiva do § 6º do art. 160 da Constituição do Estado, seguindo as seguintes etapas:

Art. 139 – O disposto no § 4º do art. 160 da Constituição do Estado será cumprido progressivamente, da seguinte forma:

I – as emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2019 serão aprovadas no limite de 0,70% (zero vírgula setenta por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo poder executivo, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

II – as emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2020 serão aprovadas no limite de 0,80% (zero vírgula oitenta por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo poder executivo, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

III – as emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2021 serão aprovadas no limite de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo poder executivo, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

IV – as emendas individuais apresentadas aos projetos de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2022 e para os exercícios seguintes serão aprovadas no limite e no percentual previsto no § 4º do art. 160 da Constituição do Estado. (Minas Gerais, 2023)

A tabela 1 elaborada por Barbosa (2022) apresenta os valores nominais empenhados e pagos de emendas parlamentares no período de 2006 a 2021. Observa-se que até o ano de 2018 o percentual de valor pago oscilou consideravelmente, variando entre 89,36% e 21,65%. Isso ocorre porque, nesse período, as emendas não eram impositivas, ou seja, não havia obrigatoriedade de execução por parte do poder executivo. A partir de 2019, com a implementação da obrigatoriedade de execução das emendas, é possível notar uma tendência de maior consistência nos valores de execução, com percentuais acima de 70% e poucas oscilações. Esses dados refletem a influência das mudanças nas regras de execução das emendas parlamentares e fornecem um panorama importante para compreender a evolução da efetividade dessas emendas ao longo do período analisado.³

³ É relevante destacar que o estudo em questão abrangeu, a partir de 2019, as emendas impositivas individuais, as emendas impositivas de bloco ou bancada, bem como as emendas de comissão.

Tabela 1 – Valores nominais empenhados e pagos de emendas parlamentares - Anos de 2006 a 2021

ANO	VALOR EMPENHADO	VALOR PAGO	PERCENTUAL PAGO
2006	R\$ 87.331.227,21	R\$ 78.040.785,30	89,36%
2007	R\$ 56.556.659,09	R\$ 35.539.177,33	62,84%
2008	R\$ 110.390.653,27	R\$ 96.915.166,99	87,79%
2009	R\$ 162.004.819,59	R\$ 38.125.214,29	23,53%
2010	R\$ 147.503.224,29	R\$ 106.976.124,20	72,52%
2011	R\$ 191.027.544,21	R\$ 90.920.786,79	47,60%
2012	R\$ 169.812.817,04	R\$ 142.580.401,13	83,96%
2013	R\$ 149.620.646,00	R\$ 59.321.522,58	39,65%
2014	R\$ 96.960.362,74	R\$ 79.707.524,68	82,21%
2015	R\$ 244.097.443,25	R\$ 113.253.096,69	46,40%
2016	R\$ 181.522.009,83	R\$ 62.344.898,96	34,35%
2017	R\$ 238.418.871,79	R\$ 57.845.926,44	24,26%
2018	R\$ 62.803.015,74	R\$ 13.597.386,67	21,65%
2019	R\$ 437.119.673,99	R\$ 327.403.568,89	74,90%
2020	R\$ 875.061.470,07	R\$ 745.251.017,18	85,17%
2021	R\$ 1.085.691.773,74	R\$ 974.667.095,66	89,77%

Fonte: Barbosa, 2022

A tabela 2, elaborada por Barbosa (2022), apresentam o comparativo entre os valores nominais pagos de emendas parlamentares e a despesa total do Estado de Minas Gerais. No período de 2006 a 2018, é evidente que os valores de emendas pagos não ultrapassaram 0,30% da despesa total do estado. Isso ocorria devido à ausência de um valor mínimo de execução das emendas até 2019. No entanto, a partir desse ano, com a implementação da obrigatoriedade de execução e a fixação progressiva de um limite mínimo das emendas individuais, que passou de 0,7% da receita corrente líquida em 2019 para 1% em 2022, observa-se um aumento significativo da relevância desse dispêndio no orçamento público de Minas Gerais. Em 2019, as emendas representaram 0,37% da despesa total, enquanto em 2020 esse valor subiu para 0,83% e em 2021 alcançou 0,89% da despesa. Esses números indicam um crescimento expressivo no impacto financeiro das emendas parlamentares no contexto orçamentário do estado. Importante salientar que os dados apresentados incluem não apenas emendas individuais impositivas, mas também emendas bloco e de bancada, além das emendas oriundas da Comissão de Participação Popular.

Tabela 2 – Comparativo entre os valores nominais pagos de emendas parlamentares e a despesa total do Estado de Minas Gerais – anos de 2006 a 2021

ANO	VALOR EMENDAS	VALOR DESPESA TOTAL	EMENDAS EM RELAÇÃO A DESPESA TOTAL (%)
2006	R\$ 78.040.785,30	R\$ 27.394.441.624,49	0,28%
2007	R\$ 35.539.177,33	R\$ 30.184.451.698,36	0,12%
2008	R\$ 96.915.166,99	R\$ 35.873.435.466,32	0,27%
2009	R\$ 38.125.214,29	R\$ 38.046.891.042,40	0,10%
2010	R\$ 106.976.124,20	R\$ 44.227.107.612,62	0,24%
2011	R\$ 90.920.786,79	R\$ 52.406.432.686,11	0,17%
2012	R\$ 142.580.401,13	R\$ 60.649.612.510,64	0,24%
2013	R\$ 59.321.522,58	R\$ 68.316.112.282,94	0,09%
2014	R\$ 79.707.524,68	R\$ 72.359.578.353,65	0,11%
2015	R\$ 113.253.096,69	R\$ 78.698.981.199,77	0,14%
2016	R\$ 62.344.898,96	R\$ 80.868.286.466,47	0,08%
2017	R\$ 57.845.926,44	R\$ 88.040.095.836,53	0,07%
2018	R\$ 13.597.386,67	R\$ 90.070.368.385,81	0,02%
2019	R\$ 327.403.568,89	R\$ 89.289.858.388,61	0,37%
2020	R\$ 745.251.017,18	R\$ 90.071.588.951,41	0,83%
2021	R\$ 974.667.095,66	R\$ 109.609.096.238,42	0,89%

Fonte: Barbosa, 2022

Em seguida, merece destaque a pesquisa realizada por Castro (2021), que se dedicou a uma análise aprofundada das implicações financeiras decorrentes da adoção da Emenda Constitucional n.º 96/2018 pelo Estado de Minas Gerais. Seu estudo visou examinar de que maneira a implementação do orçamento impositivo para emendas parlamentares impactou a alocação e execução desses recursos em um contexto anteriormente marcado por certa incerteza e insatisfação entre os parlamentares. Em resumo, os resultados obtidos pela autora corroboram a conclusão de que ocorreu uma redução na imprevisibilidade relacionada à execução das emendas, que agora segue um processo mais regular e envolve menos negociações opacas, acarretando mudanças significativas no cenário político. Estas mudanças merecem uma análise aprofundada em estudos futuros, uma vez que podem contribuir para mecanismos de troca entre os poderes executivo e legislativo que possuem um nível de transparência inferior ao sistema prévio de alocação de emendas parlamentares. Especificamente, a transição para emendas impositivas pode implicar em menor transparência devido à perda, por parte do poder executivo, de uma ferramenta de negociação com o poder legislativo, o que antes facilitava a construção de acordos mais passíveis de controle.

Dadas essas informações, compreendemos que as emendas parlamentares impositivas provocaram transformações substanciais na dinâmica das relações entre os poderes

relacionados ao orçamento. Além disso, esse cenário levou o poder executivo mineiro a estabelecer uma estrutura administrativa para gerenciar e administrar o processo de operacionalização das emendas impositivas. Portanto, a próxima seção deste texto se dedica a explicar o processo de operacionalização das emendas impositivas e a refletir sobre as pesquisas existentes relacionadas à alocação dessas emendas parlamentares pelos deputados.

2.3 O processo simplificado das emendas impositivas em Minas Gerais

Ao serem aprovadas, as emendas parlamentares impositivas surgiram como um instrumento de considerável impacto, tanto financeiro quanto operacional. Diante dessas mudanças, o estado de Minas Gerais viu-se compelido a reestruturar-se institucionalmente, buscando uma eficiente gestão e administração do processo de implementação dessas emendas. Neste contexto, torna-se imprescindível aprofundar a compreensão acerca do funcionamento dessas emendas no âmbito estadual. Essa compreensão não apenas fortalecerá a base para a análise em curso, mas também permitirá uma contextualização mais abrangente para análises subsequentes.

A primeira etapa desse processo é a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da qual se torna essencial, uma vez que essa legislação estabelece os prazos e regulamentos para a operacionalização das emendas parlamentares impositivas no exercício fiscal subsequente. Além disso, a LDO determina o momento em que o poder executivo deve apresentar a relação de iniciativas passíveis de execução, juntamente com os recursos orçamentários e financeiros designados para as emendas parlamentares impositivas, conhecida como “portfólio de emendas”.

A elaboração desse portfólio de projetos é responsabilidade dos órgãos e entidades estaduais e deve conter informações detalhadas, como os objetos, os beneficiários, as informações orçamentárias (unidade orçamentária, ação orçamentária, grupo de despesa, categoria, entre outros) , o montante mínimo a ser alocado e critérios técnicos específicos. Geralmente, esse portfólio de projetos é apresentado nos últimos meses do ano vigente e desempenha um papel fundamental no processo inclusão das informações necessárias para a execução das emendas parlamentares. Em outras palavras, o portfólio de projetos indica as informações que os parlamentares devem incorporar ao orçamento e aos sistemas a fim de viabilizar a implementação de suas emendas.

Em seguida, o processo de emendamento por parte dos parlamentares se inicia durante a fase de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nessa etapa, os legisladores devem especificar a Unidade Orçamentária, Ação Orçamentária, Grupo de Despesa e o objeto de execução da emenda. Essas indicações devem estar em conformidade com as

diretrizes orçamentárias e o Plano Plurianual (PPA) do Estado, além de serem compatíveis com o portfólio de projetos apresentado anteriormente.

Após a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pelo poder legislativo e a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo poder executivo, ocorre o carregamento dos dados das emendas no Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias (Sigcon-Saída)⁴ por parte do poder executivo. Nesse sistema, cada dotação e o valor disponível para a indicação por parte dos parlamentares são detalhadamente especificados. Em seguida, os parlamentares utilizam o sistema para realizar o processo de indicação de recursos. Nele, o parlamentar define o beneficiário dos recursos, especifica o valor da indicação, determina a modalidade de transferência, o tipo de aplicação⁵ e fornece informações adicionais necessárias para a execução dos recursos no objeto da emenda.

Nesse contexto, resumidamente os beneficiários das emendas podem ser, de acordo com a SEGOV:

As emendas impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) poderão alocar recursos:

1. Aos Municípios:

— por transferência especial, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere, a ser realizada diretamente em conta bancária aberta, exclusivamente, para esta finalidade;

— por transferência direta de fundo estadual a fundos municipais, mediante formalização de Resolução;

— mediante a celebração de convênio, ou de instrumento congênere;

— doação de bens móveis - aplicação direta;

2. Aos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou Municipal, inclusive consórcio público, mediante a celebração de convênio, ou de instrumento congênere;

3. Para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, mediante a celebração de termo de fomento ou termo de colaboração, para a execução de um objeto de interesse público;

4. Aos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, por meio de execução direta. (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, 2023b)

Essencialmente, as modalidades de transferência determinam como os recursos serão repassados aos beneficiários das emendas. As principais modalidades incluem

⁴ O sistema Sigcon Saída é o responsável por sistematizar a gestão de convênios e parcerias do estado de Minas Gerais. Além disso, ele apresenta um módulo de emendas nos quais é feito a gestão das indicações dos parlamentares acerca de suas emendas impositivas. O Sigcon Saída permite os deputados gerenciar suas indicações e acompanhar o andamento das suas emendas.

⁵ O “tipo de aplicação” nas emendas impositivas pode se referir à finalidade específica para a qual os recursos da emenda serão usados.

transferência especial, transferência fundo a fundo, celebração de convênio, parcerias do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) e execução direta.

A “transferência especial”, que possibilita a transferência direta de recursos para as contas bancárias dos municípios, sem a necessidade de uma destinação específica indicada pelo parlamentar, surgiu a partir da Emenda à Constituição n.º 101 de 2019:

Art. 160-A – A transferência a municípios de recursos estaduais decorrentes de programações incluídas na Lei Orçamentária Anual por emendas individuais, de blocos e de bancadas nos termos do § 6º do art. 160 poderá ser feita por meio de uma das seguintes modalidades:

I – transferência especial;

II – transferência com finalidade definida.

§ 1º – Os recursos transferidos na forma do caput não integrarão a receita dos municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 14 do art. 160, e do endividamento do ente federado beneficiado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos e com pensionistas;

II – encargos referentes ao serviço da dívida.

§ 2º – Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput, os recursos:

I – serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;

II – passarão a pertencer ao ente federado beneficiado no ato da efetiva transferência financeira;

III – serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do poder executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 3º – O ente federado beneficiado pela transferência especial a que se refere o inciso I do caput poderá firmar contratos de cooperação técnica a fim de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.

(...)

§ 5º – Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a vedação a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo. (Minas Gerais, 2023)

É importante observar que, apesar da flexibilidade quanto ao objeto, pelo menos 70% dos recursos devem ser aplicados em despesas de capital, incidindo esse percentual apenas sobre o montante total de recursos indicados pelo parlamentar na categoria de “transferência especial”.

A modalidade de “transferência fundo a fundo” ocorre mediante resoluções da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, destinando recursos a fundos municipais e unidades tanto do sistema de saúde quanto do sistema de assistência social.

Já as “celebrações de convênio” oferecem outra opção para a transferência de recursos de emendas, onde os beneficiários podem incluir prefeituras, consórcios municipais, órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, estadual ou municipal. Nesse caso, o objeto da indicação é bem definido e orientado pelo portfólio de projetos, e a aplicação segue a programação estabelecida nas emendas, com o repasse ocorrendo mediante a celebração de um convênio ou instrumento congênere.

As “parcerias do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC)” possibilitam que organizações da sociedade civil recebam recursos das emendas impositivas. O objeto é orientado pelo portfólio de projetos, e a aplicação está vinculada à programação estabelecida nas emendas. O repasse aos beneficiários ocorre mediante a celebração de termo de fomento ou termo de colaboração, seguindo as diretrizes estabelecidas na resolução conjunta SEGOV/AGE n.º 007, de 9 de junho de 2017, e no decreto n.º 47132 de 20 de janeiro de 2017.

Por fim, a modalidade de “execução direta” permite que órgãos e entidades da administração pública estadual sejam beneficiados diretamente com os recursos das emendas. Nesse caso, o objeto da indicação é bem definido, e a aplicação segue a programação estabelecida nas emendas. O repasse e a execução são realizados diretamente quando o órgão processador e o beneficiário são os mesmos. Caso difiram, será necessário formalizar um convênio ou instrumento similar.

Além dessas modalidades, existem outras opções menos comuns e menos definidas, como “Contrato de Gestão com Organização Social,” “Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação,” “Premiação,” “Termo de Compromisso Cultural,” “Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO),” “Termo de Outorga,” “Termo de Outorga para Estímulo à Inovação,” entre outras. Estas modalidades são menos usuais e não possuem processos tão bem estabelecidos quanto as anteriormente mencionadas.

Após a etapa em que os parlamentares fazem as indicações, inicia-se o processo de análise técnica por parte do poder executivo. Nesse processo, o poder executivo avalia a conformidade das indicações com as políticas públicas associadas às programações orçamentárias e os requisitos legais necessários para a execução do orçamento público.

Essa análise técnica ocorre em duas fases: inicialmente, o órgão executor da emenda avalia sua viabilidade técnica. Em seguida, a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) realiza uma análise técnica de viabilidade. Além disso, os beneficiários das emendas podem ser solicitados a fornecer documentação adicional, dependendo das circunstâncias.

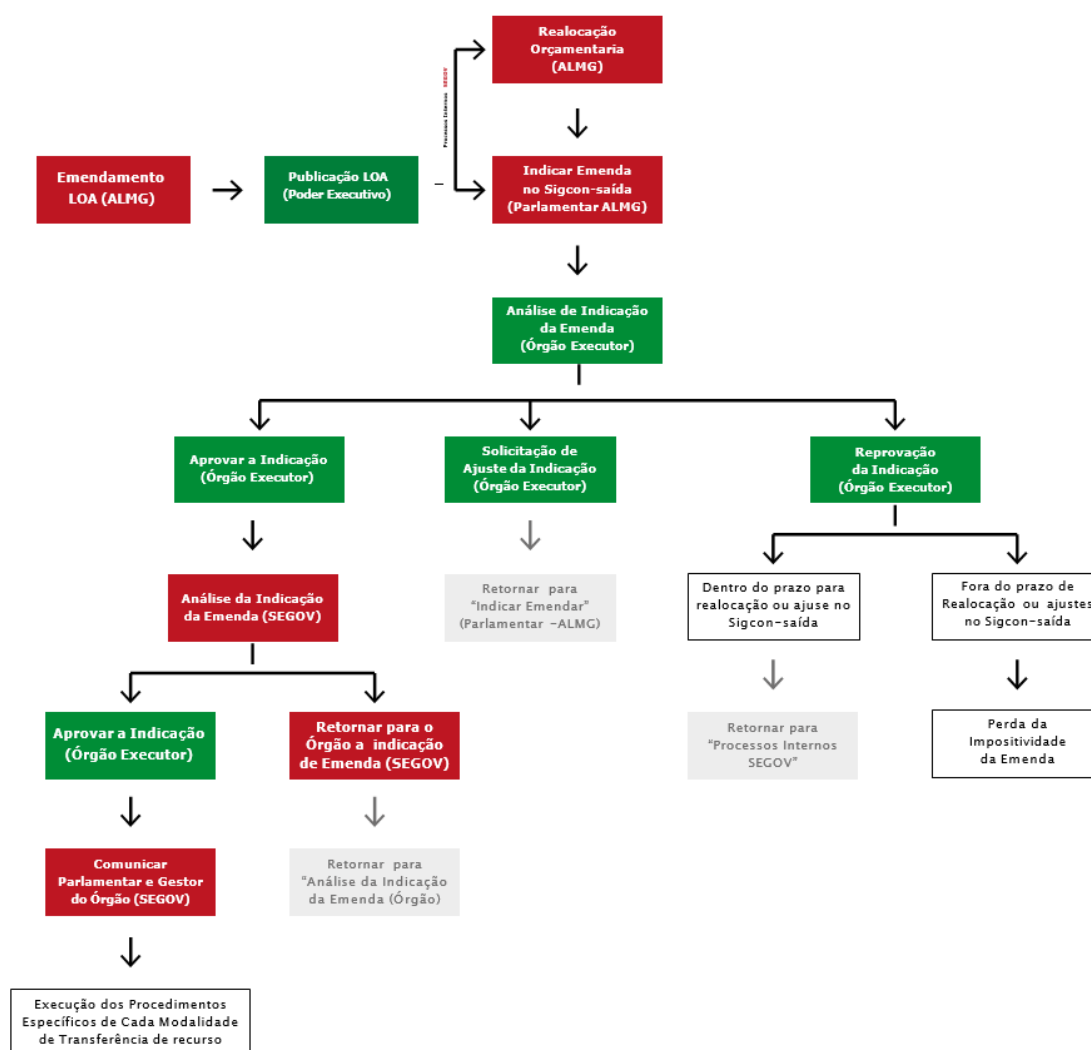
Caso haja impedimentos técnicos que levem à reprovação das indicações, os parla-

mentares têm a opção de buscar uma solução por meio da realocação orçamentária. Esse procedimento permite a modificação da dotação orçamentária, incluindo a possibilidade de alterar a unidade orçamentária, desde que sejam respeitados os percentuais mínimos exigidos para ações e serviços públicos de saúde (no caso de emendas individuais) e ações e serviços públicos de saúde, além da manutenção e desenvolvimento do ensino (emendas de blocos e bancadas).

Dessa forma, caso as indicações passem pela aprovação nas análises técnicas, procede-se com a celebração e execução dos recursos.

Resumidamente a figura 1 disponibilizada e elaborada pelo poder executivo estadual (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, 2023a) no manual de emendas impositivas esclarece esse fluxo:

Figura 1 – Fluxo simplificado emendas impositivas de Minas Gerais



Fonte: Segov, 2023.

Para encerrar esse ciclo, é essencial destacar o processo de prestação de contas, no qual os beneficiários reportam a execução dos recursos, e o Tribunal de Contas Estadual (TCE-MG) exerce um papel central no controle dessas atividades. Agora que temos uma compreensão clara da operacionalização das emendas em Minas Gerais, é de relevância explorar como os estudos mais relevantes investigam as motivações e os padrões de comportamento dos parlamentares dentro desse contexto.

2.4 Discussão dos fatores preponderantes para alocação de recursos de emenda parlamentar

É importante compreender como os distintos parlamentares mobilizam os critérios e parâmetros legais estabelecidos para a definição de emendas de modo a criar seus próprios padrões de indicação. Tal compreensão, ademais, pode ser reveladora sobre eventuais diferenças e semelhanças na alocação de recursos a partir de preferência ideológicas distintas. Nesse sentido, a discussão científica tem travado discussões e estudos para decifrar quais fatores ou motivadores são mais importantes na hora da alocação do recurso pelos parlamentares.

Alguns autores destacam que os critérios utilizados pelos parlamentares na alocação de recurso são predominantemente políticos (Ames, 2003; Santana, 2011). Ou seja, não há uma avaliação técnica que motive a destinação de recursos para um município. Pode-se destacar duas principais pesquisas que fortalecem para esse ponto: Baião (2016) e Ferreira (2019). Baião buscou entender se o destino das emendas parlamentares da saúde são os municípios que apresentavam maiores carências na área, entretanto os resultados obtidos pelo autor demonstraram que o principal destino das emendas parlamentares da saúde provenientes de deputados federais foram os municípios que menos necessitavam do recurso. Já a pesquisa de Ferreira (2019), buscou investigar isso para Minas Gerais, e a conclusão do autor foi, também, que critérios técnicos não são tão relevantes no processo de alocação desses recursos. Ou seja, o fato de um município demandar mais recursos, por exemplo, na área da educação, não aumenta as chances dessa localidade ser beneficiada por um parlamentar com aportes financeiros.

Outra motivação discutida no mundo acadêmico é a questão da distribuição de eleitores e a relevância dos redutos eleitorais. Ames (2003) argumenta que os candidatos frequentemente buscam ser o mais eficientes possível, ou seja, utilizar a menor quantidade de recursos para obter o maior apoio. Ele sugere que o sistema político eleitoral brasileiro muitas vezes opera com base em um sistema de distritos informais, onde os deputados concentram seus esforços e recursos de campanha e recebem a maioria de seus votos.

Embora seja uma tendência geral que os parlamentares concentrem suas emendas

impositivas em municípios onde possuem sua base eleitoral, vale ressaltar que não se trata de uma regra absoluta para todos os parlamentares. Alguns deputados podem adotar estratégias diferentes, destinando recursos a outras áreas por razões específicas relacionadas aos interesses de seus eleitores ou ao cumprimento de suas agendas políticas.

Além dessas considerações, a última motivação a ser discutida é a conexão partidária do parlamentar. De acordo com estudos de Barone (2014) e Baião (2016), os parlamentares frequentemente priorizam municípios administrados por colegas de partido. Isso ocorre porque o parlamentar depende não apenas da devida execução dos recursos por parte da Organização da Sociedade Civil ou prefeitura, mas também da associação desses benefícios à sua figura junto à população. Ter um município administrado por um aliado político pode facilitar a capitalização das indicações de emendas parlamentares, uma vez que esses aliados têm maior disposição para colaborar e promover a imagem do parlamentar que propôs a emenda, como demonstrado por Ferreira (2019). Esta conexão partidária é uma estratégia importante para maximizar o impacto eleitoral das emendas parlamentares, visto que ajuda a evitar a usurpação de conquistas por outros parlamentares que possam competir pela mesma localidade.

Apesar das considerações sobre a conexão partidária e outras motivações já discutidas, os debates apresentados por diversos autores frequentemente minimizam ou até ignoram a importância do fator ideológico dos parlamentares. Essas discussões sugerem que as motivações previamente mencionadas são predominantes e suficientes para explicar o comportamento dos legisladores. No entanto, surge uma questão fundamental: será que parlamentares de diferentes orientações ideológicas alocariam recursos de maneira semelhante, mesmo quando suas ideologias diferem?

Embora haja estudos que investigam como o alinhamento ideológico dos prefeitos influencia na alocação de recursos municipais (Lehmann, 2019), até o momento, não foram realizadas análises abordando a relação entre o posicionamento ideológico dos parlamentares no âmbito legislativo estadual ou federal e suas decisões na distribuição de recursos. Este estudo procura preencher essa lacuna, inaugurando discussões sobre como a ideologia dos parlamentares impacta na alocação de seus recursos.

O próximo capítulo se aprofundará nas discussões acerca do conceito de ideologia, conforme abordado neste estudo, e classificará ideologicamente os partidos representados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante a 19ª Legislatura, com base na análise realizada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Essa classificação servirá como base para a análise das alocações de recursos realizada posteriormente.

3 CLASSIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS

3.1 Ideologia Política: fundamento e importância na análise política

Primeiramente, é preciso entender que ideologia é o conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que pretendem representar o mundo social por determinadas classes (Baldus; Willems, 1939) . Para complementar essa compreensão:

“Em sentido mais geral, a cultura de todos os sistemas sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência como estilo de vida, seja uma ideologia com raízes na família, que define a natureza e a finalidade da vida familiar, ou uma ideologia religiosa que serve de base e prega um sistema de vida em relação a forças sagradas.”(Johnson, 1997)

Max Weber, em suas obras, percebe a ideologia como uma visão de mundo particular, relativa e, portanto, não necessariamente uma expressão da verdade absoluta ou uma representação exata do mundo social, como destacado por Silva (2000). Nesse contexto, Weber procura demonstrar a diversidade de ideologias, cada uma reivindicando ser a verdade definitiva sobre o mundo social. Em suas palavras, ao invés de uma visão unitária da vida, existem diversas visões que expressam verdades relativas e estão envolvidas em lutas simbólicas constantes, como exemplificado em “A Ciência como Vocação” (Silva, 2000).

Na perspectiva de Weber, os indivíduos ou grupos sociais aderem a uma determinada visão de mundo na medida em que têm afinidades com o conteúdo que ela expressa, principalmente quando suas situações de classe e status propiciam adquirir ideias e representações que estejam alinhadas com seus interesses materiais e ideais (Silva, 2000).

No contexto político, a ideologia política, portanto, assume uma importância crucial, fundamentando políticas e sistemas de crenças que orientam os atores políticos e eleitores. Max Weber percebe a ideologia política como um conjunto de ideias e valores que direcionam as ações dos atores políticos. Essas ideias e valores, embora complexos e multifacetados, frequentemente são simplificados e categorizados em um espectro de crenças e posicionamentos políticos.

Essa simplificação facilita a organização dos atores políticos, sejam eles eleitores ou parlamentares, dentro do cenário político. A classificação ideológica, incluindo o uso do espectro da direita e esquerda, é uma maneira de resumir as ideologias políticas. A classificação ideológica tende a categorizar as ideologias dos partidos e parlamentares por proximidade ou distanciamento das ideias ou crenças.

Consequentemente, a compreensão da ideologia política como um mecanismo simplificador e organizador no cenário político é fundamental para a análise das dinâmicas políticas. Ao explorar a classificação ideológica dos partidos, torna-se possível discernir as nuances e tendências das preferências políticas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das complexidades do processo político. A próxima seção abordará a classificação ideológica dos partidos e os estudos dedicados a esse fim, explicando o estudo que orientou a classificação ideológica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na 19ª legislatura.

3.2 Classificação ideológica dos partidos em 2018

A ideologia, como força motriz das posições políticas não só estrutura a comunicação política, mas também atua como o elemento fundamental para a captação de interesses diversos ao longo do tempo e espaço. É dentro dessa perspectiva que os partidos políticos emergem como as instituições incumbidas de articular essa complexidade nas democracias, ao fazer uso da diferenciação eleitoral, conforme ressaltado por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Concomitantemente, a compreensão dos partidos políticos como portadores de uma visão de mundo, delineada por um programa ideológico, manifesta a ideologia como um “atalho cognitivo” nas escolhas de voto e orientação de tomadas de decisão partidárias durante os mandatos governamentais, como também colocado por Rose (1984 apud Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

Ademais, a ideologia assume a relevante função de facilitar comparações e estudos ao longo do tempo e espaço, permitindo a identificação de dinâmicas e particularidades nos sistemas partidários (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023). Essa característica é especialmente notória no contexto das emendas parlamentares, que evoluíram para um orçamento designado a cada deputado, erguendo-se como um potencial campo de pesquisa da ciência política. Portanto, a investigação das emendas parlamentares em consonância com a ideologia partidária pode ser vista como uma abordagem complementar, delineando um cenário no qual a identificação das posições ideológicas dos partidos detém um papel de suma importância em estudos políticos, notadamente no cenário brasileiro, onde essa questão ainda requer um aprofundamento adequado.

Nesse sentido, entende-se que a ideologia dos partidos políticos brasileiros é tratada geralmente como um tema coadjuvante nos estudos científicos, que majoritariamente privilegia os comportamentos eleitoral e legislativos, sobrepujando a dimensão ideológica como incapaz de diferenciar legendas partidárias (Tarouco; Madeira, 2015; Zucco Jr., 2011; Epstein, 2009). Isso acontece, porque no Brasil as diferenças entre os partidos políticos estariam diluídas pelo personalismo eleitoral e pela patronagem partidária. Ou seja, no contexto brasileiro, existe uma baixa programaticidade permanente, independente do estágio

de desenvolvimento do seu sistema partidário (Ames, 2003; Mainwaring, 1993).

No âmbito do sistema partidário brasileiro, existe uma dualidade paradigmática persistente. Por um lado, os partidos políticos têm uma influência eleitoral relativamente insignificante, caracterizada por campanhas eleitorais focadas em indivíduos, financiamento privado, grande fragmentação partidária e práticas clientelistas. Por outro lado, no âmbito legislativo nacional, os partidos desempenham um papel significativo, organizando a agenda de votações, apresentando um grau de coesão interna superior a 50% e formando alianças para garantir a governabilidade do país. Isso cria uma contradição no comportamento dos partidos brasileiros, que dificulta a compreensão de suas bases programáticas, resultando em uma falta de clareza sobre as posições ideológicas da maioria dessas agremiações políticas. Essa dualidade comportamental contribui para um entendimento confuso e complexo das identidades políticas e plataformas partidárias no contexto brasileiro (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

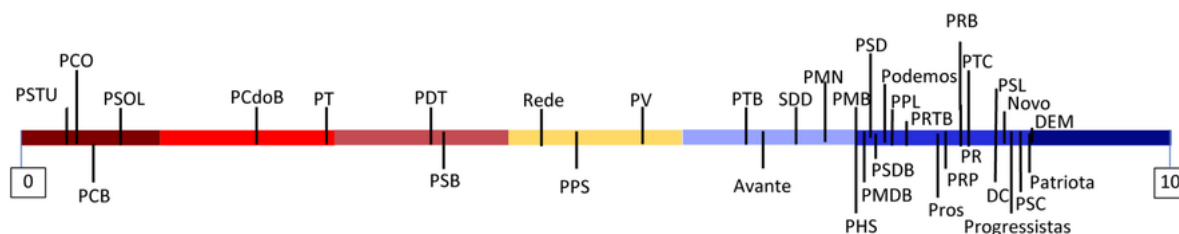
Porém, especialistas, líderes políticos e opinião pública reconhecem de forma clara a divisão ideológica e suas consequências na governança pública e no comportamento das legislaturas. Para compreender o conteúdo dessa divisão, várias estratégias são empregadas (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023). Nesse contexto, é possível avaliar a orientação ideológica dos partidos por meio de diversas abordagens, como a análise de seus programas partidários (Tarouco; Madeira, 2013; Babireski, 2014; Franzmann; Kaiser, 2006), a observação dos comportamentos de seus representantes (Scheeffer, 2016), a análise dos padrões de votação eleitoral (Carreirão, 2006), a composição sociopolítica (Rodrigues, 2002), a percepção de seus representantes (Power; Zucco JR., 2009) ou até mesmo a avaliação de especialistas (Wiesehomeier; Singer; Ruth-Lovell, 2019; Tarouco; Madeira, 2015).

Nesse estudo será utilizado como base a classificação feita por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). No seu artigo, é apresentada uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Essa classificação é baseada em um levantamento de dados realizado por meio de um *survey* aplicado à comunidade de cientistas políticos em 2018. Nesse levantamento, os cientistas políticos foram solicitados a classificar os partidos em duas dimensões: a primeira relacionada à escala esquerda-direita e a segunda referente aos principais objetivos partidários, que incluem a perseguição de votos, posições de governo e políticas.

Contudo, para os propósitos deste estudo, nosso foco será direcionado à discussão e classificação propostas na dimensão esquerda-direita. Portanto, deixaremos de lado a análise relacionada aos objetivos partidários, concentrando nossa atenção na avaliação do posicionamento ideológico dos partidos nessa escala específica.

Nesse sentido, os autores argumentam que se deve compreender que a classificação através de um *expert survey* apresenta vantagens notáveis. Primeiramente, a abordagem de *survey* com especialistas produz medidas confiáveis e válidas, demonstrando convergência com outras métricas, como o comportamento eleitoral dos partidos (Benoit; Laver, 2006). Além disso, essa abordagem evita contaminações políticas ao contornar lógicas de alianças e decisões governamentais, o que é especialmente relevante em cenários como o brasileiro (Mair, 2001; Wiesehomeier; Singer; Ruth-Lovell, 2019). Contudo, há desafios a considerar. A sensibilidade dos resultados ao contexto temporal e local de coleta dos dados pode influenciá-los significativamente. Adicionalmente, pesquisas com especialistas podem mostrar tendências de polarização, colocando partidos opostos em extremos distantes e levando a uma representação artificial da ideologia política, sobretudo em sistemas partidários fragmentados (Wiesehomeier; Singer; Ruth-Lovell, 2019; Mair, 2001).

Figura 2 – Escala direita-esquerda com a classificação dos partidos - 2018



Fonte: Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)

A figura 2 mostra a orientação ideológica de cada partido com base em cortes da média de suas pontuações na escala esquerda-direita. Desse modo, como pode-se visualizar o ponto mais à esquerda coincide com o valor zero, e o mais à direita, com o valor dez. Conforme o autor:

Olhando mais detidamente para os cortes ideológicos representados na reta pelas diferenciações de cores, vemos que segmentos de mesma amplitude apresentam algumas constantes. A escala foi dividida de modo que partidos que tiveram média ideológica entre 0 e 1,5 foram classificados como de extrema-esquerda. Os que pontuaram de 1,51 a 3, como esquerda. De 3,01 a 4,49 estão as legendas de centro-esquerda. Já entre 4,5 e 5,5, as de centro. Valores entre 5,51 e 7 englobam a centro- -direita. Os de 7,01 a 8,5 foram classificados como de direita. Por fim, partidos que pontuaram na média entre 8,51 e 10, foram considerados de extrema-direita. Os dois partidos mais à direita do espectro são o DEM, que teve ideologia média de 8,57, e o Patriota, com 8,55 – ambos ocupando a extrema-direita. Já no extremo oposto temos o PSTU, com 0,51, e o PCO com 0,61 (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

Essa classificação desempenhará um papel fundamental neste estudo, pois é essencial para entender a dinâmica da política brasileira em 2018. Ela servirá como a base para classificar os partidos políticos na ALMG durante a 19ª legislatura. Além disso, essa

classificação será o ponto de partida para nossa análise sobre a alocação de emendas parlamentares pelos diferentes grupos ideológicos (extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita) no período de 2020 a 2023. Nesse sentido, é crucial estabelecer a conexão entre a classificação proposta, a composição da ALMG naquele período e a distribuição dos partidos dentro dos grupos ideológicos.

3.3 Composição partidária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Nesta seção, aprofundaremos nossa análise da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Começaremos por avaliar a composição partidária na ALMG, incluindo o número de deputados por partido. Essa análise nos permitirá obter conclusões sobre o perfil da Assembleia Legislativa mineira e entender como os partidos estão distribuídos nesse contexto. Em seguida, relacionaremos essa composição partidária com a classificação ideológica previamente estabelecida.

Tabela 3 – Migração partidária: origem (Or.) e destino (De.) dos deputados por legislatura (1995/2015)

Partido	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média 1990/2010
PSDB			9,1	10,4	20,8	14,3	20,8	16,9	11,7	14,9
PMDB	51,9	41,0	26,0	16,9	13,0	11,7	11,7	10,4	13,0	14,7
PT	1,3	6,5	13,0	10,4	6,5	19,5	11,7	14,3	13,0	12,6
PFL/DEM		17,0	9,1	11,7	7,8	6,5	13,0	5,2	2,6	8,0
PDT		6,5	3,9	9,1	10,4	6,5	6,5	6,5	5,2	6,9
PTB		3,9	5,2	13,0	6,5	7,8	3,9	5,2	5,2	6,7
PL/PR		2,6	6,5	5,2	3,9	9,1	1,3	1,3	3,9	4,5
PDS/PP	46,8	5,2	3,9	1,3	5,2	7,8	5,2	1,3	3,9	4,1
PV				1,3	0	1,3	9,1	7,8	5,2	3,5
PSB				1,3	6,5	3,9	1,3	3,9	3,9	3,0
PPS				1,3	2,6	2,6	5,2	3,9	3,9	2,8
PSC					1,3		2,6	2,6	2,6	1,3
PCdoB						1,3	1,3	2,6	3,9	1,3
PP*				14,3						-
PRN			11,7							-
PRS			6,5							-
Outros			5,2	3,9	15,6	7,8	6,5	18,2	16,9	10,6
Nab**	3	7	13	14	16	15	17	22	22	
Nep***	2,1	2,9	7,6	8,7	9,6	9,4	10,3	11,2	13,9	

Fonte: Ranulfo, 2016.

A tabela 3 expõe a evolução dos percentuais de assentos ocupados por cada partido em cada legislatura a partir de 1982 até 2014, nela é possível observar mudanças na composição partidária apresenta a evolução dos percentuais de assentos ocupados por cada partido em cada legislatura, abrangendo o período de 1982 a 2014. Através desta tabela, é possível observar mudanças na composição partidária da ALMG ao longo do tempo e identificar os partidos mais representativos em cada período. Por exemplo, é evidente que o PSDB deteve o maior número de assentos entre 1994 e 2010, enquanto o PMDB ocupou a segunda posição mais representativa de 1986 a 2014. Outros partidos, como o PTB, o PL/PR e o PDT, mantiveram uma participação variável, mas nunca ultrapassaram

15% dos assentos. Partidos como PFL/DEM, PSB, PPS e PCdoB tiveram uma presença mais modesta, com menos de 10% dos assentos em todos os anos da assembleia ao longo do tempo, bem como identificar os partidos mais representativos em cada período. Por exemplo, pode-se notar que o PSDB foi o partido com maior número de assentos entre 1994 e 2010, enquanto o PMDB foi o segundo mais representativo entre 1986 e 2014. O PTB, o PL/PR e o PDT tiveram uma participação variável, mas nunca ultrapassaram 15% dos assentos. O PFL/DEM, o PSB, o PPS e o PCdoB tiveram uma presença mais modesta, com menos de 10% dos assentos em todos os anos.

A tabela 3 também revela um nível significativo de fragmentação partidária. A ALMG experimentou um aumento constante no número de partidos representados, particularmente entre 1986 e 1990, quando houve uma significativa expansão do número efetivo de partidos. Nas legislaturas de 2010 e 2014, a assembleia abrigou 22 partidos, totalizando 65 deputados, o que equivale a uma média de 2,86 deputados por partido (Melo, 2016).

Diante do exposto, podemos afirmar que o cenário de alta fragmentação persistiu na 19ª legislatura. No entanto, uma diferença notável é a ausência do partido do poder executivo, o Novo, liderado pelo governador Romeu Zema, entre as três siglas mais representativas. Essa diferença marca uma mudança em relação às eleições anteriores, nas quais o partido do governo possuía uma parcela considerável no poder legislativo.

A tabela 4 apresenta a porcentagem de cadeiras ocupadas por diferentes partidos políticos nas 18ª e 19ª legislaturas de Minas Gerais, além da variação entre elas. Essa tabela complementa o estudo realizado por Melo (2016) e está colorida, destacando em verde os partidos que aumentaram o número de cadeiras na 19ª legislatura.

A tabela 4 permite identificar quais partidos ganharam ou perderam influência na ALMG entre as duas legislaturas. Por exemplo, o PT, que detinha a maior porcentagem de cadeiras na 18ª legislatura, manteve sua representação em 13% nas cadeiras da 19ª legislatura. O PSDB, anteriormente o terceiro partido com maior representatividade, com 11,7% das cadeiras na 18ª legislatura, perdeu 2,6 pontos percentuais na 19ª legislatura, ficando com 9,1%. O MDB, que empatou com o PT como o segundo partido mais representativo na 18ª legislatura, com 13% das cadeiras, sofreu uma diminuição de 3,9% na 19ª legislatura, chegando a 9,1%. Além disso, a tabela 4 também destaca quais partidos ingressaram ou saíram da ALMG entre as duas legislaturas. Por exemplo, o PSL, ausente na 18ª legislatura, tornou-se o quarto maior partido na 19ª legislatura, com 7,8% das cadeiras. Já o PSOL, sem representação na 18ª legislatura, conquistou uma cadeira nas eleições de 2018.

Tabela 4 – Variação da participação dos partidos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Comparação 18ª Legislatura e 19ª Legislatura

Partido	18ª Legislatura	19ª Legislatura	Variação entre as legislaturas (19ª Legislatura - 18ª Legislatura)
PT	13,0%	13,0%	0,0%
PSDB	11,7%	9,1%	-2,6%
MDB	13,0%	9,1%	-3,9%
PSL	0,0%	7,8%	7,8%
PV	5,2%	6,5%	1,3%
PSD	5,2%	5,2%	0,0%
NOVO	0,0%	3,9%	3,9%
PHS	1,3%	3,9%	2,6%
PRB	2,6%	3,9%	1,3%
PSC	2,6%	3,9%	1,3%
PTB	5,2%	3,9%	-1,3%
SOLIDARIEDADE	0,0%	2,6%	2,6%
PATRI	1,3%	2,6%	1,3%
PR	3,9%	2,6%	-1,3%
AVANTE	3,9%	2,6%	-1,3%
PODE	3,9%	2,6%	-1,3%
PDT	5,2%	2,6%	-2,6%
DC	0,0%	1,3%	1,3%
PRP	0,0%	1,3%	1,3%
PRTB	0,0%	1,3%	1,3%
PSOL	0,0%	1,3%	1,3%
REDE	0,0%	1,3%	1,3%
PROS	1,3%	1,3%	0,0%
DEM	2,6%	1,3%	-1,3%
PC do B	3,9%	1,3%	-2,6%
PP	3,9%	1,3%	-2,6%
PPS	3,9%	1,3%	-2,6%
PSB	3,9%	1,3%	-2,6%
PMN	1,3%	0,0%	-1,3%
PTC	1,3%	0,0%	-1,3%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

É importante ressaltar o alto grau de mudança nas bancadas em Minas Gerais, um cenário que persistiu na 19ª legislatura, com cerca da metade dos parlamentares trocando de partido ao longo de seus mandatos (Melo, 2016). Essa dinâmica requer uma análise cuidadosa em relação à orientação ideológica dos deputados. A manutenção da coerência ideológica mesmo após a mudança de partido implica que a posição ideológica do deputado permanece constante, o que, por sua vez, não afetará o estudo em questão.

Tendo analisado a composição partidária da ALMG nas legislaturas anteriores, com ênfase na fragmentação partidária significativa, especialmente na 18ª legislatura, é imperativo avançar na compreensão do comportamento ideológico dessas agremiações políticas. Esse passo nos conduzirá a uma análise mais aprofundada sobre como a orientação ideológica dos partidos pode influenciar as alocações de recursos, o tema central deste estudo.

Para explorar a orientação ideológica dos partidos representados na 19ª legisla-

tura, utilizaremos a classificação ideológica desenvolvida por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023),. A próxima seção se dedicará a explicar esse processo e posicionar os diferentes parlamentares nos grupos ideológicos com base em seus partidos.

3.4 Classificação ideológica da Assembleia Legislativa na 19ª legislatura e considerações metodológicas

Com base na classificação apresentada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), realizamos a categorização dos partidos da 19ª legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a fim de dar suporte à análise conduzida neste estudo. Cabe ressaltar que a decisão de agrupá-los em espectros ideológicos, nomeadamente extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita e extrema-direita, foi uma resposta à complexa fragmentação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na qual a maioria dos partidos é representada por apenas um ou dois deputados. Isso dificultaria uma análise detalhada com base em partidos individuais, justificando a abordagem adotada.

É fundamental observar que este estudo não se aprofundará na discussão conceitual dos termos extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita e extrema-direita, uma vez que o seu foco não se concentra na avaliação conceitual da aplicação dos recursos. Em vez disso, visa identificar padrões de similaridade ou diferença no uso de emendas parlamentares entre os espectros políticos que se caracterizam como próximos ou distantes no eixo ideológico.

Entretanto, é importante destacar duas limitações inerentes a essa metodologia. Primeiramente, a classificação dos partidos não foi desenvolvida exclusivamente para o contexto de Minas Gerais, mas sim por cientistas políticos em nível nacional. Portanto, é válido considerar que diferentes interpretações podem surgir da análise dessa classificação em um contexto regional. Segundo, a classificação foi estabelecida em 2018 e, embora ainda seja relevante, pode não refletir precisamente as variações no posicionamento ideológico ao longo dos anos da 19ª legislatura.

Neste estudo, serão levadas em consideração as mudanças partidárias e os partidos pelos quais os deputados passaram nos anos de 2020, 2021 e 2022. No entanto, não serão consideradas as ações ocorridas em 2023, pois muitos desses deputados não foram reeleitos, alguns ascenderam a cargos de deputados federais ou deixaram a vida pública. Além disso, a decisão de avaliar os partidos no início do ano é justificada pelo fato de que é nesse período que os parlamentares fazem suas indicações, tornando-o o momento mais apropriado para compreender o posicionamento político no cenário em que ocorre a alocação de recursos. Avaliar suas ações fora do contexto político estadual poderia potencialmente distorcer as informações analisadas.

Tabela 5 – Tabela da distribuição dos parlamentares da 19ª legislatura de acordo com o posicionamento ideológico do partido

ANO	Extrema-esquerda (PSOL)	Esquerda (PTFCdoB)	Centro-Esquerda (PDT-CIDADANIA-PSB)	Centro (REDE-PPS)	Centro-Direita (PV-SOLIDARIEDADE-PTB-AVANTE-PHS)	Direita (PRTB-REPUBLICANOS-PSL-PSD-NOVO-MDB-PSDB-PROS-PSC-PL-PODE-PP)	Extrema-Direita (PATRIOTA-DEM)
2019	1	11	3	2	15	42	3
2020	1	11	5	1	14	42	3
2021	1	11	4	1	15	42	3
2022	1	10	6	1	14	40	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A análise da composição ideológica da 19ª legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, conforme apresentada na tabela 5, revela uma significativa mudança no espectro político em direção à direita e centro-direita. Durante esse período, partidos com orientação política à direita e centro-direita representaram conjuntamente 54,5% dos deputados, enquanto os partidos de esquerda e centro-esquerda compreenderam apenas 23,4% dos deputados. Isso sugere uma clara alteração no eixo ideológico, ultrapassando o fenômeno da “direita envergonhada” que havia prevalecido até as eleições de 2018, conforme destacado por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Essa transformação ideológica na legislatura também se contrapõe aos resultados encontrados no estudo de Tarouco e Madeira (2015).

A análise adicional na tabela 5 mostra que uma parcela significativa dos deputados trocou de partido durante seus mandatos, mas apenas cerca de 8 deputados efetivamente mudaram de posicionamento ideológico dentro do espectro considerado neste estudo. É fundamental mencionar que, durante a 19ª legislatura, ocorreu a renúncia de uma deputada para assumir a prefeitura do município de Contagem e o falecimento de outro deputado durante a pandemia. Nesse contexto, os suplentes desses deputados não serão abrangidos no escopo desta pesquisa.

A análise da classificação ideológica da 19ª legislatura na Assembleia Legislativa de Minas Gerais estabeleceu um contexto para a compreensão das dinâmicas políticas e ideológicas em jogo. Ao revelar mudanças significativas no espectro ideológico e enfatizar a relativa estabilidade dos posicionamentos políticos, a análise da composição legislativa fornece uma base para a investigação posterior das alocações de recursos por meio de emendas parlamentares.

Nesse sentido, é vital que se compreenda a abordagem metodológica empregada neste estudo, que visa avaliar os padrões de alocação de recursos e sua relação com os alinhamentos ideológicos. A seção seguinte delineará as etapas e técnicas utilizadas para

analisar a distribuição de emendas parlamentares entre os diferentes grupo ideológicos. Vamos agora direcionar nossa atenção para a metodologia deste estudo, que servirá como uma lente crítica para a compreensão dos fatores que moldam as decisões dos legisladores em Minas Gerais.

4 ANÁLISE DAS EMENDAS IMPOSITIVAS EM MINAS GERAIS

Este capítulo delinea a estrutura metodológica adotada para analisar as emendas impositivas em Minas Gerais, proporcionando a base essencial para a compreensão do processo de alocação de recursos e suas implicações. Subsequentemente, seguindo as etapas metodológicas delineadas, são conduzidas duas análises distintas. A primeira fase visa avaliar, de maneira abrangente, a alocação de recursos pelos parlamentares, buscando identificar perfis de municípios que mais receberam recursos, unidades orçamentárias beneficiadas, e outros pontos relevantes. Esta análise proporcionará uma contextualização abrangente, essencial para compreender a análise específica das emendas impositivas em Minas Gerais.

Posteriormente, realiza-se uma análise focada em compreender as diferenças e semelhanças entre os diferentes grupos ideológicos previamente categorizados na alocação de recursos. Este estudo inicia-se com uma análise por modalidade de transferência e prioridade de órgãos, seguida por uma investigação mais aprofundada, categorizada por área da administração pública estadual.

4.1 Metodologia

Nessa seção do estudo, são descritos os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa, visando analisar o comportamento dos parlamentares agrupados em partidos na utilização das emendas parlamentares. Nesse sentido, de acordo com Gil (2002) a metodologia pode ser apresentada, com os seus principais aspectos, da seguinte forma: tipo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados e análise de dados.

4.1.1 Tipo de pesquisa

Para Gil (2002) a pesquisa é feita mediante a aplicação dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Nesse sentido, pode-se destacar três classificações de pesquisa: exploratórias, descritivas e explicativas.

No presente projeto, será adotado inicialmente o método de pesquisa exploratória, com foco na análise quantitativa. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória pretende proporcionar maior familiaridade com o tema em questão, buscando torná-lo mais explícito. Essa abordagem visa preencher lacunas nos estudos desse objeto, levantando informações relevantes sobre o tema. Ao final, está prevista uma etapa descritiva comparativa, também focada na análise quantitativa.

Conforme o quadro apresentado a seguir, o trabalho está delineado a partir de etapas de pesquisa bibliográficas, documentais, análises quantitativas e comparativas acerca das emendas parlamentares.

Quadro 1 – Quadro que esquematiza as etapas e abordagem do trabalho com relação à metodologia

ABORDAGEM	ETAPAS	OBJETIVO ESPECÍFICO	OPERACIONALIZAÇÃO
EXPLORATÓRIA	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Selecionar artigos científicos, teses, dissertações e livros que abordem o tema das emendas parlamentares, preferencialmente que explique sua origem e as dinâmicas da ciência política que ajude na compreensão do tema	Realização de uma revisão sistemática da literatura existente sobre emendas parlamentares utilizando base de dados acadêmicas como SciELO, Capes, entre outras base de dados.
	PESQUISA DOCUMENTAL	Levantamento e análise dos marcos teóricos e normativos das emendas parlamentares que ajude a compreender a operacionalização das emendas impositivas em Minas Gerais.	Constituição Estadual, Resoluções SEGOV, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual
	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Classificar os partidos políticos com base em sua ideologia e posicionamento político.	Será utilizada a escala ideológica do artigo: Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros (BOLOGNESI, RIBEIRO, CODATO, 2023)
	ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA	Coletar os dados das emendas parlamentares individuais dos deputados estaduais em Minas Gerais no período de 2019 a 2023.	Banco de dados de indicação e execução das emendas no Portal de Emendas de Minas Gerais
EXPLORATÓRIA	ANÁLISE COMPARATIVA DESCRITIVA	Investigação das diferenças na alocação das emendas parlamentares com base na ideologia partidária	Essa abordagem envolve a descrição de semelhanças e diferenças entre as entidades sendo comparadas sem necessariamente formular uma hipótese específica.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como descrito no quadro, em primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica, conforme detalhado no capítulo 2, ou seja, utilizou-se como base material do trabalho materiais já elaborados, constituídos predominantemente de livros e artigos científicos (Gil, 2002). Assim, para possibilitar alcançar os objetivos do trabalho de realizar uma revisão da literatura sobre o tema foi feita a realização de uma revisão sistemática da literatura existente sobre emendas parlamentares utilizando base de dados acadêmicas como SciELO, Capes, entre outras.

Em seguida, foi feito, conforme capítulo 2, uma pesquisa documental que consiste na utilização de fontes diversificadas que não receberam um tratamento analítico (Gil, 2002). Desse modo, para o levantamento e análise dos marcos teóricos e normativos das emendas parlamentares no estado foi executada uma pesquisa documental na constituição estadual, resoluções SEGOV, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais do período em questão, além de documentos diversos publicados pela Secretaria de Estado de Governo no portal de emendas estaduais. Essa pesquisa documental forneceu os marcos teóricos e normativos essenciais para a compreensão das emendas parlamentares em Minas Gerais.

No que diz respeito ao objetivo de classificar os partidos políticos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com base em um espectro ideológico, também foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, considerando a classificação ideológica proposta no artigo “Uma

Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros” por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) como a mais pertinente para o estudo.

Por fim, para concluir o estudo, foram realizadas análises quantitativas e comparativas das emendas parlamentares em Minas Gerais. Utilizaram-se dados do Portal de Emendas de Minas Gerais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram tratados de maneira a permitir análises comportamentais dos parlamentares na alocação de recursos, cruzando informações com dados partidários e dos municípios mineiros. Inicialmente, conduziu-se uma análise geral da alocação das emendas e, em seguida, realizou-se um cruzamento para compreender o comportamento de alocação dos parlamentares separados por grupos ideológicos. Desse modo, foram desenvolvidos gráficos e tabelas que possibilitam a comparação entre os valores médios indicados por cada grupo ideológico em relação aos órgãos e tipos de atendimento, a fim de identificar semelhanças e diferenças entre as entidades comparadas.

4.1.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa abrange todas as indicações de emendas parlamentares impositivas apresentadas pelos membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no período de 2019 a 2022.

No entanto, é importante observar que houve variações nas amostras de proposições de emendas ao longo do estudo. Na primeira parte da pesquisa (seção 4.3.1), que avalia as emendas impositivas, as amostras incluíram emendas individuais e coletivas do período de 2019 a 2022. Nesse contexto, os dados foram consolidados após a exclusão das proposições de emendas que foram reprovadas, exceto no gráfico que discutia a evolução das reprovações ao longo do tempo. Portanto, foram consideradas apenas as emendas que receberam aprovação ou que foram encaminhadas para a Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Na segunda parte da pesquisa, que abrange o período de 2020 a 2022, a amostra se concentrou exclusivamente em emendas impositivas individuais. Da mesma forma, as proposições reprovadas foram excluídas. Além disso, na segunda parte, as amostras de emendas impositivas individuais foram ainda mais filtradas com base nas unidades orçamentárias correspondentes. Para ilustrar:

- Na seção 4.3.2.1, foram consideradas apenas as indicações de emendas individuais relacionadas à área de Saúde, abrangendo a Secretaria de Estado de Saúde, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), a Fundação Centro

de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (HEMOMINAS) e a Fundação Ezequiel Dias (FUNED).

- Na seção 4.3.2.2.1, as amostras incluíram emendas individuais relacionadas à Educação, com a Secretaria de Estado de Educação (SEE) como unidade orçamentária.
- Na seção 4.3.2.2.2, foram analisadas as indicações de emendas impositivas relacionadas a instituições de ensino, incluindo a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Fundação Caio Martins (FUCAM).
- Na seção 4.3.2.3, a amostra abrangeu indicações de emendas com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça (SEJUSP), Polícia Civil de Minas Gerais, Polícia Militar de Minas Gerais e Corpo de Bombeiros de Minas Gerais como unidades orçamentárias.
- Na seção 4.3.2.4, a amostra incluiu emendas individuais destinadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE).
- No que diz respeito a seção 4.3.2.5, foram analisadas emendas individuais relacionadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD) e instituições a ela vinculadas.
- Para a seção 4.3.2.6, a amostra incluiu emendas individuais destinadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e instituições a ela vinculadas.
- Por fim, na seção 4.3.2.7, a amostra compreendeu emendas individuais com a Secretaria de Estado de Cultura e instituições a ela vinculadas como unidades orçamentárias.

É importante observar que o estudo utiliza as indicações de emendas, não os valores efetivamente pagos. O objetivo da análise é examinar como os parlamentares alocam suas emendas e não a operacionalização ou o processamento final das emendas, uma vez que esse processo pode envolver fatores alheios à ação dos parlamentares.

4.1.3 Coleta de dados

Para a realização deste estudo científico, foi necessário coletar dados referentes às indicações de emendas parlamentares feitas pelos deputados estaduais de Minas Gerais no período compreendido entre os anos de 2019 a 2022. A coleta desses dados foi realizada no Portal de Emendas Estaduais, que, devido à exigência legal de transparência na divulgação

dessas informações, publica relatórios anuais detalhando as indicações e execuções de emendas parlamentares impositivas.

Além disso, os dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e à população dos municípios foram obtidos a partir das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A coleta de informações sobre os parlamentares, como seus perfis e históricos, foi realizada por meio do site oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que oferece acesso às informações públicas relacionadas aos deputados estaduais.

4.1.4 Tratamento e análise de dados

Neste estudo, o tratamento e a análise de dados foram realizados em dois momentos distintos, envolvendo diferentes abordagens e técnicas.

Na seção 4.2, após a coleta de dados referentes aos anos de 2019 a 2022, o tratamento dos dados foi realizado para criar visualizações individuais específicas. Isso envolveu a aplicação de filtros nas tabelas para visualizar e quantificar os valores. Para as tabelas que fornecem um diagnóstico das emendas impositivas em Minas Gerais, ou seja, aquelas que avaliam a variação do montante ao longo dos anos, utilizamos a soma dos valores das indicações ao longo desse período. Em contraste, nos gráficos que analisam a variação das indicações aprovadas e reprovadas, ou a preferência por determinadas modalidades de transferência, aplicamos filtros específicos de acordo com cada modalidade para realizar as análises.

Posteriormente, nos gráficos que utilizaram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios e dados populacionais, realizamos a intersecção desses dados com as informações sobre cada municípios disponíveis no Portal de Emendas Estaduais e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa análise levou à categorização dos dados em 4 quartis, usando tanto a média per capita das indicações realizadas para os municípios quanto o montante total.

No primeiro momento do capítulo 4.3, procedemos com a categorização dos parlamentares com base em seus respectivos partidos e, posteriormente, em relação ao grupo ideológico de acordo com a classificação de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Para isso, coletamos os dados no Portal de Emendas Estaduais e filtramos as indicações de emendas impositivas coletivas e as emendas impositivas individuais reprovadas referentes aos anos de 2020 a 2022. Em seguida, realizamos o cruzamento de dados para categorizar as indicações conforme o parlamentar, o partido a que o parlamentar pertencia em um

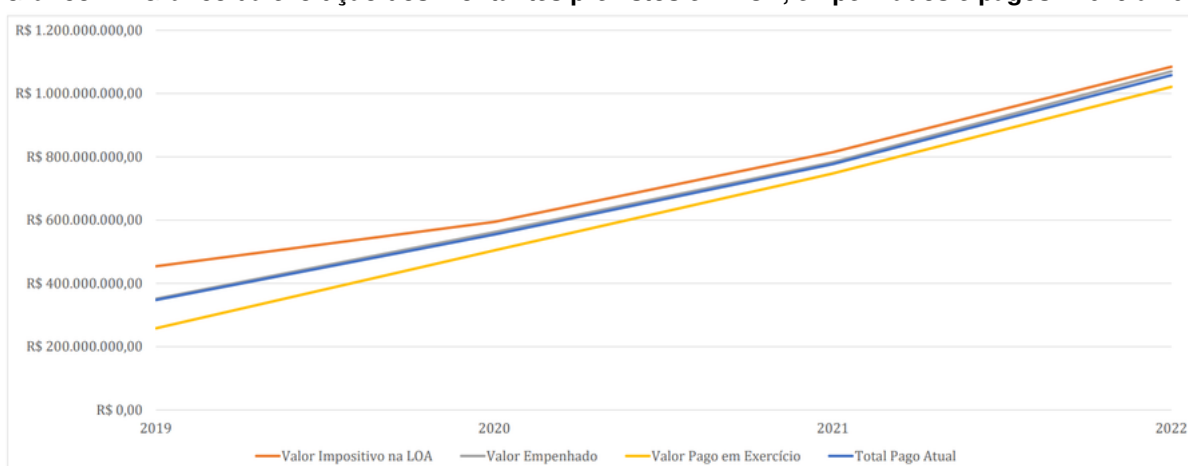
determinado ano e seu grupo ideológico.

Posteriormente, aplicamos filtros para coletar amostras que possibilitaram a construção de gráficos para comparação entre os eixos, bem como a análise das alocações das emendas por área, permitindo uma exploração mais detalhada dos dados a partir desse momento. Durante a análise exploratória que comparava os diferentes grupos ideológicos, optamos por utilizar a média per capita de cada grupo ideológico. Isso significa que o valor total destinado a indicações de cada grupo foi dividido pelo número de parlamentares pertencentes a esse grupo. Essa abordagem facilitou a comparação entre os diferentes grupos, especialmente considerando que alguns grupos apresentavam um número significativamente maior de parlamentares do que outros durante a análise.

4.2 Análise geral das emendas impositivas em Minas Gerais de 2019 a 2022

Antes de adentrarmos na análise da alocação de emendas impositivas com base nas orientações ideológicas dos deputados estaduais, é crucial estabelecer um contexto exploratório referente ao período de 2019 a 2022 em Minas Gerais. Nesta seção, examinaremos os indicadores relacionados aos montantes de despesas das emendas impositivas, a aprovação e reprovação de indicações, a distribuição das indicações por modalidade de transferência, as unidades orçamentárias responsáveis pelo processamento das indicações e, por fim, uma análise das indicações com base nos municípios em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), distribuição geográfica e tamanho populacional.

Gráfico 1 – Gráfico da evolução dos montantes previstos em LOA, empenhados e pagos - 2019 a 2022



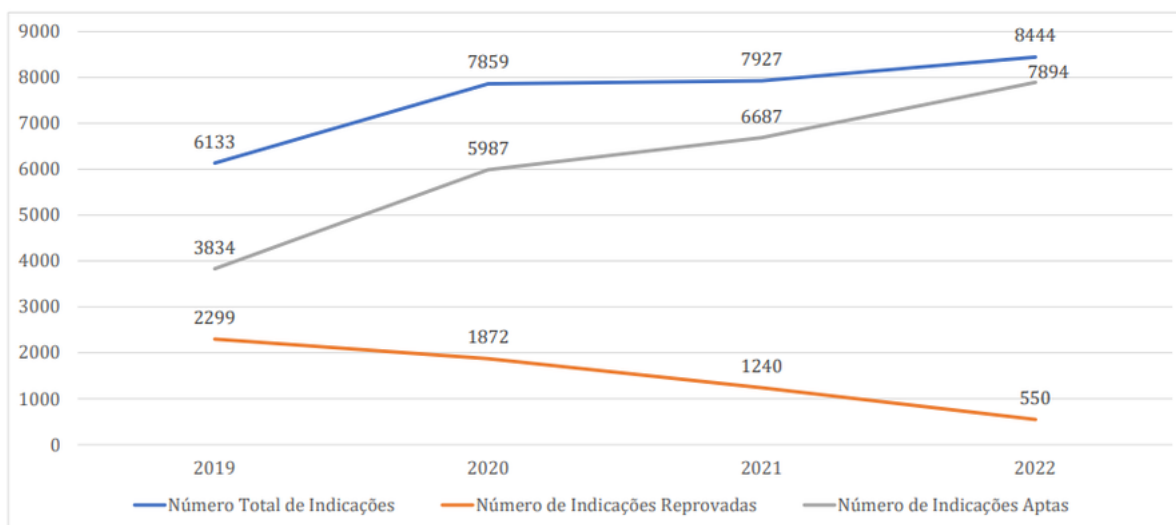
Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 1 representa a evolução dos montantes destinados às emendas impositivas em Minas Gerais entre os anos de 2019 e 2022. Nele, são destacadas quatro linhas que

denotam os valores impositivos previstos na LOA, valores empenhados, valores pagos no ano de exercício e valor pago atualizado ao longo desse período. A análise do gráfico revela um aumento consistente nos três indicadores, conforme previsto nos dispositivos do ADCT da emenda constitucional que instituiu as emendas impositivas. Além disso, é notável a convergência das linhas de valores pagos nos dois últimos anos, sugerindo uma otimização do processo de operacionalização das emendas impositivas, que passam a executar os valores de forma mais próxima aos montantes previstos na LOA e empenhados.

Além da análise da evolução dos montantes destinados às emendas impositivas, é crucial examinar o grau de influência do poder executivo nas indicações parlamentares. Isso nos permite compreender se as indicações feitas pelos parlamentares são integralmente contempladas ou se encontram obstáculos durante a análise técnica, seja por parte dos órgãos processadores ou da Secretaria de Estado de Governo. No próximo gráfico, apresentaremos o número de emendas aprovadas e reprovadas, oferecendo uma visão abrangente do funcionamento desse mecanismo no contexto de Minas Gerais.

Gráfico 2 – Gráfico da evolução de indicações totais, aprovadas e reprovadas - 2019 a 2022

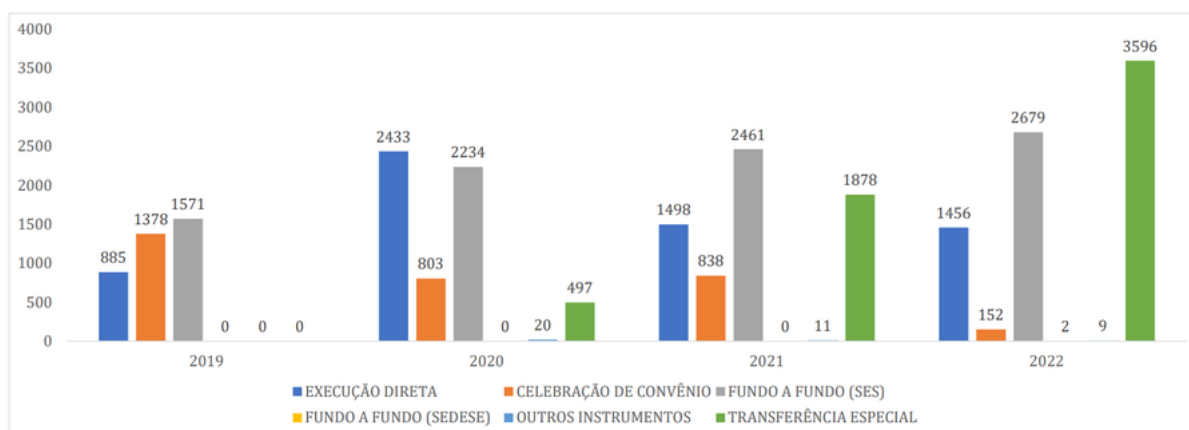


Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 2 exibe três linhas distintas: o número total de indicações, o número de indicações reprovadas e o número de indicações aprovadas ou aptas para execução. Quando mencionamos que uma indicação foi aprovada, estamos indicando que, após análises técnicas, ela se tornou elegível para execução, permitindo que o beneficiário receba os recursos necessários. Como ilustrado no gráfico, observamos um aumento constante nas indicações ao longo dos anos desde o início das emendas impositivas. Esse aumento é atribuído ao crescimento do montante disponível no orçamento, conforme evidenciado no gráfico anterior.

No entanto, chama atenção o fato de que as reprovações das emendas diminuíram ao longo do período, sugerindo que vários fatores podem estar contribuindo para esse declínio. Esses fatores podem incluir uma possível melhoria na operacionalização das emendas parlamentares pelo poder executivo, um maior alinhamento do poder legislativo com os processos relacionados às emendas impositivas e uma comunicação e articulação mais eficazes entre os dois poderes no processo de indicação. É importante observar que, em 2020 e 2021, a pandemia de COVID-19 pode ter impactado negativamente essa comunicação e articulação entre os poderes, o que poderia explicar as taxas de reprovação ligeiramente mais altas nesses anos.

Gráfico 3 – Gráfico de barra com a comparação ao longo dos anos do número de indicações por modalidade de transferência - 2019 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Em seguida, é analisado a preferência dos parlamentares mineiros em relação às modalidades de transferência para as indicações aprovadas de 2019 a 2022. O gráfico 3 ilustra o número de indicações aprovadas distribuídas por modalidades de transferência, que incluem execução direta (incluindo “aplicação direta - doação de bens” e “execução direta - caixa escolar”), celebração de convênio (ou instrumento cogênera), fundo a fundo (SEDESE), fundo a fundo (SES), transferência especial e outros instrumentos.¹

É notável que a modalidade mais frequentemente escolhida pelos deputados durante esse período é a transferência fundo a fundo da Secretaria Estadual de Saúde (mediante formalização de resolução), possivelmente em razão da obrigatoriedade de alocar 50% dos recursos em saúde no caso de emendas individuais e 50% em saúde ou educação no caso das emendas de bloco e bancada. Um ponto interessante a ser destacado é a redução

¹ No gráfico apresentado, as parcerias do MROSC não estão representadas devido à maneira como os recursos são registrados no banco de dados governamental disponível. As transferências de recursos associadas a essa modalidade são distribuídas por meio de resoluções SES (fundo a fundo) e celebração de convênios. Dessa forma, não foi viável filtrar adequadamente essa categoria específica para ser incluída na representação gráfica.

na preferência dos deputados pela celebração de convênios, que, apesar de oferecer uma maior segurança jurídica, tende a envolver processos mais burocráticos em comparação com a transferência especial, por exemplo. No ano de 2022, a Transferência Especial tornou-se a preferida dos deputados por sua natureza simplificada, dispensando a definição de um objeto específico, evitando a necessidade de instrumentos formais. Isso reduz as chances de reprovação, acelera a chegada dos recursos aos beneficiários e minimiza a burocracia para a execução.

Outro aspecto de considerável importância para essas análises é o significativo número de indicações ocorridas durante o período em estudo. Após examinar a evolução das principais modalidades de transferência ao longo desse intervalo, nosso foco agora se volta para a alocação desses recursos por unidade orçamentária durante os anos de 2020 a 2022. No entanto, ressalta-se que o ano de 2019 não será incluído nesta análise, uma vez que as indicações efetuadas nesse período foram realizadas por deputados da legislatura que não constitui o foco principal deste estudo.

Através dessa análise detalhada da alocação por unidade orçamentária, podemos obter um panorama abrangente das áreas que receberam maior volume de recursos. Ao agregar essa análise com a consideração das escolhas das modalidades de transferência, ampliamos nosso entendimento acerca da alocação realizada pelo poder legislativo durante o período. Esse enfoque nos permite identificar tendências e prioridades que podem fornecer uma compreensão mais profunda da dinâmica de alocação de recursos no âmbito estadual.

Tabela 6 – Montante de indicações aprovadas para as 12 unidades orçamentárias que mais tiveram alocação de recursos - 2020 a 2022

Unidade Orçamentária (UO)	Valor Total de Indicações Aprovadas na UO
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R\$ 1.089.881.419,24
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)	R\$ 815.066.220,77
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE)	R\$ 222.550.023,16
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PMMG)	R\$ 64.859.452,10
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDESE)	R\$ 59.609.853,63
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PCMG)	R\$ 36.080.997,51
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SEINFRA)	R\$ 29.702.742,06
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD)	R\$ 21.427.155,01
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CBMMG)	R\$ 20.877.809,48
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SEAPA)	R\$ 13.669.775,23
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FUNED)	R\$ 13.430.879,59
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER)	R\$ 12.388.498,63
Total Geral	R\$ 2.399.544.826,41

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Nesse contexto, a tabela 6 oferece uma análise dos montantes totais das indicações aprovadas para as 12 unidades orçamentárias (UO) que mais gerenciaram recursos durante os anos de 2020 a 2022. A análise desses dados revela alguns aspectos de destaque.

Em primeiro lugar, o Fundo Estadual de Saúde (FES) se destaca como a principal UO a receber indicações, totalizando mais de 1 bilhão de reais durante o período analisado.

Esse valor substancial pode ser atribuído, em grande parte, à regra que direciona 50% do total das indicações para a área da saúde.

Em segundo lugar, a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) gerenciou aproximadamente 800 milhões de reais ao longo desses anos. Essa quantia expressiva pode ser explicada pelo fato de que a SEGOV é a unidade orçamentária responsável pela administração das transferências especiais, modalidade de transferência que, como revelado no gráfico 3, tem se destacado como a preferida dos parlamentares.

Além disso, é relevante observar os montantes destinados às forças de segurança, representadas pelas polícias militar e civil, bem como pelo Corpo de Bombeiros Militar. Juntas, essas entidades receberam mais de 100 milhões de reais em recursos. Esses números indicam uma clara inclinação dos parlamentares em direção a esse setor, sugerindo uma preferência por investimentos na área de segurança.

Resumindo, ao considerar as regras que direcionam 50% das emendas individuais para saúde e 50% para educação ou saúde (no caso de emendas de bloco/bancada), nota-se uma preferência predominante dos parlamentares pela alocação de recursos para as prefeituras, por meio da modalidade de transferência especial gerenciada pela SEGOV. Em seguida, destacam-se as áreas de segurança e desenvolvimento social como setores que atraem a atenção dos parlamentares, enquanto outras áreas recebem valores proporcionais menores.

Por fim, nessa seção será feito a análise da alocação por município desse modo poderemos ter mais um ponto de como ocorre a alocação desses recursos em Minas Gerais. Além disso, podemos comparar os resultados obtidos de Barbosa (2022) que estudou o impacto das emendas impositivas em Minas Gerais.

Para a construção da análise a seguir, vamos dividir os municípios mineiros em quatro quartis com relação a seus IDH e vamos categorizar em quatro respectivos grupos: municípios de IDH muito baixo, municípios de IDH baixo, municípios de IDH médio e municípios de IDH alto.

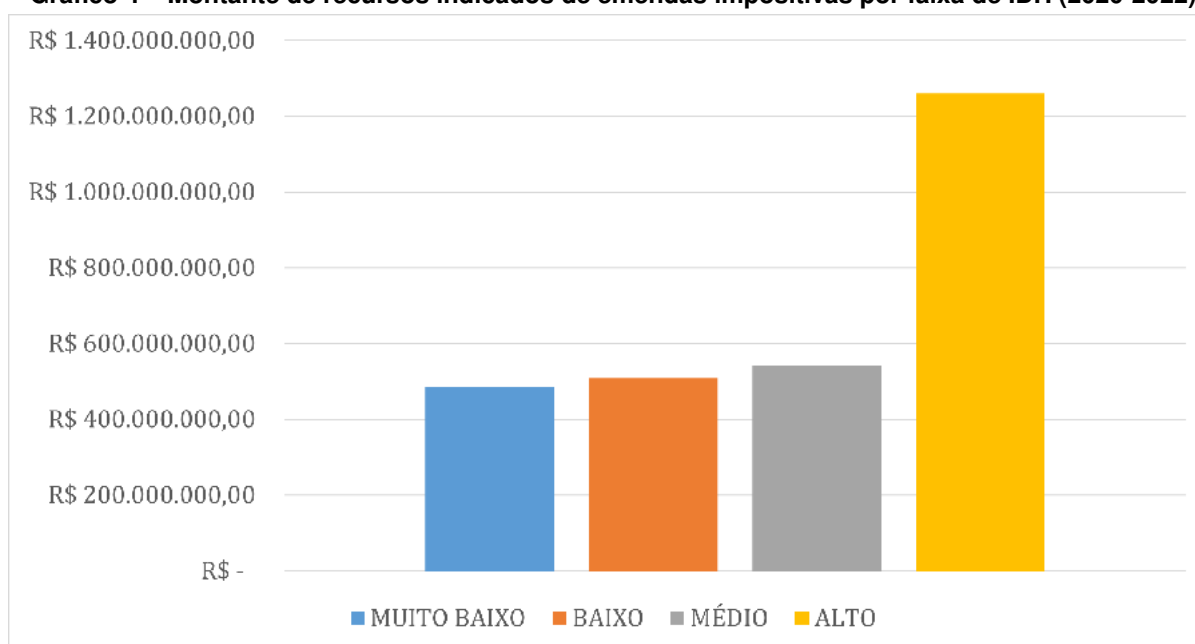
Tabela 7 – Tabela da distribuição dos municípios em faixas de IDHM - 2010

Classificação do IDHM do município	IDHM do Município	Subtotal de Municípios de Minas Gerais em cada classificação	População Total
Muito Baixo	0,529 a 0,633	214	710.217
Baixo	0,633 a 0,669	213	1.303.026
Médio	0,669 a 0,702	213	2.504.978
Alto	0,702 a 0,813	213	16.021.863

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do IBGE, 2023.

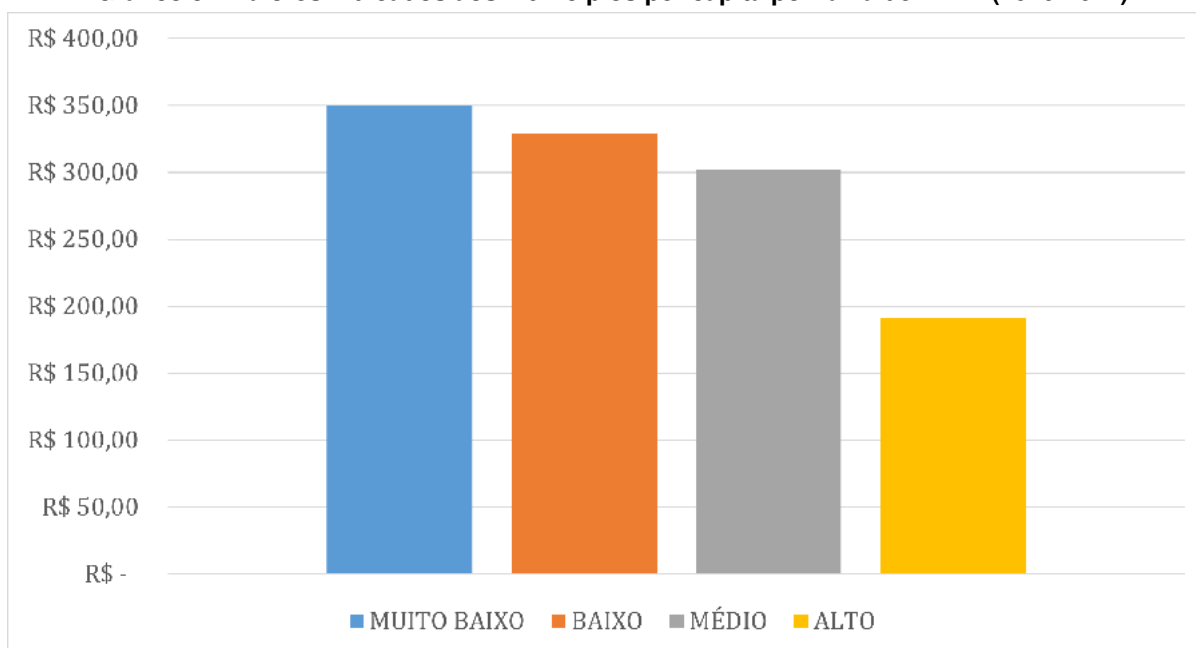
A tabela 7 mostra a distribuição dos municípios mineiros por faixa de IDHM. Nesse caso, foi feita categorização pegando os 853 municípios mineiros e dividindo eles por quartil para fazer a categorização em: muito baixo, baixo, médio e alto. O IDHM é um índice que mede o desenvolvimento humano dos municípios a partir de três dimensões: longevidade, educação e renda. A partir dessa categorização feita, vamos analisar a alocação das emendas impositivas em Minas Gerais a partir dos dados de indicação no portal de emendas estaduais.

Gráfico 4 – Montante de recursos indicados de emendas impositivas por faixa de IDH (2020-2022)



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais e do IBGE, 2023.

O Gráfico 4 ilustra a relação entre a categorização do IDH anteriormente mencionada e o total de recursos indicados por emendas em cada faixa de IDH. Nele, observa-se que os montantes destinados aos municípios classificados como possuindo IDH muito baixo, baixo e médio são semelhantes entre si, mas notavelmente inferiores aos valores destinados aos municípios de IDH mais elevado.

Gráfico 5 – Valores indicados aos municípios per capita por faixa de IDHM (2020-2022)

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais e do IBGE, 2023.

No Gráfico 5, estabelecemos uma relação entre o IDH e os valores indicados per capita em função de faixas de IDH, considerando o tamanho da população de cada município. Nesse contexto, destacamos que municípios com IDH mais baixo tendem a receber, em média, uma parcela maior desses recursos per capita. Esse padrão sugere uma tendência na distribuição de recursos que prioriza proporcionalmente áreas com maiores necessidades sociais. No entanto, é crucial notar que devido ao menor tamanho populacional e ao IDH mais baixo desses municípios, os parlamentares podem encontrar uma base eleitoral mais receptiva à assistência proporcionada as benfeitorias geradas por essas emendas (Marcel Romani Barbosa, 2022).

A seguir, procederemos à categorização dos municípios conforme seu porte populacional, com o intuito de compreender como a alocação de recursos varia entre os municípios de diferentes tamanhos. Isso nos permitirá identificar um perfil específico de município em Minas Gerais que é privilegiado no que se refere ao recebimento de recursos por parte dos parlamentares. Assim como fizemos com o IDHM, dividiremos os 853 municípios mineiros em quatro categorias: muito pequeno porte populacional, pequeno porte populacional, médio porte populacional e grande porte populacional, conforme demonstra a tabela a seguir:

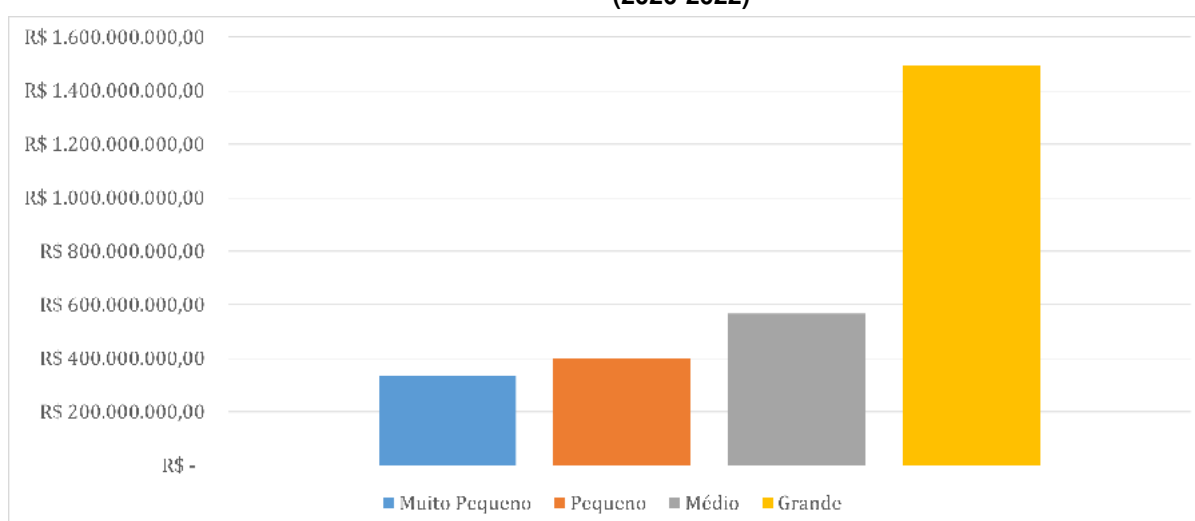
Avaliaremos essa distribuição tanto pelo montante total recebido nas diferentes faixas de porte populacional quanto pela média dos valores indicados por habitante, possibilitando assim cruzar os resultados para obter conclusões significativas.

Tabela 8 – Tabela da distribuição dos municípios em faixas de população - 2022

Porte populacional do município	População do Município	Subtotal de Municípios de Minas Gerais em cada classificação	População Total
Muito Pequeno	até 4639	214	1.736.660
Pequeno	entre 4647 e 8397	213	2.015.838
Médio	entre 8397 e 18300	213	3.078.350
Grande	18366 a 2315560	213	13.709.236

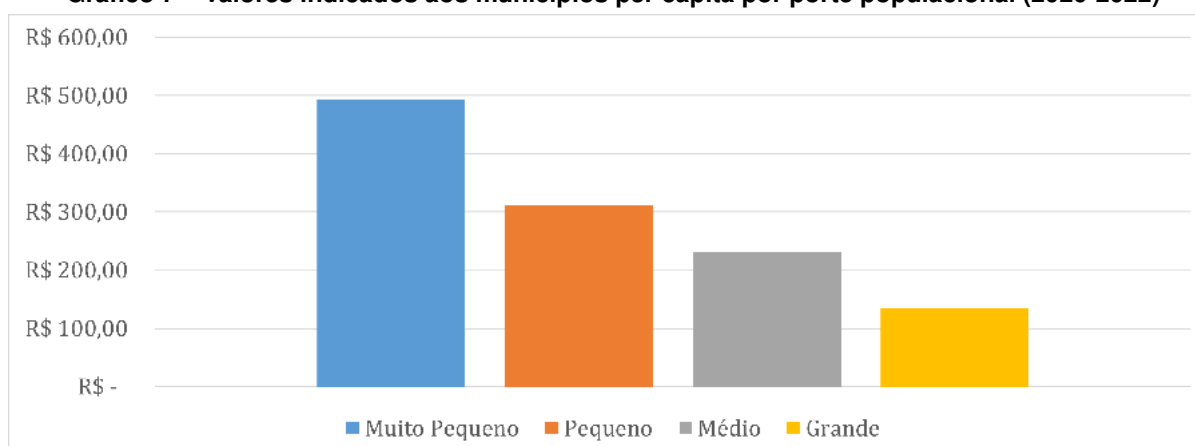
Fonte: Elaboração própria do autor com dados do IBGE, 2023.

Nesse sentido, assim como com o IDHM vamos analisar a distribuição tanto com o montante total recebido pelas faixas de porte populacional, quanto com a média de valores indicados aos municípios per capita. A tabela 8 mostra a distribuição dos municípios mineiros dentro das faixas de população propostas.

Gráfico 6 – Montante de recursos indicados de emendas impositivas por porte populacional (2020-2022)

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais e do IBGE, 2023.

Inicialmente, o gráfico 6 revela que o maior montante de recursos indicados por emendas impositivas se concentra nos municípios de grande porte populacional, enquanto os municípios de menor porte registram quantias consideravelmente menores.

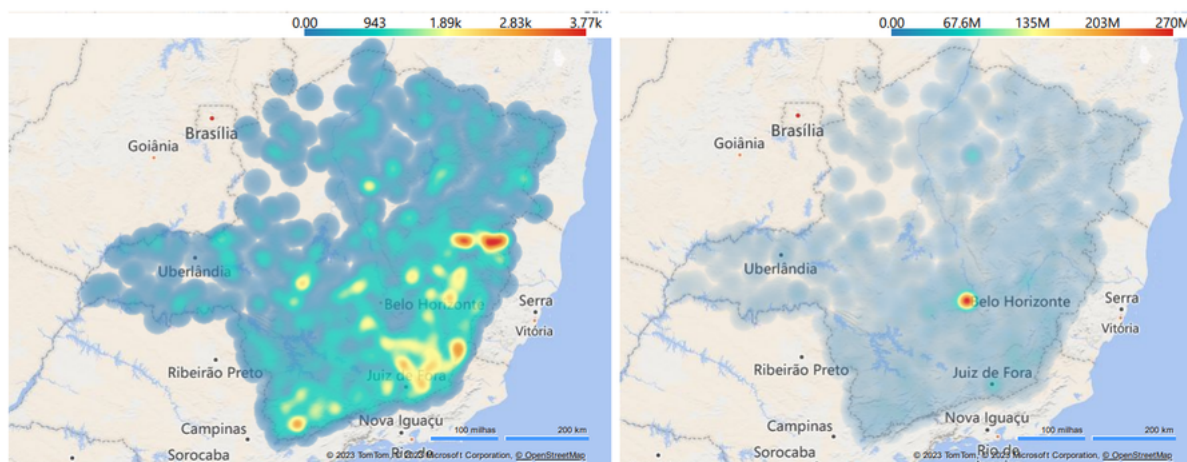
Gráfico 7 – Valores indicados aos municípios per capita por porte populacional (2020-2022)

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais e do IBGE, 2023.

Em seguida, o gráfico 7 ilustra a os valores indicados por habitante nas faixas de porte populacional. Nota-se que os municípios de muito pequeno porte populacional recebem mais que o dobro por habitante em comparação aos municípios médios e de grande porte. Isso sugere uma preferência por parte dos parlamentares em alocar recursos em municípios menores, nos quais a assistência proveniente das emendas pode gerar um impacto eleitoral mais visível, em virtude da maior proximidade entre representantes e cidadãos nesses locais.

Após analisar a alocação das emendas com base no porte populacional e no IDHM, nossa investigação avança para a compreensão da distribuição regional dos recursos. Ao aprofundar a análise em nível regional, torna-se evidente que a dinâmica de alocação desses recursos ganha complexidade. É plausível que municípios em regiões centralizadas recebam alocações mais substanciais do que aqueles situados em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Portanto, nossa próxima etapa envolverá uma análise minuciosa da distribuição espacial dos recursos, que será representada por meio de um mapa de calor, oferecendo percepções adicionais sobre essa dinâmica.

Figura 3 – Mapa de Calor. Comparação entre o valor per capita e o valor total recebido por emenda impositiva por município em Minas Gerais - 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

A figura 3 apresenta dois mapas de calor que comparam a alocação de recursos por emenda impositiva per capita em cada município e o montante total destinado por município em Minas Gerais. O mapa à esquerda ilustra a distribuição do valor per capita, ou seja, a divisão do valor total das emendas por habitante em cada município. Enquanto isso, o mapa à direita representa a distribuição do valor total sem considerar o tamanho da população. Nestes mapas, tons mais claros correspondem a valores menores, enquanto tons mais escuros indicam valores maiores.

A análise dos mapas revela que, embora a região metropolitana de Belo Horizonte concentre um montante significativo de recursos destinados por meio das emendas parlamentares, quando consideramos a população dessa região, o recurso não se mostra tão expressivo quanto em outras partes do estado. Em outras palavras, as emendas impositivas parecem seguir uma abordagem de certa isonomia regional no estado, proporcionando alocações proporcionais às necessidades de cada região. No entanto, observam-se variações, com algumas áreas, como o Vale do Rio Doce, a Zona da Mata e o Sul Sudoeste de Minas, recebendo uma alocação per capita maior em comparação com outras regiões. Em contraste, o Norte e o Noroeste de Minas demonstram um menor recebimento desses recursos.

Conclui-se que esta seção forneceu uma análise abrangente do cenário das emendas impositivas em Minas Gerais no período de 2019 a 2022. É possível observar um crescimento consistente nos montantes destinados a essas emendas, de acordo com as disposições da emenda constitucional que as instituiu. Além disso, nota-se uma diminuição das reprovações de indicações ao longo dos anos, possivelmente relacionada a melhorias na operacionalização e comunicação entre os poderes, notadamente durante o período da

pandemia.

Examinamos as preferências dos parlamentares por modalidades de transferência, com destaque para a crescente preferência pela Transferência Especial em 2022, devido à sua flexibilidade. Além disso, investigamos a alocação de recursos por unidade orçamentária, identificando o Fundo Estadual de Saúde como o principal receptor, o que se alinha com as regras que direcionam parte das emendas para a saúde.

Ao analisar a alocação de recursos com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e no porte populacional, percebemos uma tendência que prioriza municípios de menor IDH e municípios de menor porte, onde a assistência das emendas pode ter um impacto eleitoral mais visível em conformidade com o estudo de Barbosa (2022).

Por fim, destaca-se que essa seção desempenhou um papel fundamental ao analisar a execução e alocação das emendas parlamentares em Minas Gerais durante o período de 2019 a 2022. Por meio dessa investigação, observou-se uma significativa evolução operacional e financeira das emendas, evidenciando as preferências de alocação dos parlamentares e o impacto relevante dos montantes envolvidos para os beneficiários. É imprescindível ressaltar que as emendas parlamentares exercem um papel essencial ao atingir áreas e municípios menos favorecidos, desempenhando uma função crucial na diminuição das discrepâncias regionais e sociais. O crescente destaque das emendas como política pública requer uma atenção mais ampla da sociedade, dada a sua capacidade potencial para diminuir desigualdades. Nesse contexto, a análise efetuada reforça a importância das emendas impositivas não apenas como instrumentos de distribuição de recursos, mas também como catalisadores do desenvolvimento social e regional. Isso suscita a necessidade de uma análise mais detalhada e uma discussão mais abrangente sobre o papel dessas emendas no cenário político e social de Minas Gerais. Assim, direcionaremos nossa análise para capturar as preferências de alocação dos parlamentares, divididos por suas preferências ideológicas.

4.3 Análise das emendas impositivas por grupos ideológicos em Minas Gerais de 2020 a 2022

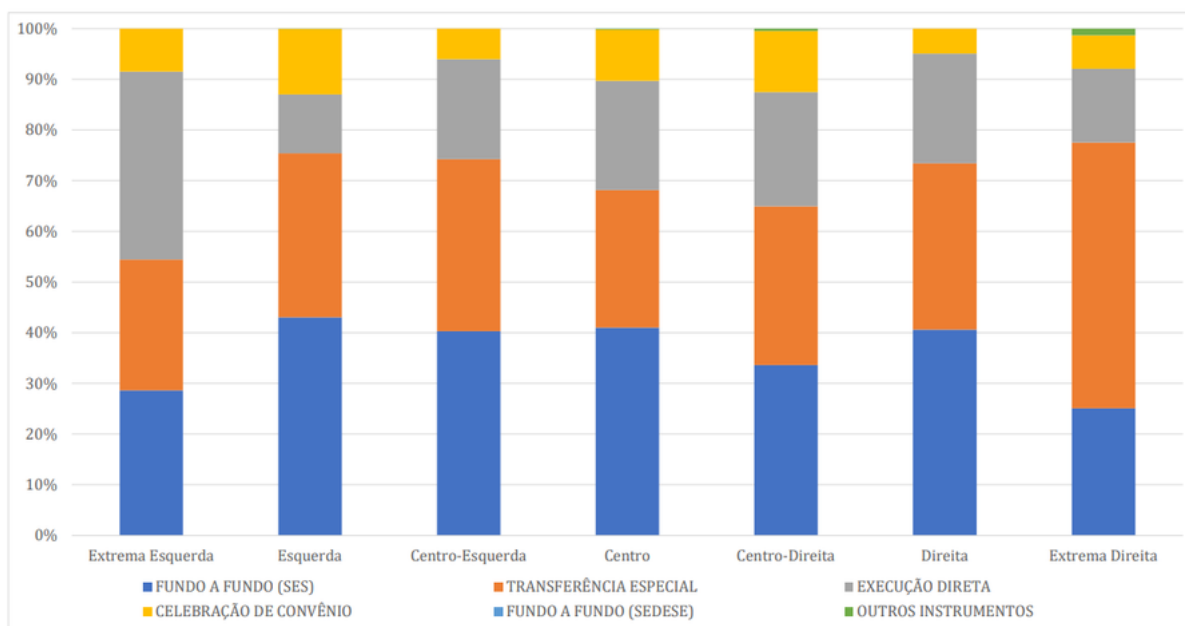
Nessa seção vamos analisar se os eixos ideológicos apresentam alguma divergência na alocação de seus recursos. Nesse sentido, primeiro será feita a análise dos diferentes eixos ideológicos com relação à preferência por modalidade de transferência. Com essa preferência poderemos ver se algum eixo ideológico está mais alinhado a enviar recursos aos municípios diretamente ou se prefere alocar esse dinheiro em órgãos do poder executivo estadual executar. Em seguida, analisaremos as indicações em relação aos tipos de atendimento (objeto), valor total por área, especificação e ação orçamentária. Isso será

feito levando em consideração as possibilidades distintas dos diferentes órgãos, uma vez que a indicação parlamentar está sujeita às regras e ao portfólio de projetos desses órgãos. Dessa forma, não é possível estabelecer uma análise única para cada área.

4.3.1 Análise por modalidade de transferência e priorização entre os órgãos

Em um primeiro momento, a análise se concentrará na identificação das preferências dos parlamentares em relação às modalidades de transferência. Em seguida, será direcionada para avaliar as alocações de acordo com órgãos específicos. Essa abordagem permitirá capturar eventuais discrepâncias entre os grupos ideológicos em suas escolhas e prioridades na distribuição de recursos em um contexto mais amplo. Se observarmos uma maior convergência nas preferências entre esses dois pontos, é possível inferir que os parlamentares compartilham comportamentos semelhantes em suas alocações. No entanto, é importante ressaltar que a análise em questão se aprofundará nos detalhes das indicações para enriquecer e complementar a análise, oferecendo uma visão mais abrangente e detalhada sobre essas preferências e decisões.

Gráfico 8 – Comparação da distribuição das modalidades de transferência que cada grupo ideológico mais utilizou durante suas indicações - 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 8 apresentado na compara a distribuição proporcional das modalidades de transferência usadas por cada grupo ideológico em relação ao número de indicações em seus respectivos grupos. As modalidades de transferência avaliadas incluem transferência fundo a fundo (SES), celebração de convênio (ou de instrumento congênere), transferência

especial, fundo a fundo (SEDESE), execução direta (incluindo “aplicação direta - doação de bens” e “execução direta - caixa escolar”) e outros instrumentos.²

Uma análise do gráfico revela que, no geral, os diferentes grupos ideológicos demonstram preferências semelhantes pelas modalidades de transferência especial e resolução SES ao longo do período. A exceção notável é a extrema-esquerda, que demonstra uma preferência dividida, com um interesse notável na execução direta (caixa escolar).

Já discutimos anteriormente as razões subjacentes a essas preferências, que podem estar relacionadas à resolução SES devido à obrigatoriedade de alocar 50% dos recursos em indicações de cada deputado e à transferência especial devido à sua menor burocracia e praticidade, visto que não exige formalização de instrumentos jurídicos.

Agora, direcionaremos nossa atenção para a análise da preferência de alocação de recursos por unidade orçamentária. É importante observar que, dado o enfoque nas modalidades de transferência, prevemos que o Fundo Estadual de Saúde e a Secretaria de Estado de Governo receberão a maioria dos recursos, dada a predominância dessas modalidades. No entanto, nosso interesse reside em compreender como as outras unidades orçamentárias são alocadas, uma vez que geralmente recebem cerca de 20% a 30% do total de indicações, em contraste com os 50% a 80% destinados à transferência especial e à resolução SES na maioria dos grupos ideológicos.

Tabela 9 – Tabela comparativa com os 5 órgãos que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico - 2020 a 2022

Eixo Ideológico	1º Órgão prioritário		2º Órgão prioritário		3º Órgão prioritário		4º Órgão prioritário		5º Órgão prioritário	
	Sigla do Órgão	Valor indicado aproximado por deputado no grupo ideológico	Sigla do Órgão	Valor indicado aproximado por deputado no grupo ideológico	Sigla do Órgão	Valor indicado aproximado por deputado no grupo ideológico	Sigla do Órgão	Valor indicado aproximado por deputado no grupo ideológico	Sigla do Órgão	Valor indicado aproximado por deputado no grupo ideológico
Extrema Esquerda	FES	R\$ 9,7 M	SEGOV	R\$ 6,6 M	HEMOMINAS	R\$ 2,6 M	FHEMIG	R\$ 1,4 M	SEE	R\$ 1,0 M
Esquerda	FES	R\$ 7,1M	SEGOV	R\$ 3,9 M	SEE	R\$ 889 k	SEDESE	R\$ 320 k	SEINFRA	R\$ 320 k
Centro-Esquerda	FES	R\$ 12,1M	SEGOV	R\$ 9,2 M	CBMMG	R\$ 1,0 M	SEDESE	R\$ 519 k	PMMG	R\$ 519 k
Centro	FES	R\$ 10,8 M	SEGOV	R\$ 4,9 M	SEE	R\$ 2,8 M	SEDESE	R\$ 367 k	SECULT	R\$ 367 k
Centro-Direita	FES	R\$ 8,9 M	SEGOV	R\$ 6,2 M	SEDESE	R\$ 701 k	PMMG	R\$ 251 k	SEE	R\$ 251 k
Direita	FES	R\$ 9,2 M	SEGOV	R\$ 5,5 M	SEE	R\$ 965 k	SEDESE	R\$ 503 k	SEMAD	R\$ 503 k
Extrema Direita	FES	R\$ 9,1 M	SEGOV	R\$ 5,8 M	SEDESE	R\$ 634 k	SEE	R\$ 533 k	PMMG	R\$ 533 k

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

A tabela 9 compara os cinco órgãos que mais receberam indicações de recursos por grupo ideológico. Essa comparação tem como objetivo identificar as prioridades dos

² No gráfico apresentado, as parcerias do MROSC não estão representadas devido à maneira como os recursos são registrados no banco de dados governamental disponível. As transferências de recursos associadas a essa modalidade são distribuídas por meio de resoluções SES (fundo a fundo) e celebração de convênios. Dessa forma, não foi viável filtrar adequadamente essa categoria específica para ser incluída na representação gráfica.

grupos ideológicos e destacar semelhanças e divergências ao longo do período. Uma análise cuidadosa revela que, como era de se esperar, todos os grupos ideológicos deram prioridade às emendas destinadas às unidades orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Além disso, observa-se uma convergência nas prioridades de indicação para a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que surgem como as próximas prioridades dos parlamentares, variando de acordo com os diferentes grupos ideológicos. As diferenças de prioridades começam a se tornar mais evidentes a partir do órgão 5º em termos de prioridade, que passa a variar de acordo com o grupo ideológico.

Diante disso, percebe-se que pode, há concordância entre os grupos ideológicos em relação às prioridades, e as divergências encontradas até o momento no estudo foram relativamente pequenas. Portanto, agora direcionamos nossos esforços para analisar as possíveis diferenças entre os grupos ideológicos dentro de cada área específica da administração pública. Nesse contexto, a próxima seção do texto concentra-se em explorar as indicações e identificar possíveis divergências e semelhanças com base nas diferentes áreas da administração pública: Saúde, Educação, Instituições de Segurança, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Infraestrutura e Cultura. Isso será realizado por meio da comparação do valor total de indicação por deputado em cada grupo ideológico, das prioridades de tipos de atendimento, das ações orçamentárias e, em alguns casos, até mesmo da especificação da indicação.

4.3.2 Análise por área da administração pública estadual

Nessa seção vamos fazer uma análise exploratória na áreas: Saúde, Educação, Segurança, Desenvolvimento Social, Meio-Ambiente, Infraestrutura e Cultura. A principal análise em cada área partirá do tipo de atendimento ou tipo de aplicação isso por que por ela poderemos analisar os tipos de objetos que mais recebem recursos de indicação e podendo analisar se a visualização das demandas ou soluções para cada área divergem ou convergem entre os eixos ideológicos.

4.3.2.1 Saúde

Inicialmente, a expectativa era de que as escolhas ideológicas dos deputados tivessem uma influência limitada na alocação de recursos na área da Saúde, e os dados obtidos durante a pesquisa não parecem contradizer essa suposição. Isso pode ser atribuído, em parte, ao fato de que os deputados são legalmente obrigados a alocar pelo menos metade de seus recursos para a Saúde. Essa obrigação não necessariamente

reflete uma orientação política dos parlamentares, mas sim o cumprimento das exigências legais estabelecidas.

Além disso, o escopo de objetos disponíveis para alocação de emendas na área da Saúde é relativamente restrito, com foco em áreas como custeio, aquisição de bens permanentes (geralmente sem especificação) e aquisição de veículos para fortalecer o sistema de saúde, como ambulâncias, veículos de cinco lugares, vans, furgonetas e similares. Essa limitação no leque de opções disponíveis pode impactar significativamente as escolhas dos parlamentares, independentemente de suas afiliações ideológicas.

É importante destacar que este estudo considerou as alocações destinadas a órgãos como a Fundo Estadual de Saúde (FES), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (HEMOMINAS) e a Fundação Ezequiel Dias (FUNED).

Tabela 10 – Os Três Tipos de Atendimento Mais Priorizados por Eixos Ideológicos na Área da Saúde (2020-2022)

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Extrema-Esquerda	FES Custeio	R\$ 5.588.138,32
	Bem permanente	R\$ 2.142.563,00
	FES Bem permanente	R\$ 1.714.705,32
Esquerda	FES Custeio	R\$ 4.584.013,53
	FES Bem permanente	R\$ 1.551.283,41
	FES Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 605.616,23
Centro-Esquerda	FES Custeio	R\$ 12.236.756,57
	FES Bem permanente	R\$ 4.174.901,00
	FES Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 684.149,33
Centro	FES Bem permanente	R\$ 5.648.494,52
	FES Custeio	R\$ 5.147.105,40
	Custeio (SES)	R\$ 103.989,60
Centro-Direita	FES Custeio	R\$ 5.292.281,72
	FES Bem permanente	R\$ 1.222.696,96
	FES Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 490.620,10
Direita	FES Custeio	R\$ 5.262.221,93
	FES Bem permanente	R\$ 1.645.698,00
	FES Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 685.948,64
Extrema-Direita	FES Custeio	R\$ 5.751.323,80
	FES Bem permanente	R\$ 1.320.022,51
	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção Furgão	R\$ 746.487,17

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

A tabela 10 oferece uma visão abrangente dos três tipos de atendimento ou áreas de aplicação de recursos que cada eixo ideológico priorizou, com base na média dos deputados atuando na área da Saúde durante o período de 2020 a 2022. Os valores foram ajustados para refletir a inflação. Nota-se uma notável convergência de prioridades entre os deputados em relação à área da Saúde. Essa convergência pode ser justificada pelas razões apresentadas anteriormente, como a obrigatoriedade de alocação de recursos para

a Saúde e a oferta limitada de objetos elegíveis para emendas. Portanto, na área da Saúde, as distinções ideológicas parecem ter uma influência menos expressiva do que se poderia inicialmente supor.

Finalmente, é crucial ressaltar que, ao abordar a análise na área da Saúde, há pouco a ser acrescentado, pois esse setor já foi minuciosamente estudado por Ferreira (2019). Além disso, as informações relativas à alocação por deputado em cada grupo se assemelhariam consideravelmente devido à obrigatoriedade constitucional e uma análise por ação orçamentária não se justifica, uma vez que as indicações dos diferentes eixos apresentaram poucas divergências de prioridade ou foram inexpressivas nesse contexto.

4.3.2.2 Educação

Nesta seção, dividiremos a análise em duas partes. Inicialmente, examinaremos a alocação na Secretaria de Estado de Educação (SEE), proporcionando uma perspectiva sobre os ensinos fundamental e médio. Em seguida, concentraremos nossa análise nas instituições de ensino superior e técnico.

4.3.2.2.1 *Ensino médio e ensino fundamental*

Inicialmente, esperávamos que as alocações na área de Educação apresentassem uma relação com os eixos ideológicos um pouco diferente daquelas feitas na Saúde. No entanto, os dados revelaram uma convergência notável nas escolhas de objetos, semelhante ao observado na Saúde. Essa convergência pode ser atribuída a dois principais fatores: primeiro, as demandas políticas relacionadas à educação podem ser semelhantes entre os diferentes eixos ideológicos, ou, segundo, o portfólio de emendas para a educação pode direcionar os recursos para certos objetos, influenciando as escolhas dos deputados.

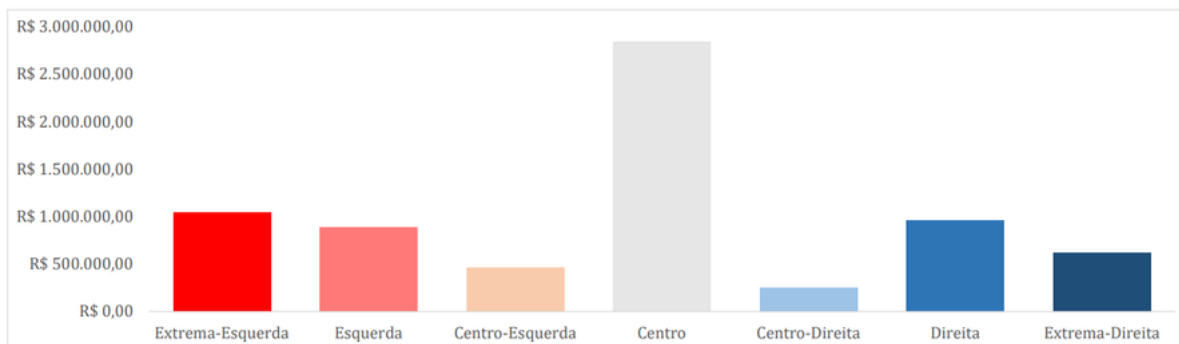
Tabela 11 – Os Três Tipos de Atendimento Mais Priorizados por Eixos Ideológicos na Secretária de Educação (2020-2022)

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Extrema-Esquerda	Mobiliário e Equipamento	R\$ 639.423,38
	Obra	R\$ 346.646,00
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Mobiliário escolar	R\$ 59.085,00
Esquerda	Obra	R\$ 489.364,99
	Mobiliário e Equipamento	R\$ 330.211,92
	REFORMA OU OBRA - Ampliação - Escola Municipal	R\$ 32.977,67
Centro-Esquerda	Mobiliário e Equipamento	R\$ 441.561,90
	Obra	R\$ 196.950,00
	Revitalização de Refeitório	R\$ 60.660,60
Centro	Mobiliário e Equipamento	R\$ 2.118.905,60
	Obra	R\$ 727.216,40
	N/A	R\$ 0,00
Centro-Direita	Mobiliário e Equipamento	R\$ 224.192,01
	Obra	R\$ 26.370,28
	N/A	R\$ 0,00
Direita	Mobiliário e Equipamento	R\$ 401.232,72
	Obra	R\$ 324.363,35
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 57.541,20
Extrema-Direita	Mobiliário e Equipamento	R\$ 621.930,83
	N/A	R\$ 0,00
	N/A	R\$ 0,00

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Através da tabela 11, podemos identificar os três principais tipos de aplicação priorizados por cada eixo ideológico nas indicações destinadas à Secretaria de Educação durante o período de 2020 a 2022. Observa-se que todos os eixos ideológicos têm uma ênfase significativa nas indicações relacionadas a mobiliário e equipamentos, seguidas por investimentos em obras como segunda prioridade. A exceção notável é o eixo de esquerda, que inverte a ordem de priorização entre mobiliário e equipamento e obras, destacando a última como uma prioridade superior. Em outras palavras, os resultados revelam uma convergência surpreendente nas preferências de alocação entre os eixos ideológicos, indicando que, provavelmente, as diferenças ideológicas não exercem um papel significativo na escolha dos objetos de emendas destinadas às escolas municipais e estaduais, considerando as opções disponíveis no portfólio da Secretaria de Educação.

Gráfico 9 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na Educação (Ensino Fundamental e Ensino Médio) - 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 9 ilustra a média dos valores destinados por deputado, segmentados por grupo ideológico, na alocação para a educação no ensino fundamental e médio. A análise revela uma distribuição semelhante entre os grupos da extrema-esquerda, esquerda, direita e extrema-direita, situando-se entre R\$ 500.000,00 e R\$ 1.000.000,00 por legislador. Em contrapartida, os grupos de centro-esquerda e centro-direita apresentam valores abaixo de R\$ 500.000,00. Destaca-se, contudo, o ponto fora da curva do grupo do Centro, que registra alocações superiores a R\$ 2.500.000,00, explicadas pela forte ligação de uma deputada professora desse grupo com a defesa da educação. Assim, torna-se menos provável a conclusão de que houve influências ideológicas significativas na alocação de recursos para a educação básica, dada a relativa homogeneidade das cifras dentro do espectro ideológico.

Por último, no âmbito da educação, torna-se inviável realizar análises segmentadas por ação orçamentária, uma vez que tanto essas ações quanto os tipos de atendimento exibem escassas discrepâncias entre os grupos ideológicos. Em outras palavras, os legisladores alocaram recursos de maneira notavelmente similar nessas diversas áreas, sendo essas alocações praticamente congruentes com as orientações ideológicas dos grupos. Destacam-se como as ações orçamentárias que mais receberam recursos as de “Mãos à Obra,” “Desenvolvimento do Ensino Fundamental,” e “Desenvolvimento do Ensino Médio.”

4.3.2.2.2 *Ensino superior e técnico*

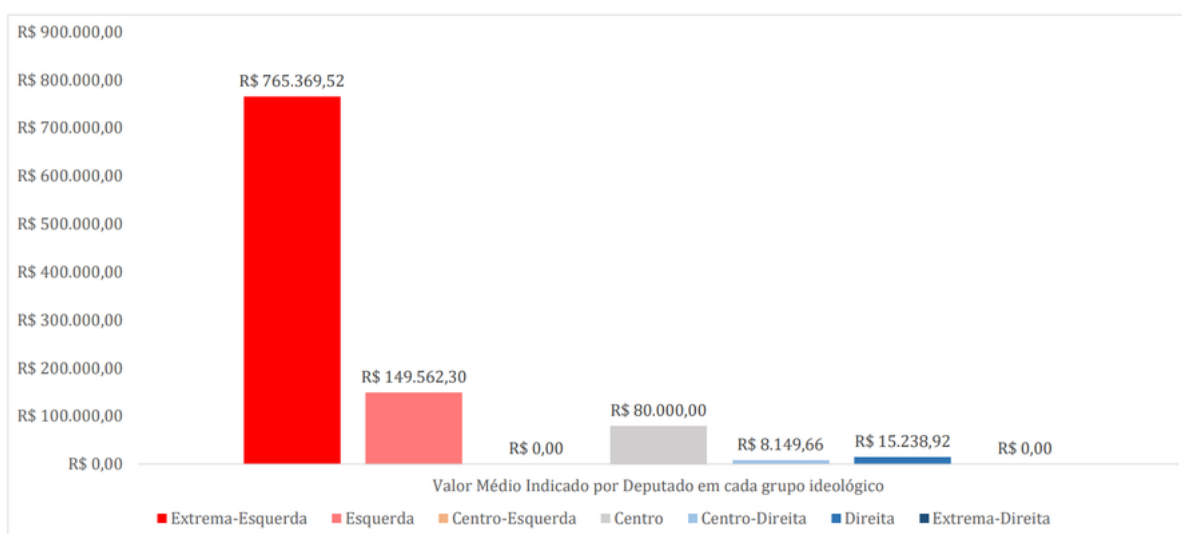
Em seguida, analisamos as instituições de ensino superior, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), bem como a Fundação Caio Martins (FUCAM), que desempenha um papel importante na educação de populações vulneráveis em áreas rurais e está vinculada à Secretaria de Educação. Não obstante, a Fundação Helena Antipoff não recebeu indicações de emendas

durante o período estudado, o que inviabiliza a análise de alocação de recursos a essa instituição.

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), fundada em 1983, é uma instituição pública de grande relevância na oferta de ensino superior em diversas áreas do conhecimento. Com presença abrangente em todo o estado, a UEMG desempenha um papel fundamental na formação acadêmica e profissional de milhares de estudantes. Por outro lado, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), estabelecida em 1962, é uma das principais universidades da região norte de Minas Gerais. A UNIMONTES desempenha um papel crucial na expansão do ensino superior na região, contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural.

Ao analisar a alocação das emendas impositivas para essas duas instituições, podemos compreender as preferências dos deputados de diferentes eixos ideológicos no atendimento às demandas e no fornecimento de recursos para essas instituições.

Gráfico 10 – Valor Médio Indicado por Deputado em cada eixo ideológico para UEMG e UNIMONTES - 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 10 apresenta a média dos valores indicados por deputado em cada eixo ideológico. É possível notar uma tendência de priorização, sobretudo pela esquerda e extrema-esquerda, nas indicações para essas instituições de ensino superior em comparação com os outros eixos ideológicos. A centro-direita e a direita, que abrigam a maioria dos partidos e, conseqüentemente, parlamentares, alocam um montante significativamente menor por deputado em relação à esquerda. Portanto, podemos inferir que a alocação desses recursos pode estar influenciada pelo posicionamento ideológico dos deputados,

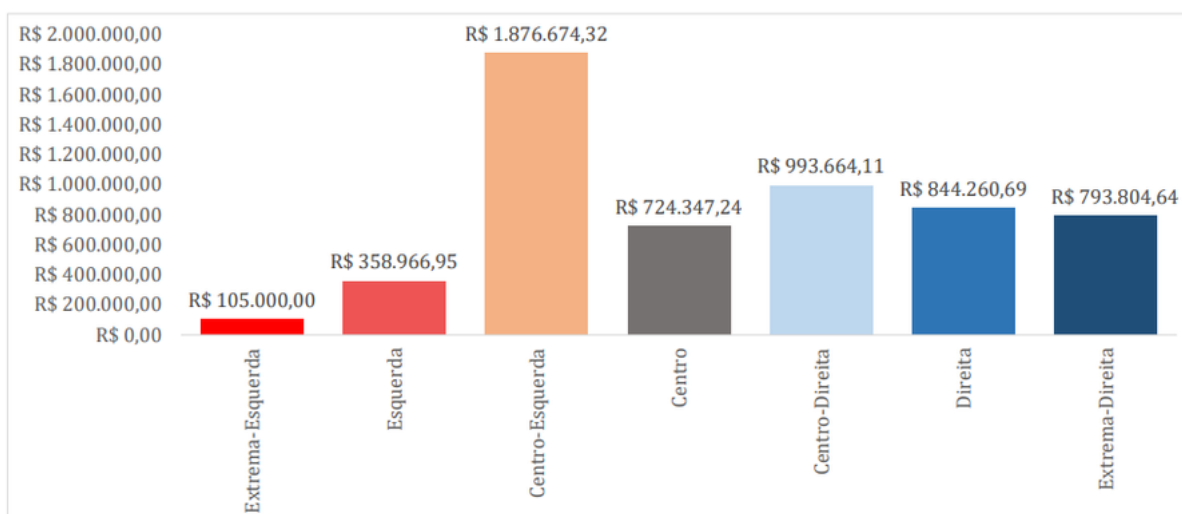
uma vez que os deputados situados mais à direita no espectro ideológico indicaram valores substancialmente menores do que seus colegas da esquerda.

Por fim, no que diz respeito à Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), uma instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, ela tem um papel vital na educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no âmbito rural. Durante o período de 2020 a 2022, a FUCAM recebeu quatro indicações de emendas parlamentares, todas provenientes de deputados posicionados nos eixos de centro-direita e direita. Essas alocações representaram um montante total de R\$ 426.854,00, corrigido pela inflação. É importante notar que não houve indicações de deputados da extrema-esquerda, esquerda ou centro-esquerda para a FUCAM, o que sugere uma possível influência do posicionamento ideológico dos deputados nessas alocações.

4.3.2.3 Instituições de segurança

Nesta seção, realizaremos uma análise das alocações nas forças de segurança, com o objetivo de identificar convergências e divergências ideológicas nas indicações feitas pelos deputados estaduais. O primeiro ponto que abordaremos é o valor médio indicado por deputado em cada eixo ideológico para as diferentes instituições de segurança pública do estado, que incluem a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Polícia Civil de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais e o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Em seguida, investigaremos se existe convergência ou divergência entre os três principais tipos de atendimento com maior número de indicações em cada eixo ideológico, a fim de determinar se as demandas atendidas variam conforme o espectro ideológico. Por fim, examinaremos os investimentos em armamento por eixo ideológico, uma vez que essa é uma das questões que mais gera divergências nas discussões entre os diferentes espectros ideológicos. Dessa forma, poderemos determinar se, de fato, existe uma divergência ideológica significativa em relação a esse tema.

Primeiramente, é importante destacar a constante presença do debate sobre a segurança pública que separam as diferentes perspectivas políticas. Nesse sentido, a ideia aqui é avaliar de forma um pouco mais profundo as indicações, já que por na segurança pública haver um leque de diferentes polícias, com diferentes atuações e diferentes objetos das indicações (armamento, viaturas, bens permanentes sem definição específica, obras, entre outros) podemos ter uma análise mais aprofundada e exploratória dos dados disponíveis.

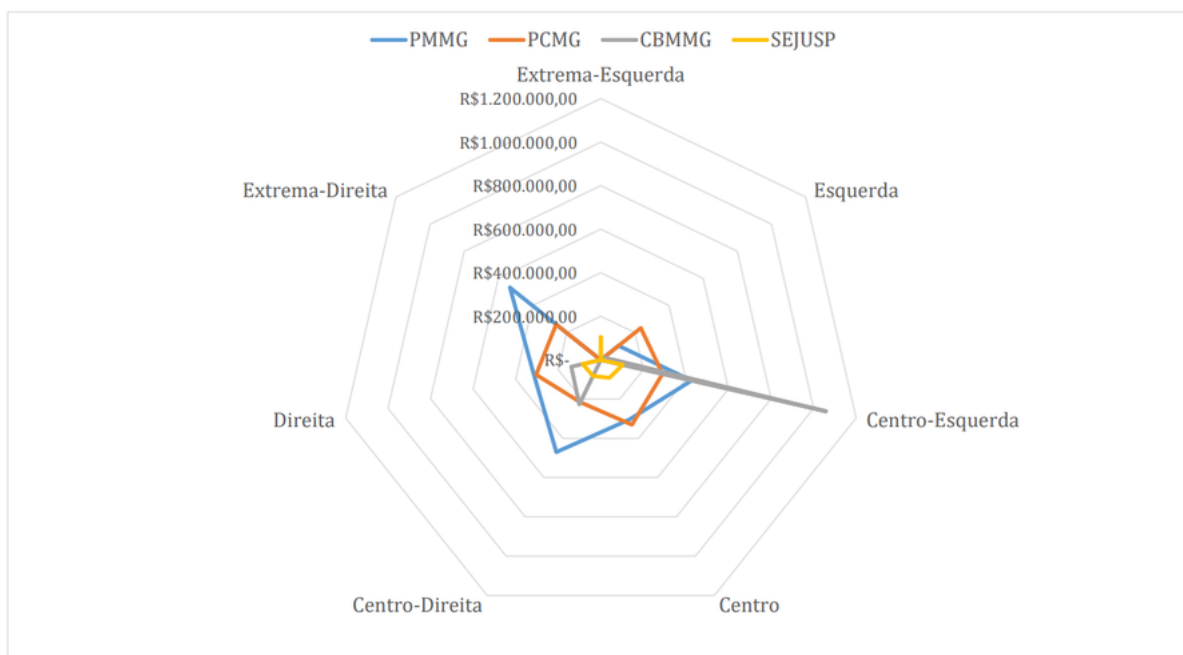
Gráfico 11 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área da segurança pública- 2020 a 2022

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 11 estabelece a relação entre os investimentos nos diferentes eixos ideológicos na área de segurança durante o período de 2020 a 2022. No gráfico, é notável o destaque para o fato de que, apesar do valor considerável investido pela centro-esquerda, os eixos mais à direita demonstraram um comprometimento ainda maior com os investimentos na segurança pública. Isso sugere uma tendência clara, onde a ala de ideologia mais à direita se mostra mais disposta a alocar recursos na área da segurança pública em comparação aos outros grupos ideológicos.

Nesse sentido, buscando entender melhor qual a prioridade de alocação dentro das instituições que compõe o sistema de segurança estadual, vamos fazer uma análise da alocação média por deputado em cada uma dessas instituições.

Gráfico 12 – Radar com o valor médio indicado por deputado em cada eixo ideológico nas quatro instituições que compõem o sistema de segurança pública do estado - 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 12 apresentada na estabelece uma relação entre o valor médio indicado por deputado em cada eixo ideológico nas quatro instituições que compõem o sistema de segurança pública do estado. É possível observar uma tendência clara entre os deputados alinhados com a ideologia mais à direita e seus investimentos na Polícia Militar, em consonância com as outras forças de segurança. Por outro lado, à medida que examinamos partidos mais alinhados com o eixo ideológico da esquerda, observamos uma diminuição na priorização da Polícia Militar. Isso sugere que, neste caso, o fator ideológico desempenha um papel importante na motivação das indicações feitas pelos parlamentares.

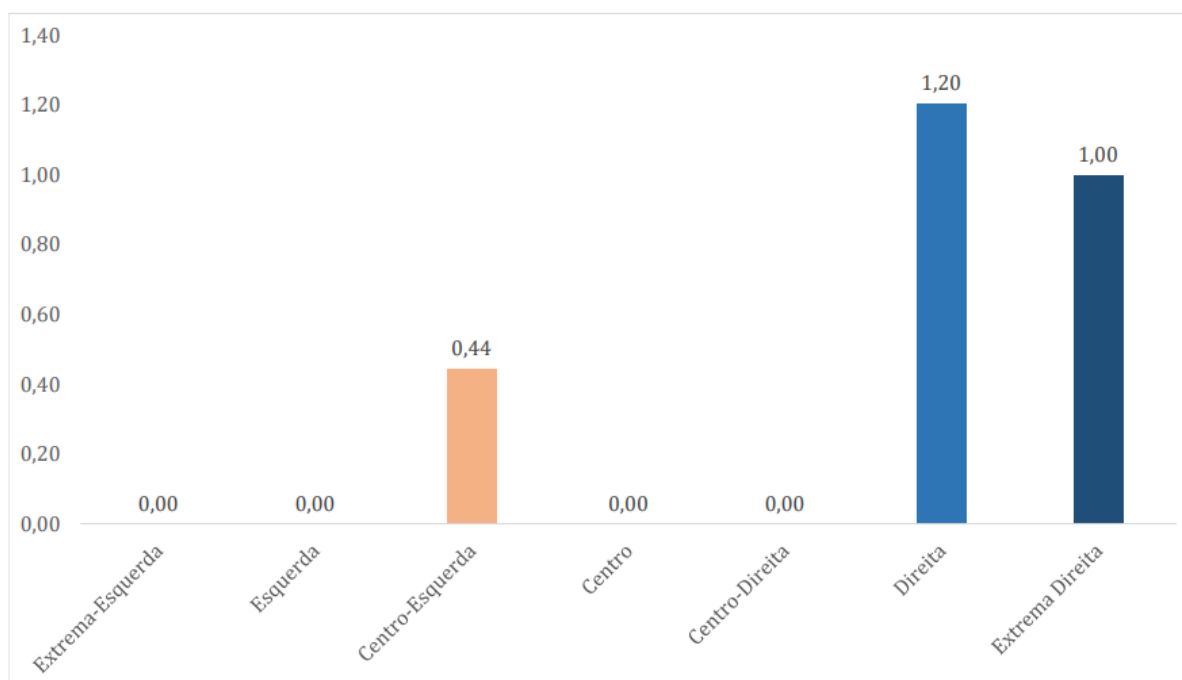
Tabela 12 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por eixo ideológico e a média de valor indicado por deputado em cada eixo - 2020 a 2022

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Extrema-Esquerda	Manutenção e Reparos	R\$ 105.000,00
	N/A	-
	N/A	-
Esquerda	PCMG Viatura básica	R\$ 142.023,85
	PMMG Viatura com cela e rádio móvel digital	R\$ 54.907,83
	Bem permanente	R\$ 40.862,05
Centro-Esquerda	Bem permanente	R\$ 1.079.511,32
	CBMMG Viatura Unidade de Resgate e Equipamentos	R\$ 293.333,33
	Reforma ou obra	R\$ 218.873,00
Centro	Bem permanente	R\$ 421.079,24
	Reestruturação PC (bens permanentes e/ou viaturas)	R\$ 256.000,00
	Material de Consumo	R\$ 47.268,00
Centro-Direita	Bem permanente	R\$ 604.816,68
	CBMMG Viatura Unidade de Resgate e Equipamentos	R\$ 125.499,72
	PCMG Viatura básica	R\$ 30.805,70
Direita	Bem permanente	R\$ 127.364,02
	PMMG Caminhonete com cela e rádio móvel digital	R\$ 43.288,14
	PMMG Viatura com cela e rádio móvel digital	R\$ 38.614,60
Extrema-Direita	PMMG Caminhonete com cela e rádio móvel digital	R\$ 115.537,43
	PMMG Motocicleta	R\$ 100.838,40
	PMMG Viatura com cela e rádio móvel digital	R\$ 99.065,85

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

A tabela 12 demonstra a relação entre os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por eixo ideológico e a média de valor indicado por deputado em cada eixo. Nesse quadro, é possível perceber diferenças sutis de prioridade já que a maior parte dos eixos ideológicos tendem a indicar o seu recurso para bens permanentes sem categoria pre-definida e veículos específicos para cada órgão como viaturas para as polícias e unidades de resgate e equipamentos para bombeiros. É possível visualizar também a preferência entre a direita e a extrema-direita em objetos específicos para a polícia militar em detrimentos das outras instituições de segurança.

Por fim, há um embate ideológico marcante entre os eixos ideológicos, com relação ao armamento da sociedade, enquanto os partidos mais à esquerda do espectro ideológico tendem a se posicionar com um discurso em defesa do estatuto do desarmamento e em uma lógica de que armas fora de circulação diminuem a violência, a direita tende a contrapor esse discurso em posicionamento de maior fortalecimento das políticas e da defesa pessoal do patrimônio, que pode levar a uma maior indicação de recursos dos deputados mais próximos desses eixos a fazer indicações que coloquem como objeto explícito o armamento para as instituições da segurança do estado (Linhares; Mendonça, 2016). O gráfico a seguir tende a investigar isso:

Gráfico 13 – Média de indicações por deputado em cada eixo ideológico que explicita a destinação de recurso apenas para armamento - 2020 a 2022

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

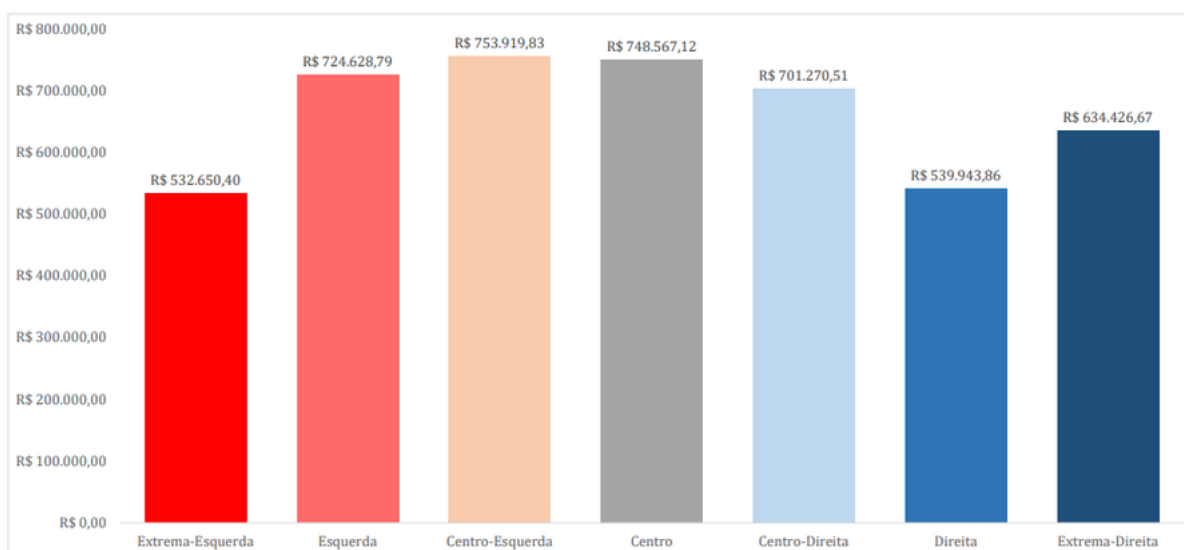
Nesse contexto, podemos destacar o gráfico 13, que estabelece a relação entre a média de indicações por deputado em cada eixo ideológico, evidenciando a alocação de recursos exclusivamente para armamento. Isso significa que, ao registrar a indicação no sistema, o parlamentar especifica o tipo de atendimento como sendo exclusivamente relacionado a armamento. É importante notar que esta análise excluiu os kits de viatura com armamento, uma vez que algumas das descrições das indicações para esses kits explicitavam que a aquisição de armamento ocorreria somente se o preço da licitação fosse compatível com a indicação, e o armamento poderia não ser adquirido caso os recursos fossem insuficientes. Portanto, a construção desse gráfico se baseou nas informações explicitamente destinadas apenas para armamento. Nesse cenário, o gráfico sugere a possibilidade de uma influência ideológica nas indicações, destacando que a ala mais à direita demonstra uma maior predisposição para investir em armamento em comparação à ala mais à esquerda.

4.3.2.4 Desenvolvimento social

Nesta seção da pesquisa, voltamos nossa atenção para o campo do Desenvolvimento Social, especificamente nas alocações de recursos destinadas à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais no período de 2020 a 2022. É de relevância notar que, durante esse período, não foram identificadas alocações de recursos

para duas instituições: a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG) e a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG). Essa ausência sugere que essas instituições não receberam atenção significativa por meio das alocações parlamentares, embora as razões subjacentes a esse fato necessitem de uma investigação mais aprofundada.

Gráfico 14 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área do Desenvolvimento Social- 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

No gráfico 17 é colocado o valor médio por deputado em cada grupo ideológico que apresentou indicações para a infraestrutura. É possível visualizar no gráfico grupos ideológicos com valores muito próximos de indicação por parlamentar: esquerda, centro-esquerda, centro e centro-direita, esses grupos apresentam um valor superior de indicação média por parlamentar comparado a direita, extrema-direita e extrema-esquerda. Essa dinâmica por si só demonstra que houve grupos mais dispostos durante o período a indicar para os órgãos dessa área, entretanto, é necessária uma análise mais minuciosa para visualizarmos se desses dentro valores indicados há tipos de atendimento das indicações diferentes entre os diferentes grupos ideológicos. Na tabela a seguir é possível fazer essa comparação:

Tabela 13 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área do Desenvolvimento Social - 2020 a 2022

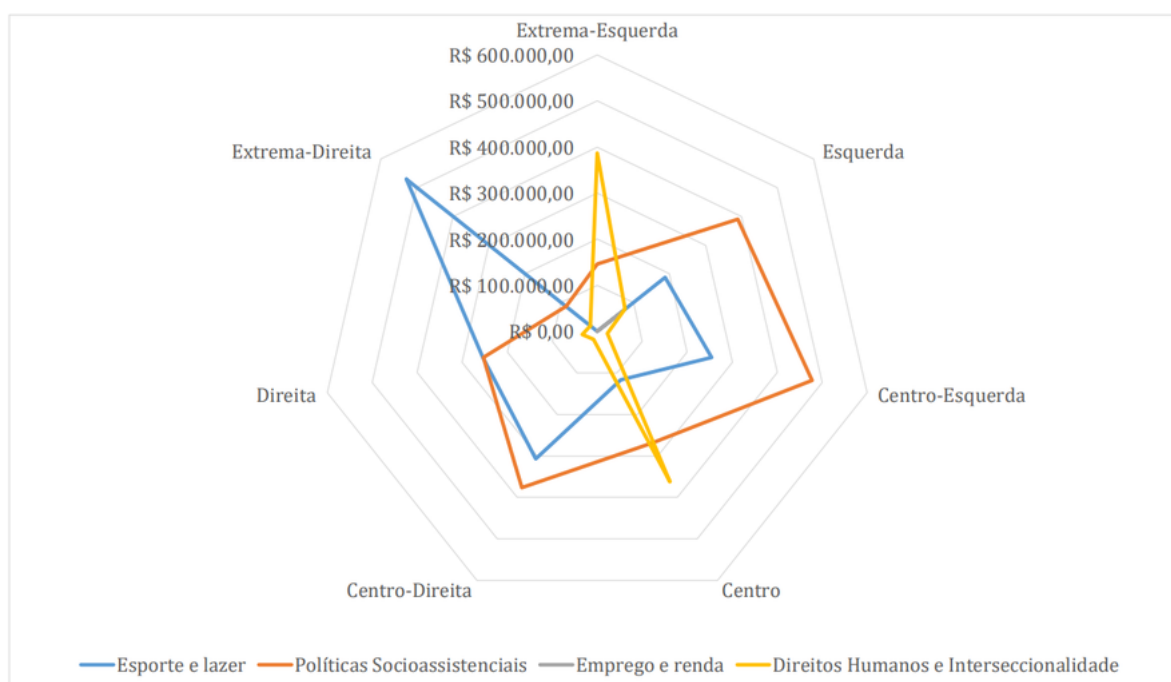
Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Extrema-Esquerda	SERVIÇOS - Qualificação	R\$ 386.621,40
	SERVIÇOS - Atendimento - Proteção de Direitos Humanos	R\$ 146.029,00
	-	-
Esquerda	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 228.935,04
	AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo - Kit emergencial	R\$ 187.323,59
	SEDESE (doação) Kit esportivo	R\$ 87.286,63
Centro-Esquerda	AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo	R\$ 277.080,67
	AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo - Kit emergencial	R\$ 203.854,67
	SEDESE (doação) Kit esportivo	R\$ 154.907,74
Centro	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 362.151,92
	AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo	R\$ 269.592,00
	SERVIÇOS - Apoio - Entidade Social	R\$ 116.823,20
Centro-Direita	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 355.524,51
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Academia ao ar livre	R\$ 306.575,80
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 17.847,74
Direita	SEDESE (doação) Kit esportivo	R\$ 253.726,26
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 195.686,73
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Academia ao ar livre	R\$ 37.509,72
Extrema-Direita	SEDESE (doação) Academia	R\$ 529.024,17
	SEDESE (doação) Kit esportivo	R\$ 49.237,50
	REFORMA OU OBRA - Reforma - Campo de Futebol	R\$ 37.443,33

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Na tabela 15 estão dispostos os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área do Desenvolvimento Social entre 2020 a 2022. Nessa tabela, observamos notáveis diferenças entre os diversos grupos ideológicos. Grupos mais à esquerda tendem a concentrar suas alocações em tipos de atendimento relacionados à assistência social, notadamente nos kits emergenciais da COVID-19, que consistem principalmente em alimentos e itens essenciais destinados a famílias em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, grupos mais à direita têm uma inclinação para tipos de atendimento voltados para práticas esportivas e bem-estar, como kits esportivos e academias ao ar livre, além de reformas em campos de futebol, entre outras iniciativas.

Essas diferenças sugerem que, ao longo do período analisado, os diferentes grupos ideológicos podem ter tido perspectivas distintas sobre o que consideram prioritário no desenvolvimento social. Essas perspectivas são influenciadas pelos posicionamentos ideológicos dos partidos e dos próprios parlamentares.

Gráfico 15 – Radar da indicação média por deputado em cada grupo ideológico por área do Desenvolvimento Social - 2020 a 2022



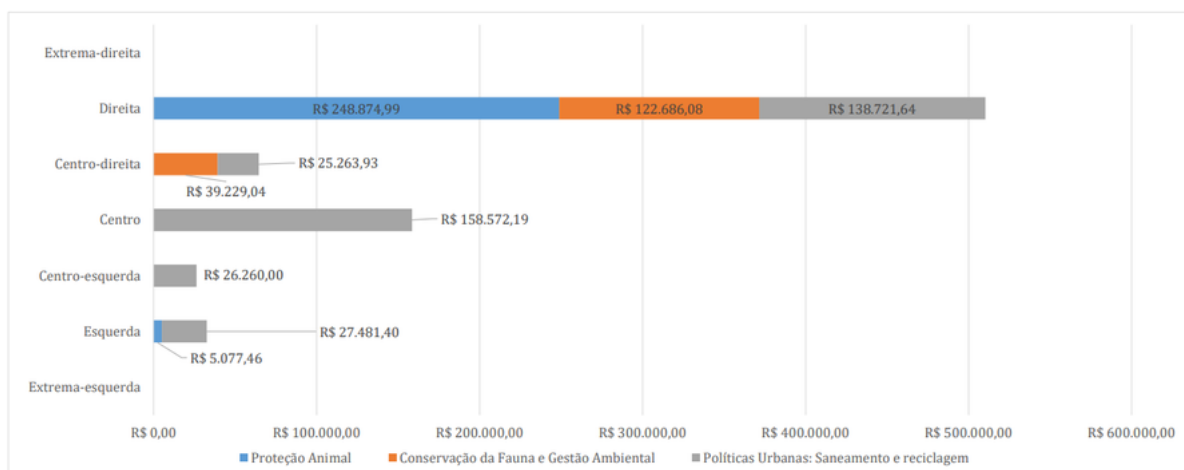
Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

No gráfico 15, apresenta-se o valor indicado por deputado em cada grupo ideológico por área do Desenvolvimento Social.³ A análise revela que a tendência previamente observada se manteve consistente ao longo desse período. Grupos ideológicos mais à extrema-direita e direita demonstraram prioridade nas alocações para o Desenvolvimento Social, especialmente em ações orçamentárias relacionadas a atividades esportivas. Por outro lado, grupos mais à extrema-esquerda e esquerda direcionaram seus recursos principalmente para tipos de atendimento ligados a serviços socioassistenciais, juntamente com iniciativas de promoção, proteção e reparação de direitos humanos.

Essas distinções destacam a influência das perspectivas ideológicas na tomada de decisões dos parlamentares quanto às alocações de recursos no âmbito do Desenvolvimento Social, contribuindo para um panorama mais abrangente das dinâmicas políticas em Minas Gerais.

³ Essa análise foi feita dividindo as ações orçamentárias de cada indicação dentro de quatro categorias: esporte e lazer, políticas socioassistenciais, emprego e renda, e direitos humanos e interseccionalidade.

4.3.2.5 Meio ambiente

Gráfico 16 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área do Meio Ambiente- 2020 a 2022

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

O gráfico 16 destaca o valor médio indicado por deputado em cada grupo ideológico na área do Meio Ambiente, especificamente, dividindo os recursos em categorias de ações orçamentárias, nomeadamente: Proteção Animal, Conservação da Fauna e Gestão Ambiental, e Políticas Urbanas: Saneamento e Reciclagem. A análise revela uma notável inclinação da direita em alocar recursos nesta área ao longo do período, sugerindo uma preferência ideológica do grupo. Contrapondo-se a isso, os grupos do centro, centro-esquerda e esquerda direcionaram montantes relativamente modestos, concentrando-se principalmente em políticas de saneamento e reciclagem. Vale destacar a diversidade expressiva na alocação de recursos pela direita, com uma ênfase predominante em políticas de proteção animal, abrangendo desde a castração de animais até suprimentos para a proteção de animais, entre outras iniciativas. A análise mais aprofundada na tabela subsequente oferece percepções adicionais para compreensão desses padrões.

Tabela 14 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por eixo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área do Meio Ambiente - 2020 a 2022

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Esquerda	REFORMA OU OBRA - Construção - Rede de Água e Esgoto	R\$ 16.488,84
	REFORMA OU OBRA - Construção - Poço Artesiano	R\$ 10.992,56
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 5.077,46
Centro-Esquerda	REFORMA OU OBRA - Construção - Poço Artesiano	R\$ 26.260,00
	-	-
	-	-
Centro	Material de Consumo	R\$ 94.536,00
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Veículo Passeio (5 lugares)	R\$ 64.036,19
	-	-
Centro-Direita	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Patrulha Motomecanizada	R\$ 17.114,28
	Kit Equipamentos Meio Ambiente	R\$ 16.834,01
	REFORMA OU OBRA - Construção - Poço Artesiano	R\$ 8.149,66
Direita	SERVIÇOS - Especializado - Castração de animais	R\$ 302.872,72
	REFORMA OU OBRA - Construção - Poço Artesiano	R\$ 45.584,80
	REFORMA OU OBRA - Construção - Reservatório de Água	R\$ 32.522,27

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Na tabela 14, observamos os três tipos de atendimento que mais receberam indicações por eixo ideológico, juntamente com a média de valor indicado por deputado na área do Meio Ambiente durante o período de 2020 a 2022. É notável que a maioria das indicações está relacionada à castração de animais, obras para tratamento de água e esgoto, ou aquisição de bens permanentes, como veículos para instituições. No entanto, a direita se destaca com um aporte financeiro muito mais significativo do que os outros grupos ideológicos. Além disso, chama a atenção que os grupos de extrema-esquerda e extrema-direita não fizeram nenhuma indicação nem para a Secretaria de Meio Ambiente, nem para instituições a ela vinculadas. O investimento considerável em castração de animais na direita pode ser explicado pela presença de um deputado ligado ao movimento de defesa dos animais dentro desse grupo ideológico. No entanto, mesmo em outros tipos de atendimento, a direita tende a investir mais em poços artesianos e reservatórios de água do que os outros grupos.

Nesse contexto, é plausível inferir que a ideologia desempenhou um papel significativo na alocação de recursos dos parlamentares na área do meio ambiente durante o período estudado. Isso não apenas indica distintos esforços entre os diversos grupos para direcionar recursos dentro dessa esfera, mas também revela divergências nas prioridades de políticas públicas durante o processo de alocação de recursos.

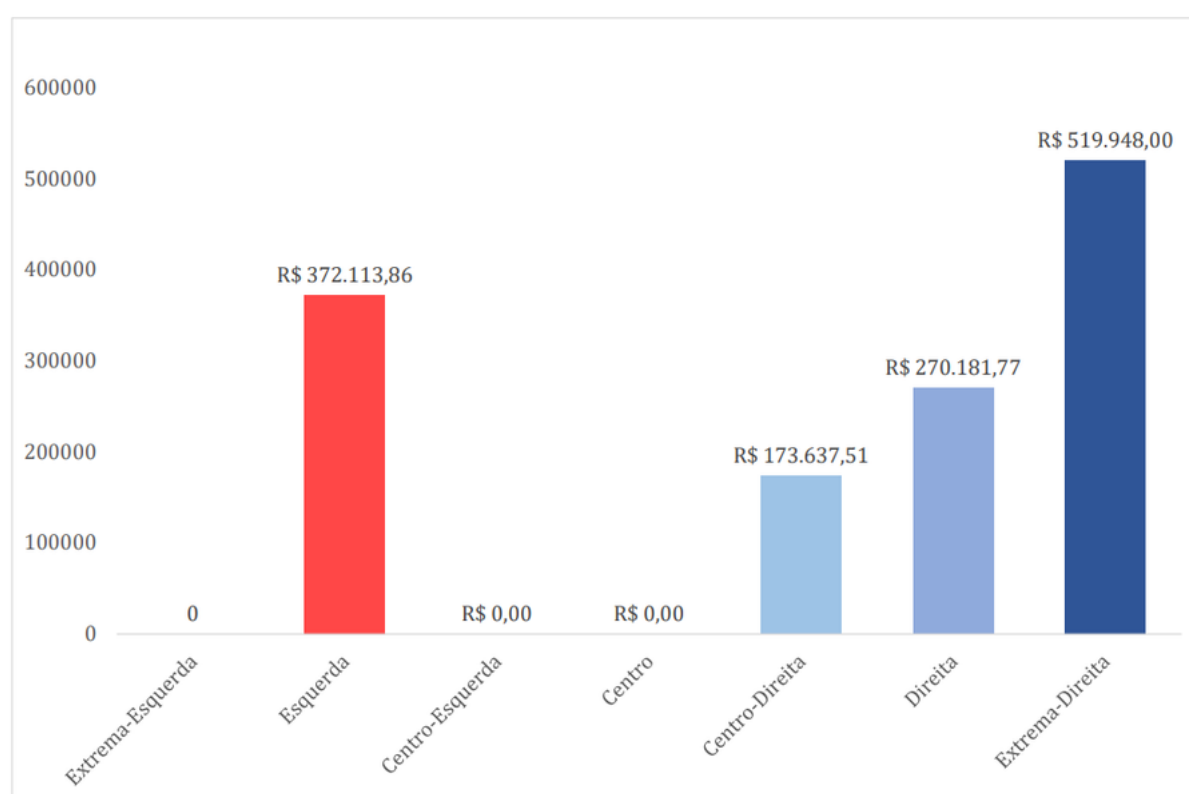
4.3.2.6 Infraestrutura

A análise da alocação de emendas parlamentares na área de infraestrutura é de importância crítica, uma vez que o investimento nesse setor tem um impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. No período de 2020 a 2022, foram feitas 96 indicações de recursos de emendas impositivas

para órgãos nessa área, com a esmagadora maioria (94 de 96) das indicações direcionadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura.

Neste contexto, destacamos uma observação interessante: as alocações de recursos para a área de infraestrutura parecem ser influenciadas pela ideologia dos deputados. Das diferentes orientações ideológicas, somente os grupos da esquerda, centro-direita, direita e extrema-direita enviaram recursos para esta área. Essa observação inicial aponta para a possibilidade de a ideologia desempenhar um papel significativo nas decisões de alocação de recursos, uma vez que os grupos de orientação mais à direita demonstram maior envolvimento, enquanto os grupos mais à esquerda não o fazem.

Gráfico 17 – Valor Médio indicado por Deputado por grupo ideológico na área da infraestrutura- 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

No gráfico 17 é colocado o valor médio por deputado em cada grupo ideológico que apresentou indicações para a infraestrutura. Um exame mais aprofundado dos valores médios indicados por deputado em cada grupo ideológico revela discrepâncias notáveis. A extrema-direita se destaca com um valor médio significativamente maior do que os outros grupos, sugerindo um comprometimento particular com projetos de infraestrutura. Por outro lado, a esquerda demonstra um valor médio mais elevado em comparação aos grupos da direita e centro-direita, o que pode estar relacionado a uma preferência por objetivos

distintos nesta área. A tabela a seguir nos ajudará a entender como se compõe a prioridade das indicações dos parlamentares nessas áreas por grupo ideológico:

Tabela 15 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área da Infraestrutura - 2020 a 2022

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Esquerda	REFORMA OU OBRA - Calçamento - Via Urbana	R\$ 133.834,23
	REFORMA OU OBRA - Calçamento - Via Rural	R\$ 59.359,81
	Reforma ou obra	R\$ 51.665,02
Centro-Direita	REFORMA OU OBRA - Reforma - Praça Pública	R\$ 35.170,62
	REFORMA OU OBRA - Construção - Pórtico	R\$ 34.482,76
	Obras Rodoviárias	R\$ 21.002,61
Direita	REFORMA OU OBRA - Calçamento - Via Urbana	R\$ 88.090,33
	REFORMA OU OBRA - Construção - Praça Pública	R\$ 29.191,52
	REFORMA OU OBRA - Recapeamento - Via Urbana	R\$ 27.267,43
Extrema-Direita	REFORMA OU OBRA - Recapeamento - Via Urbana	R\$ 334.815,00
	REFORMA OU OBRA - Pavimentação - Via Urbana	R\$ 78.780,00
	REFORMA OU OBRA - Calçamento - Via Urbana	R\$ 39.390,00

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Na Tabela 15, examinamos os três tipos de atendimento mais indicados, categorizados por grupo ideológico, e a média do valor indicado por deputado na área de Infraestrutura durante o período de 2020 a 2022. Notavelmente, a tabela revela sutis variações nos tipos de projetos indicados, com foco particular em recapeamento, calçamento e pavimentação de vias públicas. A esquerda apresenta uma peculiaridade ao priorizar o calçamento em áreas rurais, o que não implica que outros grupos tenham ignorado essa categoria, mas destaca a ênfase dos parlamentares pertencentes a esse grupo nesse tipo de projeto, em contraste com os grupos de centro-direita, direita e extrema-direita, que concentram seus recursos principalmente em vias urbanas. A análise dos objetos indicados para Infraestrutura demonstra que, embora haja poucas distinções entre os portfólios de emendas das instituições nessa área, existem indícios de que a ideologia pode influenciar nas alocações. Isso se manifesta através da significativa discrepância nas alocações, com a extrema-direita indicando um montante considerável e notavelmente distinto para o recapeamento de vias urbanas, enquanto a esquerda demonstra uma tendência a priorizar áreas rurais em comparação aos outros grupos. Essas percepções apontam para a influência das preferências ideológicas na alocação de recursos para projetos de infraestrutura, ressaltando a relevância desse fator na política de distribuição de recursos em Minas Gerais.

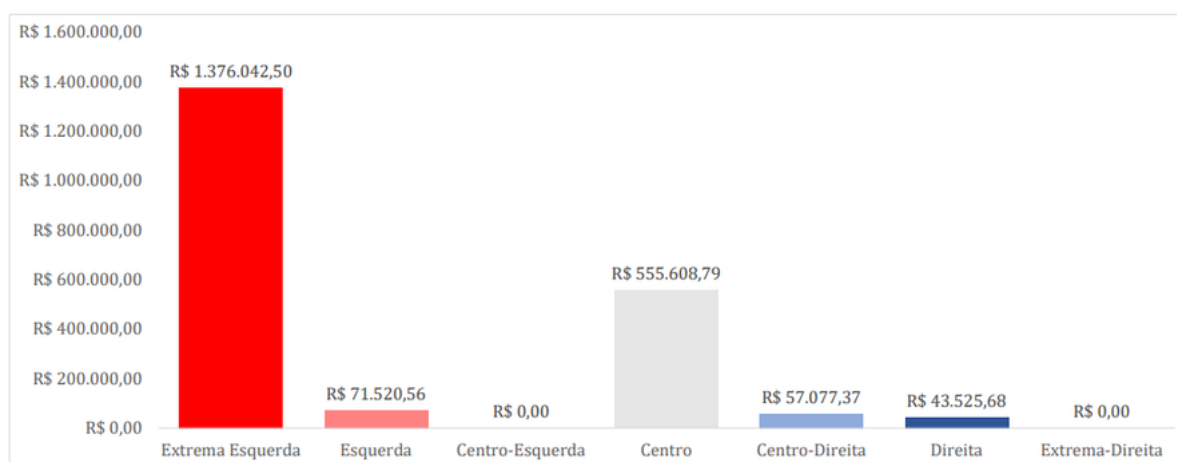
Por fim, a impossibilidade de criar gráficos por ação orçamentária na área de infraestrutura decorre da restrição das indicações por meio do portfólio de emendas à ação orçamentária específica denominada “Fomento à Infraestrutura Pública Municipal”. Essa particularidade limita a análise detalhada das preferências de alocação entre diferentes projetos de infraestrutura, uma vez que as emendas estão direcionadas exclusivamente a essa ação orçamentária. Dessa maneira, a abordagem por ação específica torna-se impraticável,

restringindo a capacidade de identificar padrões ou tendências mais específicas dentro do amplo espectro da infraestrutura.

4.3.2.7 Cultura

Na etapa final deste estudo exploratório, adentramos na área da Cultura. Nossa análise se concentra na alocação de recursos para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), bem como as instituições vinculadas a ela: Fundação Clóvis Salgado (FCS), Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IPHEA). No período de 2020 a 2022, essas instituições somaram um total de 53 indicações. Dessas, 45 foram direcionadas à SECULT, 8 para o IPHEA e apenas 1 para a FAOP. É notável que a área da cultura recebe substancialmente menos atenção por meio de indicações parlamentares em comparação com setores geralmente considerados mais prioritários, como saúde, educação, segurança e desenvolvimento social. Considerando a restrição de indicações para essa área, poderíamos esperar diferenças significativas na média de alocação entre às sete categorias ideológicas.

Gráfico 18 – Valor Médio indicado por Deputado em cada eixo ideológico na área da Cultura- 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Ao analisar o Gráfico 18, fica evidente que tanto o centro quanto a extrema-esquerda, representando os dois grupos com menor número de parlamentares na classificação, direcionaram mais investimentos para a cultura. Isso se torna ainda mais evidente quando comparamos com os grupos mais numerosos em termos de parlamentares, que são a esquerda, centro-direita e direita. Esses grupos apresentam valores médios de alocação bastante similares. Esses dados sugerem que a alocação de recursos na área da cultura não parece sofrer influências ideológicas significativas, com exceção da extrema-esquerda que se demonstrou muito mais disposta a alocar recurso nessa área.

Tabela 16 – Os três tipos de atendimento que mais receberam indicação de recurso por grupo ideológico e a média de valor indicado por deputado na área da Cultura - 2020 a 2022

Eixo Ideológico	Tipo de Atendimento / Tipo de aplicação	Valor Médio Indicado por Deputado no Eixo
Extrema-Esquerda	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 584.116,00
	Serviços	R\$ 477.402,50
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Maquinário Industrial	R\$ 134.796,00
Esquerda	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Instrumentos Musicais	R\$ 20.614,23
	SERVIÇOS - Apoio - Projetos Culturais de Interesse Público	R\$ 18.808,74
	Reforma ou Obra	R\$ 13.953,49
Centro	Reforma ou obra	R\$ 189.072,00
	REFORMA OU OBRA - Reforma - Restauração de Edificações Históricas	R\$ 94.536,00
	AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo	R\$ 89.936,79
Centro-Direita	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente	R\$ 18.515,08
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Instrumentos Musicais	R\$ 13.446,93
	Serviços	R\$ 7.746,90
Direita	Reforma ou obra	R\$ 20.042,53
	AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Ônibus (mínimo 29 lugares)	R\$ 9.392,41
	SERVIÇOS - Apoio - Projetos Culturais de Interesse Público	R\$ 5.413,49

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do portal de emendas estaduais, 2023.

Para uma análise mais detalhada, voltamos-nos para os tipos de atendimento, ou seja, os objetos das indicações. A Tabela 16 mostra que há uma certa convergência entre os diferentes grupos ideológicos no que diz respeito aos objetos culturais. Tanto grupos à esquerda quanto à direita direcionam recursos para bens que equipam artistas na produção cultural, incluindo a aquisição de instrumentos musicais na esquerda e centro-direita e o suporte a maquinário industrial na extrema-esquerda, voltado para produção artesanal. No entanto, chama atenção o fato de que a direita concentra suas indicações em veículos para órgãos de cultura, em vez de em equipamentos específicos que capacitem artistas na produção de arte. Além disso, a direita fez uma indicação considerável para um projeto de educação patrimonial e cidadania, o que se diferencia notavelmente do padrão das indicações dos outros grupos ideológicos.

Em seguida, vale destacar que a limitação na elaboração de gráficos por ação orçamentária para a área da cultura reside na natureza restritiva das indicações através do portfólio de emendas. Especificamente, as alocações nesta categoria estão vinculadas à ação orçamentária denominada “Apoio a Projetos Culturais e Turísticos Executados por Meio de Parcerias.” Essa restrição impede a análise mais granular das preferências de alocação entre diferentes atividades culturais, uma vez que as emendas estão concentradas em uma única ação orçamentária. Dessa forma, a abordagem por ação específica torna-se inviável, limitando a capacidade de identificar padrões ou tendências mais específicas dentro do amplo campo da cultura.

Em resumo, a cultura se apresenta como uma área que recebe relativamente poucas indicações parlamentares, e os objetos indicados parecem convergir entre os diferentes grupos ideológicos. Uma exceção notável é a extrema-esquerda, que direciona recursos para produções culturais mais específicas, como a produção artística quilombola, maquinário industrial para produção artesanal e capacitações em agroecologia. Em contraste, os demais

grupos tendem a investir mais em equipamentos mais generalizados, como instrumentos musicais, reformas ou obras de igrejas, além de veículos para equipar os espaços culturais municipais. Portanto, é plausível afirmar que a ideologia parece ter pouca influência nas alocações de recursos na área da cultura nos diferentes grupos ideológicos com exceção da extrema-esquerda.

4.3.3 Exploração e reflexão sobre a análise e resultados obtidos

A análise em foco buscou complementar as discussões previamente abordadas, especialmente no estudo de Ferreira (2019). O autor concentrou-se na investigação das resoluções da SES, avaliando sua compatibilidade com as motivações para alocação de emendas parlamentares discutidas na literatura. Ele examinou aspectos como atendimento e distribuição de eleitores, redutos eleitorais, a conexão entre o autor da emenda e os potenciais beneficiários do recurso, além dos critérios técnicos.

Em consonância, diversos autores (Pereira; Rennó, 2001) posicionam a ideologia como um fator secundário na destinação de recursos, sendo priorizadas as motivações anteriormente mencionadas. Importa ressaltar que, neste contexto, essas motivações conseguem explicar a alocação de recursos por meio de transferência especial, as resoluções da SES e a execução direta na Secretaria de Educação (ensino fundamental e médio). Durante essa análise, observou-se uma escassez de divergências significativas entre os grupos ideológicos nas alocações desses casos.

Explicando melhor a análise, identificou-se uma convergência nas indicações para a área da saúde e na secretaria de educação (ensino fundamental e médio) entre os diferentes grupos ideológicos. Isso possibilitou a abertura para que as motivações discutidas anteriormente suprissem a explicação dessas alocações. Já as transferências especiais, conforme explicado ao longo do texto, dependem da confiança entre o autor da emenda e o beneficiário do recurso, uma vez que não apresentam instrumento formal de execução, dependendo totalmente da relação entre esses atores, e suas motivações podem ser explicadas em alinhamento com estudo de (Barone, 2014).

A discussão neste contexto vai além da relação das modalidades de transferência discutidas anteriormente, incluindo a análise das execuções diretas nos órgãos do poder executivo estadual, as quais dependem da formalização de algum instrumento. Desta maneira, torna-se possível examinar tanto a ação orçamentária quanto os tipos de atendimento da indicação, que servem como categorias para os objetos de execução. Essa adição cria uma camada adicional de análise que vai além da consideração regional ou da conexão entre lideranças políticas.

O propósito deste trabalho, portanto, é descrever o evento das indicações entre 2020 e 2022. Isso se torna relevante, uma vez que as motivações anteriores não conseguem explicar completamente por que grupos ideológicos da direita e extrema-direita estavam mais propensos a fazer indicações para armamento do que outros, ou por que a esquerda e extrema-esquerda demonstrou maior disposição para alocar recursos no ensino superior em comparação com outros grupos.

Essa questão central orienta o presente estudo, visando entender por que as indicações divergem ao aprofundarmos na análise da ação orçamentária e nos tipos de atendimento. Isso ocorre porque as motivações anteriormente estudadas no meio científico não conseguem proporcionar uma explicação completa para a alocação de recursos pelos parlamentares. Em resumo, grupos ideológicos que operam no mesmo espaço temporal, no mesmo território estadual e com recursos equitativos divergem na alocação de recursos provenientes de emendas impositivas.

Para ilustrar essa questão, é possível destacar algumas divergências de prioridade nas alocações durante o período estudado. A seguir, são apresentados exemplos:

- **Extrema-Esquerda:** Priorizou fortemente a educação superior e direcionou recursos expressivos para projetos culturais quilombolas e equipamentos industriais de produção artesanal na área da cultura. No entanto, não efetuou alocações na infraestrutura e no meio ambiente, além de realizar indicações de valores pouco substanciais para as instituições de segurança.
- **Esquerda:** Assim como a extrema-esquerda, destinou recursos significativos à educação superior e enfatizou políticas socioassistenciais, direitos humanos e interseccionalidade no desenvolvimento social. Mostrou-se menos propensa a alocar recursos na segurança, priorizando menos a Polícia Militar de Minas Gerais em comparação com as outras instituições.
- **Centro-Esquerda:** Mostrou comportamentos diversos em várias áreas, sem uma preferência definida, exceto pela alocação expressiva nas instituições de segurança, impulsionada principalmente por um parlamentar associado aos sindicatos desse setor.
- **Centro:** Apresentou comportamentos diversos em várias áreas, sem uma preferência definida, exceto pelas relevantes indicações na secretaria de educação. Isso foi impulsionado principalmente por uma parlamentar associada aos sindicatos e engajada na defesa dessas políticas.

- **Centro-Direita:** Demonstrou preferência por alocações na área da infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento social, em detrimento de outras áreas como ensino superior e cultura.
- **Direita:** Demonstrou maior disposição para alocar recursos nas instituições de segurança, especialmente na Polícia Militar de Minas Gerais, em detrimento das outras áreas. Além disso, mostrou-se, assim como a extrema-direita, mais inclinada a fazer indicações para armamento nessas instituições. Apresentou alocações limitadas no ensino superior. No desenvolvimento social, demonstrou preferência por indicações voltadas para esporte e lazer em detrimento de políticas socioassistenciais e de direitos humanos e interseccionalidade, em comparação com os outros grupos. Praticamente não alocou recursos na cultura. Apresentou grande disposição para alocações no meio ambiente, especialmente relacionadas à pauta animal, e grande inclinação para fazer indicações na área de infraestrutura.
- **Extrema-Direita:** Assim como a direita, apresentou grande disposição para alocar recursos em instituições de segurança e fez um número expressivo de indicações para armamento. Priorizou fortemente políticas de lazer e esporte em detrimento de outras áreas no desenvolvimento social e não apresentou indicações em áreas como meio ambiente, cultura ou ensino superior.

Portanto, a pesquisa conclui que, em uma mais análise mais ampla, as alocações tendem a apresentar semelhanças entre diferentes grupos ideológicos. No entanto, ao aprofundarmos a análise por área, tipo de atendimento, ação orçamentária, especificação e valor indicado por deputado, observam-se diferenças significativas na alocação de recursos durante o período de 2020 a 2022. Dessa forma, é possível inferir que a ideologia pode ter desempenhado um papel crucial na tomada de decisão dos parlamentares para suas indicações.

5 Conclusão

A análise das emendas parlamentares impositivas se torna fundamental diante das transformações políticas e orçamentárias recentes no cenário brasileiro, apresentando-se como um campo de estudo valioso para a compreensão das dinâmicas entre os poderes executivo e legislativo. A transição das emendas parlamentares de despesas discricionárias para caráter impositivo trouxe consigo significativas implicações na autonomia dos parlamentares na alocação de recursos, não apenas repercutindo no processo orçamentário, mas também alterando os equilíbrios de poder no contexto político brasileiro. O foco dessa análise em Minas Gerais permite não somente compreender as mudanças locais, mas também contribuir academicamente para preencher lacunas sobre a influência das preferências ideológicas dos parlamentares nas alocações de recursos, que muitas vezes foram subestimadas em pesquisas anteriores. Além disso, esta pesquisa oferece uma contribuição relevante ao revelar como a orientação ideológica dos parlamentares impacta diretamente as políticas públicas do estado, fornecendo esclarecimentos que podem subsidiar o desenvolvimento de políticas mais alinhadas com as demandas da sociedade. Dessa forma, este estudo não apenas preenche uma lacuna acadêmica ao explorar a relação entre ideologia e alocação de recursos, mas também apresenta implicações práticas ao fornecer subsídios para uma gestão mais transparente e eficiente dos recursos públicos, promovendo o debate sobre transparência, *accountability* e o direcionamento mais efetivo das políticas públicas.

Desse modo, a pesquisa em questão teve como objetivo central a análise empírica do comportamento dos deputados estaduais, organizados por partidos políticos, na alocação de emendas parlamentares individuais durante o período de 2019 a 2022. Ao revisitar os objetivos delineados no início deste estudo, constata-se que cada um foi minuciosamente abordado e investigado. Inicialmente, uma revisão ampla da literatura referente às emendas parlamentares foi conduzida, proporcionando uma base sólida de conceitos, teorias e estudos relevantes no âmbito da ciência política e administração pública. A classificação dos partidos políticos da Assembleia Legislativa, conforme suas ideologias e posicionamentos políticos, foi devidamente executada, permitindo a análise subsequente da alocação dos recursos parlamentares. Além disso, a investigação dos marcos teóricos e normativos das emendas parlamentares em Minas Gerais ofereceu uma compreensão substancial das regras, regulamentos e práticas vigentes no estado. A análise da execução e indicação das emendas parlamentares permitiu compreender globalmente como ocorreu a alocação de recursos durante o período e orientou a análise subsequente, a qual focou nas diferenças de alocação entre os grupos ideológicos. Ao examinar a alocação das emendas parlamentares individuais agrupadas por partidos políticos, foi possível identificar diferenças e semelhanças significativas nos padrões de alocação, corroborando a análise da influência da ideologia

partidária nesse processo.

Nesse contexto, o estudo apresentou duas análises principais. A primeira empreendeu um estudo abrangente da alocação das emendas impositivas em Minas Gerais, analisando-as por modalidade de transferência, unidade orçamentária, região, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população. Ao fazê-lo, investigamos também as relações entre ideologia política e a alocação de recursos por parte dos parlamentares no contexto das emendas. Os resultados encontrados trouxeram à tona as preferências dos parlamentares em relação às modalidades de transferência ao longo do tempo, destacando as resoluções SES e transferências especiais como as mais utilizadas. Quanto à regionalização dos recursos, observou-se uma distribuição significativa por todo o território mineiro, embora com concentrações notáveis nas regiões da Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Sul e Sudoeste de Minas Gerais. É importante notar que os municípios de menor porte e menor IDH foram os que mais receberam recursos proporcionalmente à população, em consonância com estudo de Barbosa (2022). As unidades orçamentárias que mais se beneficiaram foram o Fundo Estadual de Saúde e a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) com destinação para prefeituras, seguidas da Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social.

Já a segunda análise buscou comparar os grupos ideológicos dos parlamentares, emergindo resultados diversos, especialmente durante o período de 2020 a 2022. Nas áreas da Saúde e das indicações feitas para Secretaria de Educação, observou-se uma convergência notável nas alocações, sugerindo que a ideologia dos parlamentares pouco influenciou nesses casos. No entanto, divergências significativas surgiram em outros domínios, destacando as complexas dinâmicas políticas que influenciam a alocação de recursos. O desenvolvimento social, por exemplo, revelou clivagens ideológicas distintas. A ala mais à direita mostrou uma inclinação notável para alocar recursos em tipos de atendimento relacionados a esporte e lazer, enquanto a ala mais à esquerda direcionou seus esforços em políticas socioassistenciais. No campo da educação superior, observou-se que os parlamentares com inclinações à esquerda dedicaram mais recursos, refletindo um compromisso com o ensino superior e a pesquisa acadêmica. Em contraste, a ala mais à direita demonstrou uma disposição maior em alocar recursos para áreas como armamento e segurança, priorizando abordagens distintas para atender às demandas da segurança pública. Essas divergências sugerem que, entre as motivações anteriormente discutidas pelo mundo científico, as convicções ideológicas podem desempenhar um papel central nas decisões de alocação de recursos, delineando possíveis prioridades e estratégias para atender às demandas e expectativas de seus eleitores e comunidades.

Por fim, este trabalho, embora reconheça as limitações metodológicas, destaca-se

como uma iniciativa pioneira na exploração da dimensão ideológica na alocação de recursos das emendas parlamentares em Minas Gerais. Ele demonstra que, além das motivações já documentadas em outros estudos, a influência ideológica é uma área significativa a ser explorada e pode oferecer percepções valiosas na compreensão das decisões políticas relativas a orçamentos. Como resultado, espera-se que este estudo contribua para o enriquecimento do debate e da compreensão das dinâmicas da alocação de recursos no contexto político não apenas em Minas Gerais, mas também em âmbito nacional.

Referências

- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- BABIRESKI, F. R. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná eleitoral**, v. 3, n. 1, p. 171 – 198, Novembro 2014.
- BAIÃO, A. L. **Emendas Orçamentárias Individuais: Efeitos Eleitorais, Condicionantes da Execução e Qualidade do Gasto Público**. 2016. 121 p. Tese (Administração Pública e Governo) — Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17727/Tese%20de%20doutorado.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14/05/2023.
- BALDUS, H.; WILLEMS, E. **Dicionário de etnologia e sociologia**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 17. 124 p. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abaldus-willems-1939-dicionario/Baldus%26Willems_1939_DicEtnologiaESociol.pdf. Acesso em: 06 de Novembro de 2023.
- BARBOSA, M. R. ANÁLISE DO IMPACTO DA OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **REASE**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 1125 – 1137, Maio 2022.
- BARONE, L. S. **ELEIÇÕES, PARTIDOS E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional**. 2014. 178 p. Tese (Administração de Empresas) — Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/barone_teselsb.pdf. Acesso em: 14/05/2023.
- BENOIT, K.; LAVER, M. **Party Policy in Modern Democracies**. [S.l.]: Routledge, 2006.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 2 – 31, Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/?lang=pt#>. Acesso em: 07/06/2023.
- BRASIL. Constituição Federal. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28/07/2023.
- CARREIRÃO, Y. de S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, scielo, v. 12, p. 136 – 163, 05 2006. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0104-62762006000100006>.
- CASTRO, B. M. de. **Orçamento Impositivo e emendas parlamentares individuais: Uma análise das implicações da adoção da emenda constitucional nº 96/2018 pelo estado de Minas Gerais**. 2021. 143 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Fundação João Pinheiro.

- CHAISTY, P.; CHEESEMAN, N.; POWER, T. Rethinking the 'presidentialism debate': conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. **Democratization**, Essex, v. 21, n. 1, p. 72 – 74, 2014.
- DALLARI, A. A. Orçamento Impositivo. In: CONTI, J. M. (coord.). **Orçamentos Públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. cap. Ciclo Orçamentário: a elaboração e execução do orçamento.
- EPSTEIN, D. J. Problems of Party Development in Brazil. **Party Politics**, v. 15, n. 3, p. 335 – 355, Maio de 2009.
- FERREIRA, B. M. S. **EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS: Uma análise da alocação de emendas parlamentares individuais em Minas Gerais**. 2019. 76 p. Monografia (Administração Pública) — Fundação João Pinheiro.
- FRANZMANN, S.; KAISER, A. Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data. **Party Politics**, v. 12, n. 2, p. 163 – 188, 2006.
- GASPARINI, C. E. Orçamento Impositivo no Brasil: Mais uma Peça de Ficção. **Boletim Economia Empírica**, IDP, v. 1, n. 5, p. 19 – 23, Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/5509/2200>. Acesso em: 26 out. 2023.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 15/05/2023.
- GREGGIANIN, E.; SILVA, J. de Ribamar Pereira da. **O Orçamento Impositivo das Emendas Individuais – Disposições da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e da LDO 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509462/OED0016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/05/2023.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: Guia Prático da Linguagem Sociológica. 1ª. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. 314 p.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2016. 299 p.
- LEHMANN, M. C. **A ideologia dos prefeitos importa? Testando hipóteses sobre o comportamento de políticos com dados de municípios brasileiros**. 2019. 70 p. Monografia (Ciências Econômicas) — Universidade de Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25219/1/2019_JoaoPedroLang_tcc.pdf. Acesso em: 29/10/2023.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, FAPESP, São Paulo, v. 01, n. 44, p. 81 – 106, Agosto 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7P5HPND88kMJCYSmX3hgrZr/?lang=pt>. Acesso em: 06/06/2023.
- LINHARES, B. de F.; MENDONÇA, D. de. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: ANAIS ELETRÔNICOS,

2016, Belo Horizonte. **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte, 2016. p. 1 – 29.

MAINWARING, S. Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, scielo, p. 21 – 74, 04 1993. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0102-64451993000100003>.

MAIR, P. Searching for the Positions of Political Actors: A Review of Approaches and a Critical Evaluation of Expert Surveys. In: LAVER, M. (Ed.). **Estimating the Policy Position of Political Actors**. 1. ed. New York: Routledge, 2001. p. 10 – 30.

MELO, C. R. Dinâmica nacional e processos estaduais: uma análise dos partidos e do sistema partidário em Minas Gerais. **Política e Desenvolvimento Institucional no Legislativo de Minas Gerais**, PUC Minas, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 79 – 104, Janeiro 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313108305_Dinamica_nacional_e_processos_estaduais_uma_analise_dos_partidos_e_do_sistema_pa. Acesso em: 20/09/2023.

MINAS GERAIS. Artigo 160 da Constituição Estadual. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 133 – 140, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em: 14/05/2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. Emendas Impositivas: por onde começar? Belo Horizonte, 2023a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. Perguntas Frequentes - Emendas Impositivas. Belo Horizonte, p. 1 – 18, 2023b.

OLIVEIRA, C. L. de; FERREIRA, F. G. B. de C. O Orçamento Público no Estado Constitucional Democrático e a Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas no Brasil. **Sequência**, UFSC, Florianópolis, v. 38, n. 76, p. 183 – 212, Maio de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/Hk9xHVqXVHpw9bxFDwnpSjb/>. Acesso em: 07/06/2023.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público**, IPEA, Brasília, v. 61, n. 2, p. 171 – 187, Abril 2010. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/1978-1432584929.pdf>. Acesso em: 14/05/2023.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 133 – 172, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/cQsQ7GhP84S53fp64b5V63F/?lang=pt#>. Acesso em: 14/11/2023.

POWER, T. J.; ZUCCO JR. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218 – 246, 2009.

RODRIGUES, L. M. Bases Sociais do Recrutamento Político no Sistema Partidário Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 161 – 162, Outubro 2002.

ROSE, R. **Do parties make a difference?** London: Palgrave Macmillan London, 1984.

SANCHES, O. M. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da constituição de 1988. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 54 – 76, Outubro 1993. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8549>. Acesso em: 14/05/2023.

SANTANA, V. L. **Atraindo o Pork**: que fatores explicam a execução das emendas orçamentárias no Brasil? 2011. 92 p. Dissertação (Ciência Política) — Universidade de Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8702/1/2011_VitorLealSantana.pdf. Acesso em: 14/05/2023.

SANTOS, N. C. B.; GASPARINI, C. E. Orçamento Impositivo e Relação entre Poderes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 31, p. 339 – 369, Janeiro 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/KXW56PSXfPtHrzVZnnBQYZk/>. Acesso em: 14/05/2023.

SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? 2016. 291 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, J. O. da. A produção de ideologias políticas segundo Max Weber. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Edunioeste, Cascavel, v. 5, n. 8, p. 72 – 84, Janeiro 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1431/1161>. Acesso em: 06 de Novembro de 2023.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 24 – 39, Abril de 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>. Acesso em: 23/08/2023.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, Programas e o Debate Sobre Esquerda e Direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149 – 165, 2013.

WIESEHOMER, N.; SINGER, M.; RUTH-LOVELL, S. **Political Representation, Executives, and Political Parties Survey**: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2018-2019. Harvard Dataverse, 2019. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/file.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/Z5DESA/MGPPAM&version=1.0>. Acesso em: 21/09/2023.

ZUCCO JR., C. **Esquerda, Direita e Governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros**. 2011. Disponível em: https://professor.fgv.br/sites/default/files/users/user62/ChapterEsquerdaDireitaeGoverno_.pdf. Acesso em: 23/08/2023.